

**Márcia Milena Pivatto Serra**

**O BRASIL DAS MUITAS MÃES: ASPECTOS  
DEMOGRÁFICOS DA CIRCULAÇÃO DE  
CRIANÇAS**

**IFCH – UNICAMP  
Campinas  
2003**

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

**Márcia Milena Pivatto Serra**

**O BRASIL DAS MUITAS MÃES: ASPECTOS  
DEMOGRÁFICOS DA CIRCULAÇÃO DE  
CRIANÇAS**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Departamento de Antropologia do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas  
sob a co-orientação da Profa. Dra.  
Suzana Marta Cavenaghi e orientação da  
Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino  
de Oliveira.

Este exemplar corresponde à  
redação final da tese defendida e  
aprovada pela Comissão Julgadora  
em 22/02/2003

**BANCA**

Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

*Maria Coleta F. A. de Oliveira*

Profa. Dra. Claudia Lee Willians Fonseca

*Claudia Lee Willians Fonseca*

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

*Elisabete Dória Bilac*

Profa. Dra. Guaraci Adeodato A. Souza

*Guaraci Adeodato A. Souza*

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

**Fevereiro / 2003**

UNIDADE	002
Nº CHAMADA	UNICAMP
	Se68b
V	EX
TOMBO BC/	53196
PROC.	124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	17/04/03
Nº CPD	

CM00182187-1

BIB 10 9880 19

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Serra, Márcia Milena Pivatto

Se68b      O Brasil das muitas mães: aspectos demográficos da  
circulação de crianças / Márcia Milena Pivatto Serra. --  
Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador: Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira.  
Tese (doutorado)-Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Demografia. 2. Crianças. I. Oliveira, Maria Coleta  
Ferreira Albino de, 1947 - II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.  
Título.



## AGRADECIMENTOS

... “*Escrever uma tese é quase um voto de pobreza que a pessoa se autodecreta. O mundo pára, o dinheiro entra apertado, os filhos são abandonados, o marido que se vire. **Estou acabando a tese.** Esta frase significa que a pessoa vai sair do mundo. Não por alguns dias, mas anos. Tem gente que nunca mais volta....”*

*Mario Prata (Uma tese é uma tese)*

A tarefa de agradecer é nobre e recompensadora, mas há sempre o perigo de ser ingrato com alguém. Nesta tese foram tantos anos de maturação e elaboração, tantas pessoas e mesmo entidades envolvidas, cada qual a seu tempo e maneira, com pequenas e grandes contribuições, intelectuais e mesmo pessoais. O que mais temo é que este mesmo tempo tenha apagado (mesmo que temporariamente) de minha memória a importância de cada um. Assim, antes de agradecer, peço desculpas antecipadas aos eventuais injustiçados e não agraciados pelas minhas lembranças neste momento, esperando que considerem este parágrafo a grande prova de minha gratidão.

Primeiramente, agradeço às minhas mães Erminda (mãe biológica) e Marcolina (mãe de minha mãe, avó), responsáveis por minha “criação”, que muitas vezes cumpriram, durante minhas ausências, o papel de mães de meus filhos.

Também aos colegas de “sofrimento”: Antônio, Claudia, Fernando, Marta, Rejane, Roberto, Sandra e, principalmente a Stella e Tírza, com formação similar à minha, o que contribuiu para a nossa maior interlocução, principalmente na parte estatística da tese. À Tírza, um obrigada especial pela ajuda com os bancos de dados das PNAD’s de 1996, 1997, 1998 e 1999. Aos outros colegas de turmas anteriores e posteriores, não menos importantes, aos quais peço desculpas por não listar seus nomes, simplesmente para não me alongar demais.

Aos funcionários e ex-funcionários do IFCH e principalmente aos do NEPO, por seu carinho e presteza, sempre prontos a contribuir. A todo o suporte oferecido pela UNICAMP, instituição da qual tive e sempre terei orgulho de ter feito parte.

A Claudia Fonseca, Thérèse Locoh, Celine Vandermeersch e Uche C. Isiugo-Abanihe, que, mesmo não me conhecendo pessoalmente, confiaram-me artigos e sugestões através de cartas e e-mails.

Aos professores Aída, Beth, Coleta, Daniel, Elsa, José Marcos, Maira, Maria Silvia, Neide, Potter, Rosana e Suzana, partes integrantes de minha formação como demógrafa, participando com esclarecimentos, sugestões e incentivos, e aos quais me refiro sem títulos, pois o “doutor” os tomaria distantes e não é assim que os sinto. A José Marcos, pelo incentivo para a minha entrada no doutorado e presença amiga durante todos esses anos; à Suzana pelas sugestões nas modelagens estatísticas, e especialmente à minha orientadora, Coleta, pela paciência e percepção de minhas dificuldades e limitações, contribuindo com suas intervenções brilhantes e consistentes.

A todos os meus amigos, antigos ou recentes, presentes nas horas mais felizes e difíceis de minha vida, em especial ao Jefferson, pela ajuda com a bibliografia, e à Isabel, pela revisão do texto.

A toda a minha família: Oraci, Robinson, Silvia, Guilherme, Gillman, Julieta, José Rubens, Carmem, aos meus tios e tias, primos e primas e *in memoriam* aos não mais presentes. Aos meus filhos Vinícius, Sophia e Elisa, paridos neste período de tese e que “circularam” entre minha casa e a de minha mãe. E por fim, mas não menos importante, ao meu marido Fernando, companheiro das horas felizes e tristes, por seu apoio e por me trazer de volta para este mundo, pois nesta fase tendemos a sumir, ainda que sem desaparecer. Estas pessoas vivenciaram, suportaram e compreenderam tantos momentos de crise e ausência, fazendo-me lembrar sempre da importância da família em minha vida.

Obrigada por tudo.

## RESUMO

A circulação de crianças é um fenômeno demográfico bastante estudado em alguns países, como os da África sub-sahariana, mas praticamente desconhecido da demografia brasileira. Encontramos no Brasil um esforço de alguns poucos pesquisadores em apreender o fenômeno sob a ótica das ciências sociais. O presente trabalho tem a pretensão de captar a circulação infantil da perspectiva da demografia. Para cumprir tal objetivo, o primeiro desafio deste trabalho foi o de encontrar, dentre as fontes de dados já existentes, as que, embora não construídas com esse propósito, tivessem o potencial de captar a circulação de crianças no Brasil e os fatores a ela relacionados. Após a escolha das fontes, o passo seguinte foi examinar e analisar as relações entre o fenômeno e as variáveis escolhidas, através de instrumentos descritivos e inferenciais, com a utilização de modelos logísticos multivariados. As análises dos resultados obtidos indicaram, parcial ou integralmente, relações entre a circulação e fatores sócio-demográficos. Embora reste muito a ser explorado, o trabalho revelou que é possível trabalhar com a circulação na infância do ponto de vista demográfico, utilizando fontes de dados existentes no país.

## **ABSTRACT**

Children's circulation is a demographic phenomenon largely studied in some countries such as those in the Sub-Saharan Africa, but almost unknown by Brazilian demography. Indeed, there are authors concerned with such a phenomenon in Brazil, approaching it from the perspective of the social sciences. This dissertation intends to capture children's circulation from the demographic point of view. To achieve such an aim, the first challenge of this study was to find, among existing data sources, those that could be used to explore the issue in Brazil. The analysis uses descriptive as well as inferential techniques, specifically multivariate logistic models. The study reveals some of the socio-demographic factors relevant to understand the circulation of children in Brazil and shows that it is possible to explore further existing data sets to better understand the phenomenon.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 UM POUCO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS .....</b>	<b>9</b>
1.1 Motivações para a Circulação .....	11
1.2 Com quem as Crianças ficam e os Motivos pelos quais Circulam.....	13
1.3 Dinâmica Demográfica e Circulação de Crianças.....	15
1.4 Voltando ao Passado: Abandono e Acolhimento de Crianças no Brasil .....	17
<b>2 BASES DE DADOS UTILIZADAS.....</b>	<b>27</b>
2.1 Os Dados e suas Fontes .....	29
2.2 Os Objetivos .....	35
2.3 As Variáveis Utilizadas.....	37
<b>3 RESULTADOS DAS PNAD.....</b>	<b>41</b>
3.1 PNAD 1985.....	41
3.2 As PNAD de 1996 a 1999 .....	47
<b>4 RESULTADOS DAS DHS.....</b>	<b>51</b>
4.1 As DHS e a Análise das Fichas de Domicílio.....	52
4.2 As DHS e a Análise dos Questionários Individuais.....	58
4.3 Os Modelos Logísticos .....	69
4.4 Comparações entre os Resultados.....	90
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>97</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>111</b>
<b>A- As fontes de dados utilizadas.....</b>	<b>113</b>
A.1 DHS.....	113
A.2 PNAD.....	117
<b>B- Algumas estatísticas sobre as variáveis avaliadas no estudo .....</b>	<b>121</b>
B.1 Tabelas Descritivas.....	121
<b>C- Tabelas Complementares .....</b>	<b>137</b>

C.1 Tabelas.....	137
<b>D- O Critério ABIPEME de Estratificação Social .....</b>	<b>139</b>
D.1 Critério ABA/ABIPEME.....	140
D.2 Critério ABIPEME.....	141
D.3 A Utilização nos dados.....	142
<b>E- Indicador de Necessidades Básicas Insatisfeitas.....</b>	<b>145</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABA	- Associação Brasileira de Anunciantes
ABIPEME	- Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado
BEMFAM	- Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar
DHS	- Demography Health Survey
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	- Fundação do Bem-Estar do Menor
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCH	- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
NBI	- Necessidades Básicas Insatisfeitas
NBS	- Necessidades Básicas Satisfeitas
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDS	- Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde
PNSMIPF	- Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar
PSFNe	- Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
ABEP	- Associação Brasileira de Estudos Populacionais
CEPAL	- Comisión Económica para América Latina y el Caribe
ECLAC	- Economic Commission for Latin America and the Caribbean

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 3.1.1</b> Distribuição das idades das crianças ao sair de casa, segundo declaração da mãe. Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985 (dados ponderados).....	43
<b>Figura 3.1.2</b> Distribuição das idades “atuais” das crianças que circulam , segundo declaração da mãe. Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985 (dados ponderados).....	43
<b>Figura 4.1.1</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, segundo informação dos domicílios (dados ponderados).....	54
<b>Figura 4.1.2</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por zona urbana/rural e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, segundo informação dos domicílios (dados ponderados).....	55
<b>Figura 4.2.1</b> Distribuição das idades das crianças, segundo declaração da mãe. Brasil, 1986 (dados ponderados).....	59
<b>Figura 4.2.2</b> Distribuição das idades das crianças, segundo declaração da mãe. Brasil, 1996 (dados ponderados).....	59
<b>Figura 4.2.3</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 (dados ponderados).....	62
<b>Figura 4.2.4</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1996 (dados ponderados).....	62
<b>Figura 4.2.5</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por urbano/rural e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 (dados ponderados).....	63
<b>Figura 4.2.6</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por urbano/rural e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1996 (dados ponderados).....	64

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 3.1.1</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985, por faixa etária e sexo, segundo informações da mãe (dados ponderados). .....	45
<b>Tabela 3.1.2</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por motivo pelo qual deixou de residir, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985, por faixa etária “atual”, segundo informações da mãe (dados ponderados). .....	46
<b>Tabela 3.1.3</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por motivo pelo qual deixou de residir, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985, por faixa etária com que o filho deixou de morar com a mãe, segundo informações da mãe (dados ponderados). .....	47
<b>Tabela 3.2.1</b> Número e porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe (filhos de mães vivas de qualquer faixa etária), segundo sexo e idade, por regiões, 1996 a 1999 (dados expandidos). .....	49
<b>Tabela 3.2.2</b> Número e porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe (filhos de mães vivas de qualquer faixa etária), segundo raça/etnia, por regiões, 1996 a 1999 (dados expandidos). .....	50
<b>Tabela 4.1.1</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, por sexo, informação dos domicílios (dados ponderados). .....	53
<b>Tabela 4.1.2</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, região Nordeste, por sexo, 1991 e 1996 (dados ponderados). .....	53
<b>Tabela 4.1.3</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, por zona urbana/rural, informação dos domicílios (dados ponderados). .....	55
<b>Tabela 4.1.4</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, região Nordeste, por zona urbana/rural, 1991 e 1996 (dados ponderados). .....	55
<b>Tabela 4.1.5</b> Porcentagem de filhos de 7-14 anos que não residem e residem em companhia da mãe, segundo o grau de escolaridade e sexo, Nordeste, 1991 (dados ponderados). .....	57
<b>Tabela 4.1.6</b> Porcentagem de filhos de 7-14 anos que não residem e residem em companhia da mãe, segundo o grau de escolaridade e sexo, Brasil, 1996 (dados ponderados). .....	57
<b>Tabela 4.2.1</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 e 1996 (dados ponderados). .....	61
<b>Tabela 4.2.2</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por urbano/rural e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 e 1996 (dados ponderados). .....	63

<b>Tabela 4.2.3</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, região Nordeste, 1986, 1991 e 1996, segundo declaração da mãe (dados ponderados).....	63
<b>Tabela 4.2.4</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região Nordeste, 1991, por faixa etária e sexo, segundo informações da mãe (dados ponderados).....	65
<b>Tabela 4.2.5</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região Nordeste, 1991, por faixa etária e situação urbano/rural e migrante/não migrante da mãe, segundo informações da mãe (dados ponderados).....	67
<b>Tabela 4.2.6</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região Nordeste, 1991, por faixa etária e sexo e situação urbano/rural, segundo informações da mãe (dados ponderados).....	67
<b>Tabela 4.2.7</b> Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região Nordeste, 1991, por faixa etária e sexo e situação migrante/não migrante da mãe, segundo informações da mãe (dados ponderados).....	68
<b>Tabela 4.3.1</b> Modelos Logísticos Univariados ( <i>odds ratio</i> ) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.721). Brasil, 1986 (dados ponderados).....	72
<b>Tabela 4.3.2</b> Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.721). Brasil, 1986 (dados ponderados).....	73
<b>Tabela 4.3.3</b> Modelos Logísticos Univariados ( <i>odds ratio</i> ) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=14.366). Brasil, 1996 (dados ponderados).....	76
<b>Tabela 4.3.4</b> Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=14.366). Brasil, 1996 (dados ponderados).....	77
<b>Tabela 4.3.5</b> Modelos Logísticos Univariados ( <i>odds ratio</i> ) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=3.268). Nordeste, 1986 (dados ponderados).....	80
<b>Tabela 4.3.6</b> Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=3.268). Nordeste, 1986 (dados ponderados).....	81
<b>Tabela 4.3.7</b> Modelos Logísticos Univariados ( <i>odds ratio</i> ) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.309). Nordeste, 1991 (dados ponderados).....	84
<b>Tabela 4.3.8</b> Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.309). Nordeste, 1991 (dados ponderados).....	85
<b>Tabela 4.3.9</b> Modelos Logísticos Univariados ( <i>odds ratio</i> ) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=5.924). Nordeste, 1996 (dados ponderados).....	88
<b>Tabela 4.3.10</b> Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=5.924). Nordeste, 1996 (dados ponderados).....	89
<b>Tabela B.1.1</b> Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Brasil, 1986.....	122

<b>Tabela B.1.2</b> Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Brasil, 1996.....	123
<b>Tabela B.1.3</b> Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Nordeste, 1986.....	124
<b>Tabela B.1.4</b> Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Nordeste, 1991.....	125
<b>Tabela B.1.5</b> Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Nordeste, 1996.....	126
<b>Tabela B.1.6</b> Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, de filhos não residentes com suas mães, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985.....	126
<b>Tabela B.1.7</b> Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Brasil, 1986.....	127
<b>Tabela B.1.8</b> Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Brasil, 1986.....	128
<b>Tabela B.1.9</b> Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Brasil, 1996.....	129
<b>Tabela B.1.10</b> Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Brasil, 1996.....	130
<b>Tabela B.1.11</b> Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1986.....	131
<b>Tabela B.1.12</b> Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1986.....	132
<b>Tabela B.1.13</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1991 (dados ponderados).....	133
<b>Tabela B.1.14</b> Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1991.....	134
<b>Tabela B.1.15</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1996 (dados ponderados).....	135
<b>Tabela B.1.16</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1996 (dados ponderados).....	136

<b>Tabela C.1.1</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos segundo a situação da mãe e pai, região Nordeste, 1991(dados ponderados).....	137
<b>Tabela C.1.2</b> Porcentagem de crianças de 0-14 anos segundo a situação da mãe e pai, Brasil, 1996 (dados ponderados).....	138



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 2.3.1</b> Variáveis escolhidas para estudo do “Questionário Individual” das DHS e do Questionário Suplementar da PNAD-1985 (Situação do Menor).....	39
<b>Quadro 2.3.2</b> Variáveis estudadas através da “Ficha de Domicílio” das DHS e no Questionário Principal das PNAD 1996-1999 .....	40
<b>Quadro A.1.1</b> Comparação entre as regiões utilizadas pela DHS e PNAD.....	114
<b>Quadro A.2.1</b> Temas especiais e tamanhos amostrais das PNAD, 1972-2001 .....	119
<b>Quadro D.1.1</b> Pontuações do critério ABA/ABIPEME para a instrução do chefe da família, segundo o grau de escolaridade.....	140
<b>Quadro D.1.2</b> Pontuações do critério ABA/ABIPEME para itens de conforto familiar.....	140
<b>Quadro D.1.3</b> Limites de classificação do critério ABA/ABIPEME .....	140
<b>Quadro D.2.1</b> Pontuações do critério ABIPEME para a instrução do chefe da família, segundo o grau de escolaridade .....	141
<b>Quadro D.2.2</b> Pontuações do Critério ABIPEME para itens de conforto familiar.....	141
<b>Quadro D.2.3</b> Limites de classificação do critério ABIPEME.....	141
<b>Quadro D.3.1</b> Pontuações do critério ABA/ABIPEME modificado (para a PNSMIPF-1986) para itens de conforto familiar.....	142
<b>Quadro D.3.2</b> Pontuações do critério ABA/ABIPEME modificado (para a PSFNe-1991) para itens de conforto familiar.....	143

*“Vou sair hoje, vou ver a minha mãe ... Foi assim que soube que Solange se referia à mãe que me criou, a mãe da minha mãe que, de fato, mostrou ser, em termos etnograficamente precisos, a tia materna da mãe biológica dela. Descobri assim sua quinta mãe.” (Fonseca, 1995: 76)*

## INTRODUÇÃO

*... acabei rotulando, segundo a convenção antropológica, de circulação de crianças, ou seja, o grande número de crianças que passam a maior parte da infância ou juventude em casas que não são a de seus genitores.*

Fonseca (1995: 14)

A realização deste trabalho é fruto de uma inquietação gerada a partir da disciplina “*Família e Sociedade e/ou Tópicos Especiais em Demografia* (HS821 ou HS886), oferecida para o Mestrado em Antropologia e Doutorado em Demografia no IFCH/UNICAMP, que cursei no primeiro semestre de 1996 com a professora Maria Coleta F. A. de Oliveira, que viria a tornar-se minha orientadora. Até então minha definição de tema para a tese de doutorado decorria muito mais das perspectivas e possibilidades de aplicação da estatística à Demografia do que de um interesse particular por uma problemática. Se isso era compreensível para alguém com uma trajetória como a minha – graduada e mestre em Estatística – minha percepção era a de que ainda me faltava algo em meu processo de conversão à Demografia.

As leituras e discussões proporcionadas pela disciplina abriram para mim novos horizontes. Com elas adentrei o mundo da família, suas regras e vicissitudes na sociedade moderna e contemporânea, e despertei para o mundo de questões relativas à criança e à infância, ainda pouco exploradas pela Demografia.<sup>1</sup>

A estas motivações somaram-se outras, originadas na minha vivência recente da maternidade, iniciada juntamente com o ingresso no programa do Doutorado em Demografia.

---

<sup>1</sup> Três obras foram objeto de leituras e seminários na disciplina: Kertzer, David I. (1993), **Sacrificed for Honor. Italian infant abandonment and politics of reproductive control**; Thorne, B. e Yalon, M. (1991), **Rethinking the Family: some feminists questions**; Fustenberg, F.F. e Cherlin A. J. (1991), **Divided Families: what happens to children when parents part**.

Não seria outra a minha escolha do tema, mobilizada pela curiosidade de conhecer uma parte da população infantil que, por fatores como divórcios, recasamentos, dificuldades financeiras, e outros não viviam com seus pais. Crianças para quem parentes, padrinhos, conhecidos, a rua ou instituições como a FEBEM viriam a ocupar, provisória ou definitivamente, o lugar e o papel daquilo que se convencionou chamar de família.

Não posso deixar de ressaltar a importância da leitura dos trabalhos de Claudia Fonseca que, de certa forma, me ensinaram “o caminho das pedras”, revelando-me a circulação de crianças, que até então me era completamente desconhecida. Segundo a autora, crianças em circulação são as que passam a maior parte da infância ou juventude em casas que não são as de seus genitores. A partir desse ponto só faltava um pequeno, mas imprescindível detalhe: como trabalhar com dados, em uma escala demográfica, para tratar de uma questão que, até então, fora objeto apenas de estudos de natureza qualitativa? Seria demograficamente relevante o fenômeno da circulação de crianças no Brasil?

Durante a exploração das fontes de dados disponíveis, chegou-me às mãos (bendita seja a Internet!) um texto de Guillaume, Vimard, Fassini e N’guessan de 1994, que me levou a textos de Isiugo-Abanihe<sup>2</sup>, autores que trabalharam exatamente a relação entre a circulação de crianças e a Demografia. Finalmente encontrava uma pista e me re-assegurava que minha inquietação poderia render algum fruto do ponto de vista da investigação em Demografia.

Tais inquietudes me levaram a realizar, informalmente, um certo trabalho de campo no cotidiano de minhas relações. Pelo menos em três situações observei, com pessoas de meu convívio, a circulação de crianças ocorrendo por motivos, fatores sociais e econômicos, e em regiões bastante distintas. Uma mulher de aproximadamente 50 anos e dez filhos, com poucos recursos financeiros e residente no estado de São Paulo, relatou-me que não tinha “criado” por muito tempo nenhum dos dez filhos, tendo um deles inclusive sido “criado” desde os seis anos por um “compadre”. Outra, também na faixa dos 50 anos, proveniente do Nordeste do país,

---

<sup>2</sup> **Child Fostering in West Africa: Prevalence, Determinants and Demographic Consequences.** Ph.D. Dissertation, apresentada na Graduate Faculties of the University of Pennsylvania, na Philadelphia, em 1983; GUILLAUME, A.; VIMARD, P.; FASSINI, R.; N’GUESSAN, K. **La circulation des enfants en Côte-d’Ivoire: solidarité et redistribution de la main d’oeuvre.** Communication au Colloque International “*Crise, ajustements et recompositions en Côte-d’Ivoire: la remise en cause d’un modèle*”, ORSTOM-GIDIS-CI (28 nov.-2 déc., Abidjan, 1994).

porém com condições de renda e educação bem mais afortunadas – o que lhe permitira cursar a universidade e fazer pós-graduação – relatou-me que seu marido havia sido “criado” por algum tempo por parentes para poder estudar. O terceiro caso é de um goiano, na faixa dos 48 anos, que comentou que a circulação é bastante comum em sua região. Sua “avó”, não podendo ter filhos, havia “criado” vários sobrinhos, inclusive seu pai, e outras crianças não aparentadas. Revelou ainda que, por um certo período, ele próprio havia criado um sobrinho.

De fato, eu havia entrado em um novo mundo. Sentia-me (por que não?) orgulhosa por ter sido capaz de problematizar a realidade à minha volta, para cujo entendimento podia me valer das técnicas e ferramentas não só da Estatística, mas da Demografia. E essa foi a maior riqueza que a Demografia me trouxe, e por isso me sinto muito feliz pela escolha. Por algum tempo procurei uma área que me fizesse crescer como pesquisadora, onde meus conhecimentos como Estatística pudessem ser utilizados e não apenas acrescidos de aperfeiçoamentos técnicos. Esse, certamente, foi o principal motivo de minha procura por uma área multidisciplinar como a Demografia.

Mas a escolha do tema não se justifica apenas pelas motivações pessoais. Alguns números são suficientes para revelar a magnitude do fenômeno: em 1991, existiam no Brasil, segundo o IBGE, cerca de 51 milhões de crianças na faixa de 0 a 15 anos. Em 1996, esse número caiu para pouco mais de 49,5 milhões, como reflexo da queda da natalidade nas décadas precedentes. Apesar disso, podemos dizer que o Brasil tem, ainda hoje, uma grande população de crianças e, segundo as estimativas deste trabalho, uma população não desprezível de crianças que circulam: cerca de 4,7 milhões em 1996 (segundo estimativas preliminares).

A circulação de crianças pode ser também descrita como um fenômeno migratório, já que implica em um movimento de um lar para outro. Podemos dizer que ao circularem, as crianças “migram” de uma família para outra.

O objetivo principal desta tese é trabalhar a circulação de crianças sob a ótica dos fenômenos demográficos e tentar responder a algumas perguntas, tais como: quantas, como e por que tais crianças circulam no Brasil. Para tratar destas questões, esta tese foi estruturada conforme descrito a seguir.

O *Capítulo 1* pretende discutir a circulação de crianças de um ponto de vista demográfico, através de uma revisão dos trabalhos existentes sobre o assunto. É importante salientar que praticamente inexistem trabalhos brasileiros que tratam o tema como fenômeno demográfico; o que encontramos são alguns poucos trabalhos na área de Ciências Sociais, com enfoque principalmente antropológico. Muito embora não se possa comparar o fenômeno da circulação de crianças no Brasil com aquele existente nos países africanos – que apresentam volume, maneiras e motivos bastante diferenciados –, não podemos ignorar os trabalhos existentes sobre o assunto nesses países, principalmente os que tratam a circulação como fenômeno demográfico. Assim, nossas hipóteses ou perguntas iniciais serão inspiradas nos trabalhos antropológicos brasileiros e em trabalhos africanos.

Este capítulo conta ainda um pouco da história do abandono infantil no Brasil, passando por seus aspectos legais e institucionais. Essa história, facilita a compreensão da circulação de crianças, que tem no abandono só mais uma de suas facetas. A assistência às crianças abandonadas teve sempre duas formas básicas de realização: a formal e a informal. A formal, delegada em tempos passados às Casas de Expostos, Rodas e Recolhimentos<sup>3</sup>, é hoje desempenhada por instituições diversas, dentre as quais a FEBEM. A informal é representada pelo sistema de “criação” de crianças, que perdura até os dias de hoje.

Marcílio (1998: 135) afirma que a criação de crianças é o sistema “mais universal e o mais abrangente, aquele que se estendeu por toda a história do Brasil, do século XVI aos nossos dias. Famílias ou indivíduos recolhiam recém-nascidos deixados nas portas de suas casas ou de igrejas, ou em outros locais e, por diversas razões, decidiam criá-los. Havia pessoas que iam às “rodas de expostos” tomar uma criança para criar e até mesmo perfilhar ou “adotar”. São os chamados *filhos de criação...*”. Mas a autora nota que, embora importante, pouca coisa se pode saber sobre esse fenômeno nos séculos passados, devido à escassa documentação existente. Neste caso, é possível retratar, com maior detalhamento, a criança institucionalizada, recolhida nas rodas de expostos. “Infelizmente, pouca coisa pudemos saber sobre os filhos de criação. Rara é a documentação que registra a existência dessas crianças. O que podemos afirmar, a partir de

---

<sup>3</sup> Ver no Capítulo 1 maiores esclarecimentos sobre tais termos.

evidências variadas, é que essa foi a forma mais difundida de assistência aos sem-família, em todas as épocas e em todo o País” (Marcílio, 1998: 139).

Muito embora a preocupação oficial da sociedade brasileira com a infância pobre e abandonada se inicie no século XVIII, as primeiras iniciativas de pesquisa social para investigar a questão surgem em meados dos anos 1970. A passagem da década de 70 para 80 é marcada por uma vasta produção acadêmica, principalmente no âmbito das Ciências Sociais. Nela, alguns mitos são derrubados, como o de que o menor carente não tem família e de que constituem uma minoria da população (Rizzini e Rizzini, 1996). Constatou-se então que o termo “meninos de rua” não era suficiente para descrever todas as crianças que passam parte do dia nas ruas, vindo o termo a designar a parte desse grupo que tem família e não perdeu totalmente os vínculos com ela.

Vale observar, porém, que muitas das hipóteses derivadas da bibliografia consultada, não poderão ser discutidas de modo conclusivo neste trabalho, face à limitação das bases de dados existentes no Brasil, criadas para outras finalidades. Porém, é possível explorar algumas dimensões relativas às relações entre a circulação de crianças e a fecundidade e a migração. É possível imaginar que a circulação de crianças poderia constituir um modo de alguns grupos das camadas populares manterem uma fecundidade alta, pois que a criação dos filhos seria transferida para outras pessoas e/ou instituições. Da mesma forma, a migração adulta pode fazer com que algumas crianças circulem, passando a viver com outras pessoas face à migração de seus pais.

Outras relações podem ser, ainda, investigadas, como o fato de a criação de meninas em outras famílias estar eventualmente mascarando o trabalho doméstico infantil, sem a devida remuneração. A circulação diferencial de meninos e meninas pode ser examinada à luz dessa questão. Ainda, uma nova união pode fazer com que mães sejam levadas a deixar filhos de uniões anteriores morando com os avós. O rompimento de uma união, o trabalho doméstico feminino e a pobreza são aspectos do fenômeno a investigar. Outras questões relativas à distribuição espacial do fenômeno também poderão ser minimamente exploradas, permitindo identificar as regiões brasileiras com maior índice de circulação

A perspectiva de análise adotada neste trabalho é de tipo quantitativa, muito embora perspectivas aliando técnicas quantitativas e qualitativas já tenham sido testadas com sucesso por

vários autores<sup>4</sup>. Mas tal escolha implicaria a necessidade de produção de novos dados, o que era inviável nas condições de elaboração desta tese.

Partiu-se assim para buscar fontes de dados secundárias, lançando mão de bases de dados já existentes. Para isso, foi necessária uma avaliação das principais fontes de dados disponíveis no Brasil, verificando quais tinham maior potencial para “captar” a circulação de crianças. Uma das funções do *Capítulo 2* é a de justificar, brevemente, a escolha dos bancos de dados e pontuar as variáveis envolvidas na análise. Os dados captam a circulação de crianças no Brasil nos anos de 1986, 1996, 1997, 1998, 1999 e apenas na região Nordeste em 1991.

Muito embora o título possa sugerir a mãe como objeto do trabalho, nossa atenção recai exatamente na criança. Crianças em circulação são crianças de muitas mães, protagonistas de uma face pouco conhecida da infância no Brasil. Claro está, porém, que a escolha deste prisma não significa a perda da dimensão familiar. Muitos estudos e intervenções motivados pela existência de crianças em situação de rua equivocaram-se ao minimizar a força dos laços familiares no Brasil. Como assegura Campos (1993: 118), “... grande parte dessas crianças aparentemente soltas no mundo possuem famílias, mantêm laços com elas e contribuem para seu sustento”.

Não podemos considerar que toda criança em circulação é uma criança abandonada, porque a circulação de crianças é um fenômeno muito mais abrangente que o abandono, já que nela estão incluídos os chamados filhos de criação, as crianças adotadas, as crianças de e na rua e as crianças institucionalizadas.

A circulação pode se dar em um momento de crise familiar, num contexto de estratégia de sobrevivência da criança, ou ainda ser considerada um arranjo do tipo *child care*<sup>5</sup>, onde a criança é colocada em um lar de criação para que tenha acesso a melhores condições de estudo, trabalho, etc.

---

<sup>4</sup> Ver : Oliveira (1982); Oliveira e Madeira (1986); Berquó, Oliveira e Camargo (1977); Menick e Berquó (1983); Madeira e Torres (1996).

<sup>5</sup> Marteleto (1998: 2633) afirma que o termo *child care* significa cuidado da criança, e que na literatura econômica, sociológica e demográfica, arranjos de *child care* são considerados instituições ou pessoas cuja função, em algum momento, é o cuidado da criança, incluindo-se aí pré-escolas, creches, babás, empregadas domésticas, ou mesmo avós, irmãos ou outros parentes.



Os *Capítulos 3 e 4* têm por objetivo revelar como as fontes de dados escolhidas podem produzir revelações sobre o fenômeno. Para isso além da utilização de técnicas descritivas algumas técnicas estatísticas mais elaboradas serão utilizadas. É importante dizer que muitas variáveis, embora importantes, não puderam ser incluídas nos modelos utilizados devido à falta de mensuração das mesmas nas fontes de dados analisadas.

O que observamos ao final deste trabalho é que o fenômeno da circulação de crianças no Brasil, embora não tão prevalente quanto nos países africanos, não é desprezível, tendo aparentemente aumentado no período estudado. O estudo mostrou ainda que nossas hipóteses iniciais não eram inconsistentes, nem mesmo improváveis, apesar das dificuldades encontradas no trabalho com bases de dados não criadas com o objetivo de se medir o fenômeno da circulação de crianças. Consideremos, entretanto, que apesar de nossos esforços, temos muito que avançar em relação aos estudos demográficos sobre a circulação de crianças no Brasil, seja no aspecto das investigações com bases de dados já existentes, seja em relação à elaboração de bases específicas para o estudo desse fenômeno.

E agora, mais uma vez, é a maternidade a motivação para findar esta tese, meu quarto parto, esta tese, um feto que cresceu, nasceu e que agora começa a ter vida própria. Espero com este trabalho ter podido dar a minha contribuição para a Demografia, ter acrescentando algo, acreditando que o meu viés de formação tenha sido mais meu aliado que inimigo.

## 1 UM POUCO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS

*Para designar toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro, os etnólogos tendem atualmente a utilizar a expressão circulação de crianças.*

*Fonseca (1995: 116)*

O fenômeno da assim chamada circulação de crianças, tal como acima definido, inclui diversas situações, abarcando as crianças em situação de rua, institucionalizadas, os chamados “filhos de criação”, as crianças formalmente adotadas, e até mesmo os chamados arranjos de *child care*. Fonseca, no entanto, adota uma concepção mais restritiva, considerando a circulação de crianças como “o grande número de crianças que passa a maior parte da infância ou juventude em casas que não a de seus genitores” (1995: 14), elegendo, dessa maneira, como crianças em circulação aquelas que se encontram em instituições, aquelas em situação de ruas e os chamados “filhos de criação”. Gregori (2000: 77) adota definição semelhante: considera em circulação as “crianças e adolescentes que viveram parte considerável, se não integral, de suas infâncias longe de seus genitores”. Porém, inclui no grupo as crianças adotadas.

Não é por acaso que boa parte dos trabalhos sobre o assunto dizem respeito às sociedades do continente africano. Lá, os sistemas de parentesco e de família envolvem uma considerável “transferência” da responsabilidade pela criança. A maioria dos trabalhos africanos adota o termo *fosterage* (da língua inglesa) para identificar o fenômeno da adoção por tempo limitado, porém, até mesmo legal<sup>6</sup>. Alguns textos utilizam o termo *long-term fostering* para designar a adoção tradicional, não legal, praticada tanto por famílias estáveis quanto não estáveis, por mães unidas e não unidas, por famílias abastadas ou não, motivada pela doença dos pais ou não, bastante

---

<sup>6</sup> Nos Estados Unidos é bastante comum uma criança ficar (legalmente) poucos dias ou semanas (ou até mesmo dois ou três anos) com pais adotivos, enquanto seus pais resolvem seus problemas familiares. Vários textos são encontrados na literatura americana sobre o tema, estudando reflexos (principalmente os emocionais) do *fosterage* para a criança (Simms and Bolden, 1991; Lewis, 1994 e outros).

comum em alguns países do Oeste da África, Oceania, Haiti e Índia Ocidental. Tais trabalhos consideram como *foster children* as crianças que não moram com suas mães biológicas<sup>7</sup>, argumentando que o pai, na maioria das vezes, participa apenas indiretamente do cuidado com a criança. No caso da transferência da responsabilidade da mãe biológica para a madrasta e/ou pai, temos uma transação na qual a responsabilidade por uma criança está sendo transferida de um adulto para outro, o que se enquadra nas condições da primeira definição de crianças em circulação.

Em muitos países africanos a criança é vista como uma propriedade conjunta ou comum da linhagem. Quando uma família tem alguma limitação que impeça o desenvolvimento pleno da criança, ou mesmo para preencher ou ressaltar o laço consanguíneo, a criança pode ser delegada a um membro do grupo de parentesco (Isiugo-Abanihe, 1994).

Para se ter uma idéia da diversidade de termos usados para descrever a circulação de crianças, Isiugo-Abanihe (1994: 163) menciona que em inglês podemos encontrar expressões como *child fostering, fosterage, child lending, child circulation, child migration, child relocation, warship, child rearing delegation, non-maternal residence*, etc., referindo-se cada qual a contextos específicos.

Na tradição ocidental, o cuidado dos filhos é responsabilidade fundamentalmente feminina, atribuída sempre que possível à mãe da criança (Furstenberg e Cherlim, 1991; Juarez, 1991; Marteleto, 1998). No Brasil, a criança é vista como uma responsabilidade da família ou mais explicitamente da mãe, que é a responsável pelo bem-estar da criança. Isso não implica, entretanto, que ela deva “criá-la”, podendo delegar essa responsabilidade a outras pessoas ou instituições (Fonseca, 1995). Em um grupo de baixa renda no Rio Grande do Sul, Fonseca verificou que o costume de batizar a criança várias vezes (em casa, na igreja, no terreiro de umbanda ou candomblé) é uma maneira de “coletivizar” a responsabilidade em relação à criança, embora a circulação se dê principalmente no interior do grupo consanguíneo. Nos séculos passados, no Brasil, o “compadrio” podia ser visto como uma maneira de integrar a criança a uma família adotiva (Venâncio, 1999).

---

<sup>7</sup> Podemos citar os trabalhos de Bledsoe et alii. (1988) e Vandermeersch (1998), que explicitam mais claramente essas situações.

Para este trabalho, partindo da definição mais abrangente e levando em conta que no Brasil algumas crianças nem sempre passam toda a sua infância junto aos seus genitores, vivendo por algum tempo (senão todo o tempo) junto com outras pessoas e/ou instituições, consideremos em circulação as crianças que não moram com suas mães. Tal definição compreende as crianças formalmente adotadas, institucionalizadas, aquelas em situação de rua, os chamados “filhos de criação”, excluindo os chamados arranjos do tipo *child care*. Entretanto, nos próximos capítulos, a utilização de bases de dados específicas pode levar-nos a outras restrições a essa definição, que serão discutidas no momento da apresentação dos dados.

Este capítulo tem como objetivo examinar o tema da circulação de crianças no Brasil tal como tratado pela literatura, bem como explorar as relações do fenômeno da circulação com a demografia, voltando um pouco na história para mostrar a relevância do fenômeno em nosso meio desde os tempos coloniais.

### ***1.1 MOTIVAÇÕES PARA A CIRCULAÇÃO***

Na literatura sobre circulação encontramos menção a cinco tipos e/ou motivações para a circulação, classificados como circulação por parentesco, por crise, por aliança ou aprendizado, além da circulação doméstica e aquela por razões educacionais.

Na circulação de parentesco, crianças são levadas a morar com parentes: as avós são, provavelmente, as principais receptoras de crianças, muito embora tios e outros parentes mais distantes possam também acolher crianças de sua rede de parentesco. Fonseca (1995: 81) chama a atenção para o fato de que “a circulação voluntária de crianças, ocorrendo normalmente no interior do grupo consanguíneo, tende a repartir o peso financeiro do sustento de crianças entre os membros mais abastados do grupo, ao mesmo tempo que consolidada os laços da consangüinidade”. Desse modo, a transferência de responsabilidade na criação se insere no sistema de trocas da rede de parentesco.

Crianças podem circular em razão da dissolução da família de origem por divórcio, separação ou morte de um dos cônjuges, enquadrando-se naquilo que a literatura chama de

circulação por crise. Se a mulher “encontra-se subitamente sem o marido, origina uma situação de crise cuja dificuldade central, tal como é percebida pela comunidade, é a sobrevivência dos filhos. A colocação destes em outros lares surge, neste momento, como uma solução *evidente*” (Fonseca, 1995: 91).

A circulação pode também ser utilizada para estabelecer alianças sociais, políticas e econômicas. “Não é incomum, no interior do Brasil, que as famílias mais pobres estabeleçam uma relação clientelista com seus senhores ou simplesmente com conhecidos mais prósperos, mandando uma criança em idade escolar para trabalhar como babá ou empregada doméstica em troca de casa, comida e algum tipo de instrução” (Fonseca, 1995: 79). Desse modo, a circulação de crianças no Brasil, como sugere a autora, além de funcionar como uma estratégia de sobrevivência para a criança, pode ser usada como elemento de troca para consolidar redes relacionais já existentes, dentro ou fora do grupo de parentesco.

Pequenos serviços domésticos podem ser feitos por crianças em circulação. “Na situação rural não há ambigüidades em torno do status da criança. Ela é recebida temporariamente já na idade de ser útil nos afazeres domésticos, e muitas vezes passa a ser criada das outras crianças da casa” (Fonseca, 1995: 79). Venâncio (1999) sustenta que, nos séculos passados no Brasil, a sociedade já suportava mal a ociosidade de enjeitados e enjeitadas, vistos como potenciais vadios ou prostitutas. Uma das soluções encontradas para “proteger” as crianças do ócio era enviá-las para serem pajens temporários em domicílios particulares, ou para abrigo em instituições religiosas. O envio de meninas para o trabalho em domicílios particulares era muito comum: ser uma pequena trabalhadora era o destino das recolhidas de origem humilde. O autor considera que tais práticas eram comuns também em várias sociedades européias, sobrevivendo no Brasil até nossos dias.

Filhos também podem ser enviados a outras famílias para obter uma educação formal. Fonseca (1995) aponta que este tipo de circulação ocorre principalmente em grupos rurais, meio no qual as oportunidades de educação formal tendem a ser mais reduzidas do que nas cidades. A utilização da rede de parentesco é comum neste casos, não constituindo, porém, a única alternativa mobilizada nessas situações.

## ***1.2 COM QUEM AS CRIANÇAS FICAM E OS MOTIVOS PELOS QUAIS CIRCULAM***

Com base em suas pesquisas, Fonseca (1995) sustenta que a expectativa – e mesmo crença – corrente é a de que, mesmo sob o cuidado de outrem, a criança permanecerá fiel à mãe, já que o laço predominante em nossa cultura seria o de sangue. Desse modo redes são formadas ou acionadas tendo por objetivo a sobrevivência da criança. Em algumas situações a criança pode ser usada pela família para consolidar redes de parentesco ou amizade já existentes. Quando, por um motivo ou outro, a criança não consegue ser colocada na rede de parentesco, a alternativa de abrigá-la em casa de não-parentes ou mesmo em instituições, temporariamente ou não, pode ser acionada. Sua pesquisa em um grupo urbano de baixa renda no Rio Grande do Sul revelou que um terço das crianças em circulação foi para a FEBEM, e dois terços foram distribuídos ente parentes, comadres e conhecidos.

Fonseca (1995) observa que podem ser encontrados no Brasil três tipos de “pais” adotivos: avós e parentes, pessoas fora do grupo consanguíneo e instituições. Como observou a autora, parentes seriam os primeiros candidatos para a realocação das crianças. Neste caso, os laços entre o lar de origem e o lar adotivo seriam amigáveis, as mães considerariam que os parentes se sentiriam na obrigação de ajudá-la criando seu filho, e a mãe adotiva seria provavelmente solidária com a mãe biológica.

Em situações de crise, como na separação conjugal ou penúria econômica, não havendo a possibilidade de realocar sua prole dentro da rede de parentesco consanguínea, a mãe sabe que um lar adotivo terá de ser encontrado entre amigos, vizinhos, conhecidos ou padrinhos. A colocação de crianças em lares não-consanguíneos não constitui uma alternativa preferencial, pois não pertencendo a mãe adotiva à rede de parentesco, pode tender a desestimular ou mesmo cercear os laços entre a mãe biológica e seu filho. Pior, além disso, a possibilidade de a mãe adotiva vir a reivindicar, no futuro, o reconhecimento do “filho de criação”, por exemplo, na forma de amparo na velhice, em detrimento da mãe biológica.

A relação entre as instituições de amparo infantil e o fenômeno da circulação é bastante comum no Brasil, e tem paralelo com o sistema das rodas e Santas Casas dos séculos

passados<sup>8</sup>. Em seu estudo de uma vila de invasão em Porto Alegre, Fonseca (1995) observou que 20% das 70 famílias entrevistadas tinham pelo menos um dos membros da família que havia sido internado na FEBEM. Entretanto, tal alternativa para a recolocação da criança não é preferencial. Da primeira vez que a mãe entrega seu filho para as autoridades, ela normalmente o faz sob coação<sup>9</sup>. Depois do primeiro contato, a mãe adquire experiências e conhecimentos que tendem a diminuir a imagem negativa do orfanato, sendo capaz de internar o filho voluntariamente algum tempo depois<sup>10</sup>. Assim, a familiaridade com o sistema de acolhimento e o menor risco de perder o filho para outrem (uma vez que crianças mais velhas têm menor chance de serem adotadas legalmente), aliadas às dificuldades de colocar a criança na rede de parentesco, podem levar algumas mulheres a colocar filhos em orfanatos.

Uma pesquisa realizada em Recife, em 1988, com crianças freqüentadoras de seis estabelecimentos de atendimento a crianças em situação de rua e suas mães, na área urbana, mostrou que, em 47,8% das vezes, a decisão de internação foi tomada pelas mães. Em 30,5% dos casos as próprias crianças o fizeram, e em 21,6% coube a outros parentes (pais ou avós) a iniciativa. O principal motivo alegado diz respeito às condições econômicas da família e, neste caso, o retorno das crianças ao convívio familiar parece ser maior. Condições familiares<sup>11</sup> (não especificadas no estudo) parecem resultar em separação de caráter definitivo<sup>12</sup>, permanecendo a criança mais tempo na instituição. No grupo investigado, as mães tomam a decisão principalmente por razões econômicas; o pai ou os avós igualmente por motivos familiares e econômicos, e as próprias crianças, basicamente por motivos familiares. No estudo pernambucano, o principal destino das crianças, ao deixarem a convivência com a mãe, é o interior da própria família (69,6%), enquanto que fora da família moram 30,4% das crianças (Juarez, 1996).

---

<sup>8</sup> Maiores detalhes sobre esse sistema podem ser obtidos em Kertzer (1993), Marçlio (1998) e Venâncio (1999)

<sup>9</sup> O Juizado recolhe a criança por vadiagem, ou então uma vizinha (mãe substituta), farta de suas responsabilidades e não conseguindo encontrar a genitora, entrega a criança para o Estado (Fonseca, 1995).

<sup>10</sup> Quando os agentes da FEBEM não concordam com o internamento "voluntário", a mãe alega, por exemplo, maus tratos do padrasto para com a criança (Fonseca, 1995).

<sup>11</sup> O questionário só oferecia três opções de motivos: econômico, familiar e outro.

<sup>12</sup> Entre o nascimento e o momento da entrevista, o conjunto de crianças estudado apresentou três diferentes tipos de trajetórias residenciais: sempre morou com a mãe (84,9%), alguma vez deixou de morar com a mãe (15,1%) e não retornou à moradia materna (7,2%).

### *1.3 DINÂMICA DEMOGRÁFICA E CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS*

No Brasil, a circulação de crianças é uma questão pouco estudada, para não dizer desconhecida na Demografia. A reduzida bibliografia encontrada sobre o tema restringe-se principalmente a trabalhos antropológicos, como o de Claudia Fonseca, aqui tantas vezes mencionado. Esta mesma autora revela em seu livro sua perplexidade frente à falta de qualquer menção sobre a prática na literatura das Ciências Sociais (1995: 14). Autores estrangeiros vêm estudando as relações entre circulação e demografia, destacando-se entre eles Isiugo-Abanihe (1984) e Vandermeersch (1998), que focalizam o contexto africano. A circulação tratada como um fenômeno demográfico, sob uma perspectiva familiar, pode ser um caminho para o entendimento de alguns comportamentos demográficos ainda não completamente explicados. Como afirma Isiugo-Abanihe (1985: 53), “a colocação de crianças é um fenômeno demográfico com relação potencial com muitos aspectos do comportamento familiar”.

A incidência da circulação varia de acordo com determinantes étnicos e geográficos. Isiugo-Abanihe (1985) revela que, em Gana, 20% das crianças com menos de 10 anos circulam, e cerca de 33% das mães entre 15 e 34 anos têm algum filho circulando. O mesmo autor mostra que em 1974, o censo liberiano revelou que perto de 40% das mães entre 15 e 34 anos tinham algum filho circulando.

Isiugo-Abanihe (1994) classifica a incidência da circulação de crianças em três níveis: considera “baixa incidência” quando a proporção de crianças com menos de 15 anos que não vivem com suas mães é menor que 10%, citando como exemplos locais como o Sudão, Norte da Nigéria e Oeste do Quênia; “incidência moderada”, quando essa proporção varia entre 10 e 20%, como no Quênia, Camarões, no restante da Nigéria e ao Norte de Gana. A incidência é considerada alta quando essa proporção é superior a 20%, e o autor cita como exemplos dessa situação a Libéria e Serra Leoa.

No Brasil, até o momento, pouco se sabe sobre o volume exato dessa circulação. Relatório preliminar da BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil) sobre a PNDS (DHS) de 1996 mostra que cerca de 11% das crianças brasileiras de 0 a 17 anos não vivem com suas mães. A menor taxa encontrada foi de 6,7%, na região de São Paulo, e a maior, de 15,2%, na



região Norte. Já os dados da PNAD 1985 revelam que, nas regiões metropolitanas, as proporções de crianças entre 0 e 17 anos que não vivem com suas mães variam de 3,1% (Região Metropolitana de Curitiba) a 6,7% (Região Metropolitana de Belém).

Alguns pesquisadores têm estudado a relação entre a fecundidade e a circulação de crianças. No caso da África sub-sahariana, onde a taxa de fecundidade total é superior a seis crianças por mulher, em muito dos países a prática da circulação de crianças “é uma das várias instituições culturais que ajudam a sustentar esta alta fecundidade” (Isiugo-Abanihe, 1994: 167). O autor afirma que a circulação é, mesmo para mulheres que trabalham em setores produtivos mais modernos, uma maneira de manter altas taxas de fecundidade, sendo utilizada com uma forma de cuidado com a criança (*child care*).

No caso do Brasil, estudos quantitativos inexistem. Porém, a hipótese de circulação como mecanismo de sustentação de fecundidades elevadas encontra evidências nos estudos de Fonseca. Segundo ela, se as crianças “não tivessem circulado facilmente entre vários adultos, é difícil imaginar como esta população teria se reproduzido” (Fonseca, 1995: 32). E, ainda, “a colocação destes [filhos] em lares substitutos seria uma prática complementar para assegurar a sobrevivência da prole numerosa durante os anos pré-produtivos” (1995: 127).

Alguns autores têm também explorado as relações entre a circulação de crianças e a mortalidade e a morbidade. Estudos sobre aspectos nutricionais sugerem que a estrutura familiar pode afetar o risco de mortalidade e morbidade. Blendsoe, Ewbank e Isiugo-Abanihe (1988) encontraram em seu trabalho sobre Serra Leoa, que crianças que circulam, principalmente as mais jovens, têm maior risco de mortalidade e morbidade do que aquelas que moram com suas mães. Os autores acreditam que a alta taxa de circulação de crianças naquele país pode ser uma das razões para a elevada taxa de mortalidade infantil, uma das mais altas do mundo.

No caso do Brasil, não existem estudos que busquem a relação entre a mortalidade ou morbidade e a circulação de crianças. E esta relação não é muito facilmente verificável, pois são necessários dados adequados que capturem a mortalidade e a morbidade das crianças em circulação e daquelas não em circulação. Seria importante saber se as ‘crianças em circulação’ têm ou não maior risco de adoecer ou mesmo de morrer do que as crianças que vivem com suas genitoras. Para verificar tal possibilidade, Blendsoe, Ewbank e Isiugo-Abanihe (1988) utilizaram dados de

pacientes com idade entre 0 e 12 anos, admitidos no Hospital de Sebaru em Serra Leoa entre 1979 e 1985, levando em conta o responsável pela internação da criança. Uma das dificuldades encontradas pelos autores residia no fato de que, muitas vezes, quando adoeciam, as crianças retornavam aos pais verdadeiros, responsáveis então pela internação, levando a um registro distorcido das crianças em circulação.

As fontes de dados mais conhecidas no Brasil não nos possibilitam a verificação dessa relação. Citando as mais conhecidas, para o caso da mortalidade teríamos os dados do Registro Civil e, para a morbidade, os bancos de dados do SUS (Sistema Único de Saúde). Tanto em uma quanto em outra não existem informações sobre quem estava criando a criança quando a mesma adoeceu ou morreu.

A migração é um aspecto evidente na circulação de crianças em pelo menos duas situações: a própria circulação é um tipo de migração, porque a criança se desloca de um domicílio a outro. Por outro lado, pode ser um tipo de consequência da própria migração dos genitores. Não é difícil encontramos pais que, ao migrarem (nacionalmente ou internacionalmente) deixaram seus filhos para serem criados por outros parentes (Isiugo-Abanihe, 1984). Na literatura brasileira, Fonseca (1995) menciona que, no grupo estudado em Porto Alegre, não era incomum duas famílias não aparentadas dividirem a mesma moradia, acontecendo algumas vezes de a mulher ou casal “de visita” ir embora, deixando um filho com a família anfitriã.

#### ***1.4 VOLTANDO AO PASSADO: ABANDONO E ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS NO BRASIL***

Para contarmos um pouco desta história, teremos que voltar no tempo e rever o que se costuma chamar de abandono de crianças no passado brasileiro. Tal história se mescla à da legislação sobre o amparo à criança e a institucionalização infantil. O abandono infantil pode ser considerado uma das facetas da circulação de crianças. Bacellar (1996: 1731) afirma que “o fenômeno de abandono de crianças no passado vem sendo alvo de um número cada vez maior de

estudos, provavelmente enquanto fruto de uma preocupação em melhor compreender a grave continuidade dessa prática no presente.”

A infância é tratada de formas distintas ao longo de nossa história. Termos ou denominações como “menor” carregam conotações por vezes pejorativas, que associam a criança pobre ao desamparo, à delinqüência ou à marginalidade. Ao longo do tempo podemos observar como se alteram denominações como menor, criança e adolescente. No início do século, a infância pobre é tratada com termos que revelam as perspectivas ideológicas das abordagens adotadas. Expressões como “santa infância”, “expostos”, “órfãos”, “infância desvalida”, “petizes”, “peraltas”, “menores viciosos”, “infância em perigo moral”, “pobrezinhos sacrificados”, “vadios”, “capoeiras” foram usadas para designar a infância pobre. Expressões como “infância abandonada” eram raramente utilizadas há dois séculos, sendo mais comuns termos como “enjeitados” e “expostos”. Alcançando décadas mais recentes, o termo “abandono” passa a ser mais utilizado, remetendo à figura de uma mãe cruel e desprovida de caráter que “doa” ou “abandona” seus filhos. É interessante nesse sentido o trabalho de autores como Motta (2001), que observa o “abandono” pela ótica da mãe “abandonada”.

Com o Código Civil de 1916, a denominação dominante passa a ser “menor”, com variantes como “menor abandonado”, “menor delinqüente”, “menor de conduta anti-social”, “menor em perigo moral”, “menor carente”, “menor em situação de risco” e “menor institucionalizado”, sempre com uma conotação de infância pobre e desviada. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 passa a utilizar os termos “criança” e “adolescente” com conotações mais amplas e supostamente neutras, aplicadas a todos sem distinção, abolindo o uso do termo “menor” por conta de seu sentido negativo.

A partir de meados da década de 80 difunde-se uma nova forma de designar as crianças e jovens que se encontravam nas ruas, os chamados “meninos de rua”, passando o fenômeno a ser explorado por muitos pesquisadores. Mas no final da década de 80 estabelece-se uma distinção clara entre dois grupos de crianças, os que moram nas ruas e os que passam os dias perambulando pela cidade, passando a serem denominados, respectivamente, por “meninos(as) **de** rua” e “meninos(as) **na** rua”. Essa distinção é resultado do conhecimento adquirido nos anos anteriores, de que a maioria das crianças e jovens que se encontram nas ruas retornam às suas casas

no final do dia. Com uma conotação mais abrangente convencionou-se utilizar o termo crianças “em situação de rua”. Campos (1993) ressalta a dificuldade de quantificar o número de “crianças de rua” ou “em situação de rua”, que se deve tanto à falta de precisão na definição do grupo considerado, como também às próprias condições de permanência ou passagem pelas ruas desses meninos e meninas, bastante instáveis no tempo e no espaço.

### *Um pouco sobre o “abandono”*

“Abandonar” crianças no Ocidente, principalmente bebês, é um fenômeno bastante antigo, variando o tempo, as motivações, as circunstâncias, as causas, a intensidade e as atitudes em relação ao fato. Essa história é contada, em relação ao Brasil, e com bastante propriedade, por autores como Marcílio (1998) e Venâncio (1999), que a retomam, através da demografia histórica, desde o período colonial.

Em meados do século XVIII instituiu-se no país o “sistema da roda” nos asilos para menores abandonados. A “roda” era um dispositivo de madeira de forma cilíndrica, com uma divisória no meio, que era fixado no muro ou na janela da instituição. A criança a ser “enjeitada” era colocada no tabuleiro inferior da parte externa da roda, a pessoa girava a “roda” e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante (ou rodeira) que um bebê acabara de ser abandonado, e retirava-se furtivamente do local, sem ser reconhecida. Não se pode negar a importância de tal sistema, que perdurou por quase dois séculos, muito embora não tenha atingido no Brasil as mesmas proporções que na Europa. Podemos atribuir parte dessas diferenças ao fato de prevalecer no Brasil um sistema informal de adoção, a “criação” de crianças, que possivelmente absorvia boa parte daquelas que, por distintas razões, não teriam possibilidades de ser criadas por seus genitores.

Segundo Marcílio (1998), podemos distinguir três fases na evolução da assistência à infância “abandonada” no Brasil. A primeira é a chamada fase caritativa, que vigorou desde o período colonial até meados do século XIX. A segunda fase é a filantrópica, que se estende até a década de 1960, mantendo alguns aspectos caritativos. Nas últimas décadas do século XX, inicia-se a terceira fase, a do “Estado do bem-estar social” (*welfare state*), marcada pela intervenção do estado

na assistência e proteção à infância desvalida. Passetti (1987) considera ainda uma quarta fase, a chamada nova filantropia, que se inicia no final do século XX.

O assistencialismo, marcado pelo sentimento de fraternidade e sem nenhuma pretensão de promover mudanças sociais, é a principal marca da fase caritativa. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, privilegiando a caridade e a beneficência, pelos quais os mais ricos e poderosos tentavam minimizar o sofrimento dos mais desvalidos, com o objetivo de salvar suas almas. O sistema de assistencialismo apresentava três formas básicas de proteção. As duas primeiras eram formais e delegadas às Câmaras Municipais e às confrarias das Santas Casas de Misericórdia, que acabaram por estabelecer as “rodas”, as Casas de Expostos e os Recolhimentos. O terceiro sistema é informal, o da “criação” de crianças, que perdura até os dias de hoje, e sobre a qual a demografia histórica pouco pode contribuir (Marcílio, 1998).

As Câmaras Municipais, durante a fase caritativa, foram quase sempre omissas ou parciais quanto à responsabilidade em relação às crianças sem família, não as assistindo em sua totalidade. As crianças que não eram criadas por amas-de-leite, especialmente pagas para o serviço, ou nas Casas de Misericórdia, dependiam da caridade de famílias que as abrigassem gratuitamente, ou seu destino era morrer precocemente ou perambular pela ruas (Marcílio, 1998).

As primeiras instituições de proteção à infância foram as Rodas de Expostos e os Recolhimentos, e só surgiram no século XVIII. Um dos objetivos primordiais das Rodas de Expostos era o de não deixar os bebês sem o sacramento do batismo, e se justificavam como meio eficaz de combate ao infanticídio e ao aborto. Marcílio (1998) localizou quinze “rodas dos enjeitados” no Brasil: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Desterro, Campos (RJ), Cuiabá, Vitória, Cachoeira (BA), Olinda, São João Del Rei e São Luís. A roda de São Paulo foi a última a ser extinta no Brasil, em 1951 .

A mortalidade infantil era extremamente alta nas rodas, e a responsabilidade era atribuída, no final do século XIX e início do século XX, ao sistema de amas de leite mercenárias, a julgar pelas avaliações da medicina filantrópica da época. Por essa razão, o sistema acabou por extinguir-se. Com a descoberta da pasteurização, o sistema de amamentação artificial passa a ser utilizado na amamentação das crianças pobres, sendo criados alguns programas como o das “Gotas

de Leite<sup>13</sup> e as creches<sup>14</sup> para mães trabalhadoras (Marcílio, 1998). A assistência à infância transita então para o sistema de Casas de Expostos com admissão aberta. As crianças deixadas, a partir de então, nos Asilos de Expostos, são mais velhas, e os asilos passam a ter um caráter temporário, funcionando analogamente às creches.

Aos poucos, a sociedade brasileira vai rompendo com a velha ordem oligárquica e implementando uma nova ordem social burguesa, a par da ordem econômica e industrial capitalista. Entra-se na fase filantrópica de assistência à criança, marcada por mudanças como a abolição da escravatura, a queda da Monarquia, a separação da Igreja e do Estado, a quebra do monopólio religioso na assistência social e outras transformações relacionadas às políticas públicas sociais voltadas à infância desvalida. A filantropia dá continuidade à obra de caridade, mas com uma nova concepção de assistência, voltada para a reintegração social dos “desajustados”. É a fase da intervenção da Medicina e das Ciências Jurídicas. Influenciadas pelo Iluminismo, as autoridades passam a acreditar que não adianta salvar apenas a alma; é preciso salvar o corpo da criança, dando-lhe assistência pública em bases científicas.

Começam a despontar os estabelecimentos especializados de reclusão e surgem os grandes estabelecimentos de internamento e de segregação da sociedade para crianças e adolescentes “carentes” e “sem família”. Supõe-se que a criança “abandonada” deveria ser preparada para o mundo do trabalho. Busca-se a valorização da família para prevenir a ociosidade, a prostituição, a mendicância, o crime, o abandono e a criança na rua. Na filantropia, o Estado deveria participar da assistência e da proteção à infância abandonada e transgressora, mas a ação maior deveria ser de iniciativa particular.

Até a década de 1960 as funções do Estado restringiam-se ao estudo, vigilância e controle da assistência ao menor, e à repressão aos desviantes. Em 1964 é criada pelos militares a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Funabem, introduzindo o “estado interventor” ou estado do bem-estar (*welfare state*). Surgem as Febems e suas congêneres, presentes em vários estados, e responsáveis por dar abrigo à infância desamparada e com desvios de conduta. A maior

---

<sup>13</sup> Crianças pobres cadastradas recebiam diariamente uma quantidade de leite esterilizado necessária para a sua alimentação. Além de receber o leite, as crianças eram pesadas e examinadas por médicos.

<sup>14</sup> Construídas principalmente em bairros proletários, para “cuidar” de filhos de empregadas.

parte de tais instituições, entretanto, já existia e funcionava desde os fins do século XIX, tendo sido apenas repassadas para os governos estaduais, sob a supervisão das políticas gerais estabelecidas pela Funabem.

Já no final do século XX inicia-se a fase chamada por Passeti (1997) de “nova filantropia”. Esta fase reflete uma contenção de programas sociais do Estado e o estabelecimento de parcerias com instituições não governamentais. Perduram ainda, nesta fase, ações jurídico-policiais de encarceramento de infratores, como medida de prevenção geral contra a violência. A “nova filantropia” não é feita nos mesmos moldes da filantropia do século passado, que era custeada pela caridade religiosa ou pelo Estado. É principalmente o empresariado, que através das organizações não governamentais, que custeia a “nova filantropia” e, normalmente, o faz graças ao que deixa de pagar ao Estado (Passeti, 1987).

### *A Legislação e o Estado*

No Brasil do final do século XIX, já na fase filantrópica, a infância pobre passa a ser alvo da atenção de juristas. A velha assistência caritativa passa a ser criticada e tem início a ênfase na cientificidade da filantropia. A designação de infância também se altera: o termo “criança” passa a ser empregado para designar o filho de famílias bem postas, e o termo “menor” é usado na denominação da infância desfavorecida, delinqüente e abandonada. Em 1855 surge um primeiro programa nacional de políticas públicas voltado para a criança desvalida, no qual se incluíam o ensino elementar e o ensino profissionalizante. O Código Penal de 1890 incluía em seus artigos a necessidade de criar-se instituições preventivo-correcionais de grande porte para abrigar menores abandonados ou infratores. Neste Código, a minoridade penal foi diminuída para os nove anos de idade, pois o Código Criminal do Império, de 1830, a instituía aos 14 anos incompletos (Marcílio, 1998).

Em 1899 é criado no Rio de Janeiro o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, com o objetivo de exercer a proteção das crianças pobres, doentes, moralmente abandonadas, difundir noções básicas de higiene infantil, regulamentar o trabalho da mulher e da criança na

indústria e exercer tutela sobre meninos maltratados ou em perigo moral. Em 1906 é apresentado à Câmara Federal o primeiro projeto de criação de um Juizado de Menores, que foi rejeitado.

Em 1919 é criado o Departamento Nacional da Criança, com o objetivo de controlar todas as atividades no vasto campo da assistência à mãe. O Serviço de Assistência e de Proteção à Infância é criado em 1921, assim como o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, no Rio de Janeiro.

Após a primeira “Declaração dos Direitos da Criança”, ou “Declaração de Genebra” (1923), é criado no Brasil, em 1924, o Juízo Privativo de Menores Abandonados e Delinqüentes, mas só em 1927 é criado o primeiro Código de Menores. Este Código (Decreto n. 17943-A) amplia para 18 anos a idade limite da inimputabilidade do menor, definido como a criança de um ou outro sexo, abandonada ou delinqüente. Dois artigos da Constituição de 1939 também foram dedicados à educação da infância e da juventude. Em 1941 é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), antecessor direto da Funabem, criada pelos militares em 1964. Em 1979 é elaborado o Estatuto do Menor, oficializando a Funabem e determinando que as entidades de assistência e proteção ao menor seriam criadas pelo Poder Público.

A década de 80 é marcada por inovações importantes nas políticas de atenção à infância e à adolescência, tanto no que se refere à base jurídica como ao cenário institucional. Em 1990 é elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Funabem é extinta, surgindo a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBLA). O ECA manteve-se fiel à Convenção Internacional dos Direitos da Criança e à nova Constituição de 1988.

As alterações decorrentes da nova legislação – a Constituição Federal, as Constituições Estaduais e o Estatuto da Criança e do Adolescente – abarcam três aspectos fundamentais: a definição dos direitos das crianças e jovens; a redefinição dos deveres do Estado e da sociedade civil; e a reorganização das atribuições e competências do poder público federal, estadual e municipal, em virtude da tendência à municipalização do atendimento. Com tais modificações, a criança deixa de ser um objeto e passa a ser um sujeito de Direito.

Apesar de todas as mudanças propostas pelo ECA, pouca coisa mudou com relação aos infratores. Ainda que o Estatuto recomende a educação do infrator para o exercício da futura



cidadania, e o define como inimputável, juizes e promotores continuam a atuar segundo a mentalidade do antigo Código de Menores. Segundo o Estatuto, no seu artigo 112, a internação deveria ser apenas um último recurso, depois de exaustas outras medidas socioeducativas. Entretanto, a internação continua sendo a medida preferida em 80% das sentenças proferidas (Passetti, 1987).

A abrangência da população alvo de tais dispositivos legais, políticas e programas é variável. O ECA passa a classificar a infância em duas categorias: a criança, entre 0 e 11 anos e o adolescente, entre 12 e 17 anos, sendo os procedimentos bastante diferenciados para essas duas categorias. Já para a Organização Mundial de Saúde (OMS), referência freqüente na definição de políticas sociais, um adolescente é uma pessoa que tem entre 10 e 19 anos de idade, e o termo mais abrangente “jovem” refere-se a uma pessoa que tem entre 15 e 24 anos de idade (Oliveira, 1990).

### *A Institucionalização*

Como pudemos observar, a institucionalização vem sendo utilizada desde há muito tempo como estratégia auxiliar na garantia de sobrevivência de famílias brasileiras. As Rodas de Expostos, Casas de Expostos e a própria FEBEM têm cumprido a mesma função de lugar de socorro temporário para famílias pobres que não tinham e/ou não têm condições para criar seus filhos.

Nos séculos passados, abandonar a própria prole era considerado um desrespeito aos mandamentos cristãos, mas o infanticídio e o aborto eram gestos ainda mais condenáveis. O enjeitamento era visto como uma forma de salvaguardar a vida das crianças. A criação de abrigos para enjeitados cumpria uma dupla função cristã: evitava o infanticídio e o aborto, e possibilitava que os cristãos exercessem a caridade e o amor ao próximo. É claro que os pobres preocupavam-se com seus filhos e procuravam protegê-los, relutando em abandoná-los. Mas, em algumas situações de crise, o gesto não podia ser evitado. Ao longo do tempo, essa triste faceta da pobreza não se alterou e o internamento se mostra, algumas vezes, como a única saída para uma crise.

Durante o período colonial, as leis portuguesas mencionavam que os hospitais (em primeiro lugar) e o Senado da Câmara deveriam arcar com o socorro a meninos e meninas abandonados. Muito embora a entrega da criança à Casa da Roda não implicasse na perda do pátrio poder, o “abandono” implicava uma visível ruptura dos laços familiares. Toda criança pobre que fosse socorrida pelo hospital deveria ser registrada como enjeitada. As casas das rodas não retinham as crianças por muito tempo. Estas eram entregues às “amas de fora” ou “amas de termo”, mulheres que residiam em domicílios particulares e que deveriam criar os expostos até os sete anos de idade. A Casa da Roda cumpria o papel de acolher não apenas os filhos ilegítimos, mas também aquelas cujos pais estavam momentaneamente impedidos de criá-los. O recurso à Casa da Roda foi, ao longo do tempo, incorporado às diversas estratégias de sobrevivência das camadas populares das antigas cidades brasileiras.

De maneira geral, os historiadores atribuem o recurso às instituições de assistência, nos séculos passados, à condenação social aos nascidos ilegítimos, à miséria, a uma forma extrema de controle da dimensão das famílias em períodos anteriores à difusão de práticas contraceptivas, à morte dos pais, as estratégias de sobrevivência familiares em períodos de proletarização e urbanização aceleradas (Venâncio, 1999). A morte, entretanto, era o inevitável destino da esmagadora maioria dos meninos e meninas enjeitados. Os raros sobreviventes deveriam enfrentar novos desafios, novos padecimentos, vinculando-se a uma família “criadeira” ou voltando, na juventude, a ingressar novamente no circuito do abandono. Os historiadores, entretanto, chamam a atenção para uma categoria prevalente de um sistema de socialização, em que crianças de todos os níveis sociais “circulavam” de família em família durante certas etapas da vida

Ao longo da segunda metade do século XIX, as tradicionais formas de auxílio à infância entram em declínio. O surgimento de novas instituições, como clínicas pediátricas e orfanatos, oferecem novas oportunidades de enjeitamento às famílias pobres, restringindo o número daqueles que eram impelidos a recorrer às rodas. No início do século XX as Casas da Roda voltaram a recuperar o seu prestígio, passando a funcionar como asilos de órfãos. As rodas, entretanto, demoraram a ser desativadas, sendo legalmente condenadas a partir de 1927.

Mas como afirma Venâncio (1999: 170), na essência, pouca coisa mudou deste então: “Durante o século XX, foi mantida a perversa tradição de estigmatizar os pobres e de excluir

qualquer possibilidade de implantação de uma política assistencial voltada à família, seja ela nuclear ou monoparental. Da mesma forma que no período colonial, as famílias pobres de nossos dias só encontram uma saída para socorrer os filhos carentes: entregá-los a uma instituição mantida pelo Estado ou pela filantropia privada, abandonando-os assim à própria sorte”.

A FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor) foi criada na década de 70, com o objetivo de prestar atendimento ao menor, através de medidas compatíveis com o regime político vigente (governo militar), marcado pela ideologia da Segurança Nacional.

A FEBEM era e ainda é considerada, por muitos, como um “termômetro social”: quanto pior a situação econômica e social do país, maior o número de crianças internadas em razão do abandono da família ou violação das leis. Em 1987, o total de menores atendidos foi de 39.221, sendo que cerca de 47% foram considerados menores abandonados, e o restante, autores de infrações (Kosminsky, 1993). Tais números reafirmam a interpretação da institucionalização como um recurso para o pobre em situação de crise.

As unidades pertencentes à FEBEM/SP são de três tipos: Recepção, Triagem e Educacional. O menor é recebido inicialmente na Unidade de Recepção e, após um breve diagnóstico, é encaminhado para as Unidades de Triagem para um diagnóstico mais aprofundado. Só depois é destinado aos locais onde permanecerá por mais tempo, as Unidades Educacionais da própria FEBEM ou instituições particulares conveniadas (Kosminsky, 1993).

Atualmente o que se observa é um aumento cada vez maior do assim chamado “terceiro setor”, formado pelas organizações não governamentais, que vêm, paulatinamente, assumindo o papel do Estado em áreas de atendimento público. O que se observa no caso das políticas sociais para crianças e adolescentes é uma dispensa de funcionários especializados pelo Estado e o repasse de recursos para organizações não governamentais. Assim, a “nova filantropia” funciona como um meio para a contenção de custos do Estado e como geradora de empregos no âmbito privado (Passetti, 1987).

## 2 BASES DE DADOS UTILIZADAS

*...o dado demográfico tem aplicações práticas importantes para fins de planejamento, diagnóstico, de avaliação de programas e estudos sócio-econômicos em geral.*

*Hakkert (1996)*

Não existem, no Brasil, levantamentos domiciliares de abrangência nacional com o objetivo de apurar dados sobre o fenômeno da circulação de crianças. No entanto, algumas pesquisas domiciliares, já realizadas, contêm elementos que permitem obter informações, ainda que parciais ou incompletas, sobre o fenômeno. Encontrar e avaliar o potencial de tais fontes de dados foi um trabalho de prospecção de diversas bases de dados, para que pudéssemos cercar da melhor maneira possível o fenômeno a ser estudado.

A quantificação das crianças em circulação requer, antes de mais nada, que adotemos uma definição do que entendemos por circulação nesse contexto. Para este trabalho serão consideradas como crianças em circulação aquelas que, no momento da entrevista, não se encontravam vivendo com suas mães. Devemos lembrar, no entanto, que levantamentos transversais como os que se encontram disponíveis fornecem informações relativas ao momento em que o levantamento foi realizado, oferecendo apenas uma “fotografia” do fenômeno em um determinado momento do tempo. Isso implica em desprezar, por falta de informação, crianças que, embora não estejam naquele momento em situação de circulação, já passaram pela experiência de viver com outras pessoas que não suas mães.

Que limite de idade adotar para a avaliação do fenômeno da circulação? O Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>15</sup> define como criança pessoas entre 0 e 11 anos, e como adolescentes as que têm entre 12 e 17 anos. Este grupo de 0 a 17, anteriormente denominado como “menores” pelo Código de Menores<sup>16</sup>, é o grupo contemplado pelo ECA. Em outros países, como nos

---

<sup>15</sup> Lei 8.069 de 13/07/1990.

<sup>16</sup> Lei 6.697 de 10/10/1979.

estudos africanos sobre o tema, o grupo de interesse é freqüentemente o de 0 a 14 anos<sup>17</sup>, muito embora grupos de 0 a 12<sup>18</sup> anos, ou ainda de 0 a 19<sup>19</sup> anos, tenham sido analisados.

Para efeito deste estudo serão consideradas como crianças as pessoas na faixa etária de 0 a 14 anos. De fato, o impacto dos limites de idade convencionados é grande, se pensarmos na precocidade relativa das uniões em diferentes contextos. Para se ter uma idéia desse impacto, é o bastante comparar o que ocorreria com a utilização do grupo de 0 a 17, em relação ao grupo de 0 a 14 anos. Nas Demography Health Survey (DHS) realizadas no Brasil, encontramos, no grupo de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos para o Nordeste, em 1991<sup>20</sup>, 0,58% de não celibatários, enquanto que no grupo de 0 a 14 anos esta proporção cai para 0,05%. Se considerarmos apenas as meninas, tais proporções seriam de 1,08% e 0,10%, respectivamente, enquanto que para os meninos teríamos 0,10% e 0,01%, respectivamente. Para o Brasil, em 1996<sup>21</sup>, os resultados são similares, com aproximadamente 0,51% e 0,06% de não celibatários para os grupos de 0 a 17 e 0 a 14 anos, respectivamente. Entre as meninas tais porcentagens seriam de 0,86% e 0,09%, e para os meninos, de 0,16% e 0,03%, respectivamente.

Esses dados nos mostram que, embora possamos encontrar, na faixa de 15 a 17 anos, crianças ou adolescentes dependentes e, eventualmente, em circulação, a extensão do limite de idade acarretaria a inclusão equivocada de indivíduos já em união e, portanto, com alta probabilidade de não residirem com seus genitores. Por esta razão definimos como objeto o grupo de 0 a 14 anos.

Também tendo em vista essas ponderações e as restrições que os dados nos impõem, consideramos como crianças em circulação, para efeitos deste estudo, aquelas de 0 a 14 anos que não vivem com a mãe.

---

<sup>17</sup> Isiugo-Abanihe, 1994, 1985, 1984; Vandermeersch, 1998.

<sup>18</sup> Bledsoe et al. 1988.

<sup>19</sup> Guillaume, 1994.

<sup>20</sup> Dados da PSFNe-1991 ("Ficha de Domicílio") considerando como não celibatários os que eram (em relação ao chefe de domicílio) chefe, esposo(a) ou sogro(a).

<sup>21</sup> Dados da PNSF-1996 ("Ficha de Domicílio") considerando como não celibatários os que eram (em relação ao chefe de domicílio) chefe ou esposo(a) (a categoria sogro(a) estava ausente na pesquisa).

No que diz respeito à avaliação das bases de dados disponíveis no Brasil e passíveis de exploração pretendida nesse estudo, foi considerado imprescindível que fosse possível comparar crianças em circulação com aquelas que não se encontram nessa condição, ou seja, que vivem com suas mães, assim como a possibilidade de associar algumas variáveis relacionadas à criança e sua mãe. Só assim julgou-se possível examinar os fatores eventualmente associados com o fenômeno da circulação de crianças no Brasil.

## ***2.1 OS DADOS E SUAS FONTES***

Com base nas considerações levantadas anteriormente, buscou-se nas bases de dados disponíveis no Brasil, informações que pudessem responder às indagações do estudo proposto. À luz dos critérios definidos, foram avaliadas as possibilidades de utilização dos Censos Demográficos, das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) e das Pesquisas Nacionais de Demografia e Saúde (DHS), em suas várias rodadas<sup>22</sup>.

Com relação aos Censos Demográficos, o principal obstáculo encontrado diz respeito à dificuldade em se obter, com precisão, os dois grupos de crianças, isto é, as que se encontram em circulação e as que não se encontram nessa condição. Nos Censos Demográficos tais grupos poderiam ser obtidos somente através da informação acerca das relações com o chefe do domicílio. Mas, nem sempre a informação sobre a relação do morador com o chefe do domicílio, tal como aparece nos Censos, é suficiente para determinar qual criança se encontra em circulação ou não. Se, por exemplo, uma filha do chefe reporta ter tido dois filhos (isto é, dois netos do chefe), mas existem quatro netos no domicílio, dois deles estão em circulação. O problema está em saber quais dos quatro netos do chefe são filhos dessa filha e quais não o são.

Especialistas no assunto aceitaram correr os riscos de tais incertezas. No estudo da circulação de crianças em Ghana, Isiugo-Abanihe (1984) utilizou dados do Censo Demográfico de 1970 daquele país, examinando o volume e algumas características demográficas da circulação de crianças. Para alocar as crianças em uma ou outra categoria, ou seja, em circulação ou não, o autor

---

<sup>22</sup> No Anexo A podemos encontrar algumas informações adicionais sobre as DHS e as PNAD no Brasil.

utilizou as relações entre a criança e o chefe do domicílio. Inicialmente as crianças foram classificadas em três categorias: em circulação, não em circulação e “ambígua”. Em alguns casos, através da relação com o chefe, a criança era facilmente alocada em uma das duas primeiras classificações; caso contrário era classificada como “ambígua”. Para a reclassificação das crianças da categoria “ambígua” em uma das duas primeiras categorias, foi necessária a associação de informações da mãe, como o número de filhos vivos, idade ao ter o primeiro filho, idade ao ter o último filho e a comparação com a idade da criança; em outros casos, o pesquisador lançou mão de relações probabilísticas (usando a taxa de fecundidade específica para a faixa de idade da mulher em questão). Através desse “arquivo de crianças”, o autor estimou a proporção em circulação ou não, e investigou algumas características dos dois grupos, como idade “atual”, sexo, diferenças urbano-rural, relações com o “parente” adotivo e a escolarização.

Como, para as crianças em circulação, não era possível atrelar informações sobre suas mães, para avaliar os fatores maternos associados à circulação o autor trabalhou com um arquivo de mães. Utilizou uma regressão múltipla onde a variável dependente era um índice de crianças em circulação (número atual de crianças morando fora dividido pelo número esperado de crianças morando fora), e as variáveis independentes eram a idade, o número de crianças vivas, o grau de escolaridade, o estado civil, o lugar de residência, a religião, o grupo étnico, o trabalho da mulher e a razão pessoas por cômodo, sendo toda essa informação ponderada pelo número de crianças sobreviventes.

Muito embora não descartemos em definitivo a utilização dos censos para o caso brasileiro, não os usamos neste trabalho pois teríamos que enfrentar as mesmas dificuldades técnicas encontradas por Isiugo-Abanihe. Os censos forneceriam, principalmente, estimativas sobre o volume e a proporção de crianças em circulação. Como este trabalho se propunha a objetivos mais amplos, a utilização de outras fontes seria mais adequada.

Do conjunto das PNAD, selecionamos as de 1985, 1996, 1997, 1998 e 1999. O questionário suplementar da PNAD de 1985 contém quesitos sobre a situação de crianças de 0 a 17 anos, sendo conhecida como a “PNAD do Menor”. Segundo Campos (1993: 124), com os dados do “Suplemento do Menor da PNAD-85, é possível examinar, em maior detalhe, até que ponto a realidade dessas crianças pode ser captada nas estatísticas oficiais”. Muito embora tal suplemento se

restringa às regiões metropolitanas<sup>23</sup>, e não tenhamos como obter o grupo de crianças que não circulam<sup>24</sup>, o questionário traz informações sobre as crianças que circulam que não podemos obter com nenhuma outra fonte, como a idade em que deixaram de residir com a mãe e o motivo pelo qual isso ocorreu, inexistentes em outros levantamentos.

Entretanto, desde 1995, as PNAD apresentam, em seu “Questionário Básico”, duas perguntas para cada morador do domicílio – se mãe está viva e se a mãe mora no domicílio – que permitem identificar as crianças, filhas de mães vivas, que moram ou não com suas mães. Como as DHS contemplam os anos de 1986, 1991 e 1996, as outras PNAD’s escolhidas (além da de 1985) foram as de 1996, 1997, 1998 e 1999. Tal teve por objetivo proporcionar o conhecimento da evolução das estimativas da circulação de crianças no período de 1996 a 1999, além de uma comparação com as estimativas obtidas através da “Ficha de Domicílio” da PNDS (DHS) de 1996.

As informações sobre as crianças em circulação na PNAD de 1985 são dadas por suas mães, podendo incluir crianças institucionalizadas e em situação de rua, mas diferem das apresentadas pelas PNAD de 1996, 1997, 1998 e 1999, que foram obtidas diretamente do domicílio, implicando na exclusão dos dois grupos de crianças citados, ou seja, as crianças institucionalizadas e aquelas em situação de rua.

As Pesquisas sobre Demografia e Saúde, aplicadas no Brasil em três rodadas (PNSMIPF de 1986, PSFNe de 1991 e PNDS de 1996), oferecem um conjunto de informações pertinentes à exploração do fenômeno da circulação de crianças, segundo as exigências pretendidas neste trabalho. Apesar das diferenças de cobertura (conjunto do país nos levantamentos de 1986 e 1996 e apenas região Nordeste em 1991) e de amostragem nas três rodadas, e a despeito de variações nos instrumentos de coleta de dados utilizados, essa pesquisas são as que oferecem o maior conjunto de informações, ao longo do tempo, passíveis de serem utilizadas para os propósitos desse estudo.

---

<sup>23</sup> Na realidade, às nove regiões metropolitanas oficiais, mais o aglomerado urbano da capital, Brasília.

<sup>24</sup> A rigor, o grupo de crianças que não circulam também poderia ser obtido através de relações com o chefe do domicílio, mas isso implicaria em problemas semelhante aos encontrados nos Censos Demográficos.



Esses levantamentos, daqui por diante referidos pelo nome pelo qual são amplamente conhecidas, as DHS<sup>25</sup>, contém basicamente dois questionários. O primeiro, a “Ficha de Domicílio”, levanta informações gerais do domicílio e sobre as pessoas ali residentes (idade e sexo). Em 1991 e 1996, foram também levantadas informações adicionais acerca dos moradores (relação com o chefe do domicílio, grau de escolaridade e informações sobre os pais naturais: se estão vivos e se moram no domicílio) que permitem separar as crianças que circulam das que não circulam. Na DHS de 1986, tais informações, necessárias para a composição dos dois grupos de crianças, não estão presentes. O segundo questionário, o “Questionário Individual”<sup>26</sup>, preenchido por todas as mulheres em idade fértil residentes no domicílio selecionado para a amostragem, contém informações sobre a vida reprodutiva das mulheres, e também permitem, em todas as DHS, obter o grupo das crianças em circulação e as que não estão em circulação. Assim, com exceção da DHS de 1986<sup>27</sup> (PNSMIPF), podemos obter as crianças em circulação e aquelas não em circulação de duas maneiras: através da “Ficha de Domicílio” e através do “Questionário Individual”.

Vale ressaltar que os grupos de crianças formados pelas informações da “Ficha de Domicílio”<sup>28</sup> são diferentes daqueles resultantes das informações do “Questionário Individual”.

Os grupos de crianças obtidos através da “Ficha de Domicílio” contemplam somente aquelas que moram em domicílios e cujas mães podem estar vivas ou mortas (embora só tenhamos trabalhado com as crianças filhas de mães vivas) e excluem crianças em situação de rua, ou seja, as que moram a maior parte do tempo na rua, bem como as institucionalizadas. Além disso, esses dados não nos permitem a associação de informações sobre as mães das crianças quando estas não moram no domicílio. Mas permitem inferir sobre o número de crianças celibatárias, além de oferecerem informações sobre a composição (através da relação com o chefe) do domicílio onde a criança mora, embora esses aspectos não sejam o objetivo deste trabalho. A comparação temporal só é possível entre as DHS 91 e 96, comparando-se, portanto, apenas a região Nordeste.

---

<sup>25</sup> O Anexo A fornece maior detalhamento sobre tais levantamentos.

<sup>26</sup> Para a PSFNe de 1991, foi elaborado também um questionário individual para maridos, e na PNDS de 1996, um questionário individual para homens.

<sup>27</sup> As informações da “Ficha de Domicílio” da DHS 1986 são pobres, não nos permitindo saber quais as crianças que moram ou não com suas mães e se as mesmas estão vivas, e não contemplam nem mesmo a relação de cada indivíduo com o chefe do domicílio.

<sup>28</sup> É importante lembrar que essa discussão vale apenas para o caso das DHS de 1991 e 1996.

O “Questionário Individual” contém informações sobre todos os filhos cujas mães estão vivas (exceto os que a mãe não informou), tais como: idade atual, sexo, se está vivo ou não, se reside ou não com a mãe e, se morreu, com que idade morreu. Essas informações são comuns para as três rodadas da DHS e são importantes na medida em que tentamos relacionar variáveis relativas à mãe da criança com o fenômeno estudado. A DHS 1991 fornece, ainda, a informação acerca de com quem a criança mora, quando não reside com a mãe. A comparação temporal é ampliada, sendo possível em dois momentos (1986 e 1996) para o Brasil e em três momentos (1986, 1991 e 1996) para o Nordeste. Tais fontes estão sujeitas ao chamado “erro de memória”, muito comum quando temos informações obtidas das mães das crianças: não seria improvável que uma mãe se “esquecesse” de um filho que já há muito tempo não mora com ela.

As pesquisas DHS apresentam outras vantagens, como a comparabilidade internacional com outros levantamentos do mesmo tipo realizados em vários países, uma vez que os questionários aplicados em todos eles têm um mesmo núcleo comum. Isiugo-Abanihe (1994: 165) salienta a vantagem da utilização desse tipo de pesquisa para estudos sobre a circulação de crianças: “Dados de estudos grandes e comparáveis, tais como os da Demographic and Health Surveys (DHS), podem ser úteis no estudo da frequência e motivação da circulação de crianças em diferentes países e sub-regiões.”<sup>29</sup>

Uma restrição, porém, teve de ser feita para informações obtidas através da mãe da criança e, neste caso, referimo-nos tanto às informações obtidas pelo “Questionário Individual” da DHS quando às obtidas pela PNAD 1985. Como temos que garantir a comparabilidade dos dados, principalmente no que diz respeito às pesquisas do tipo DHS, é preciso ter em mente a faixa etária das mulheres incluídas nas amostras. As informações sobre as mães ou obtidas através delas pelas PNSMIPF de 1986, referem-se apenas às mulheres que têm entre 15 e 44 anos. Muito embora as outras duas pesquisas do tipo DHS no Brasil, assim como a PNAD 85, compreendam um universo maior de mulheres, restringiremos nosso trabalho aos grupos etários entre 15 e 44 anos. Vale salientar que como tal restrição diz respeito às informações obtidas pelo “Questionário Individual” das DHS, para a “Ficha de Domicílio” das DHS e “Questionário Principal” das PNAD 1996, 1997, 1998 e 1999, ela é impraticável, pois não temos informações sobre as mães das

---

<sup>29</sup> Tradução da autora.

crianças que estão “ em circulação”. Portanto, estarão incluídas, no caso das informações da “Ficha de Domicílio”, crianças com mães mais velhas.

O impacto de tal restrição ao grupo de crianças com mães com idade entre 15 e 44 anos para a PSFNe (DHS) de 1991, foi uma redução de 4,9% para as crianças em circulação, 8,3% para as que não estão em circulação e 8,1 % para o total de crianças, sempre comparados com o grupo de crianças com mães com idades entre 15 e 49 anos. Na PNDS (DHS) de 1996, a redução em relação ao grupo de crianças em circulação com mães entre 15 e 49 anos, foi de 4,8%, de 6,2% para as crianças que não estão em circulação e de 6,1% para o total de crianças. Na PNAD de 1985, isso implicou uma redução de 4,7% de crianças em circulação, comparado com crianças com mães com idades entre 15 e 63 anos. Para se ter uma idéia de tal restrição por faixas etárias da criança, na PSFNe (DHS) de 1991, não tivemos nenhuma redução no grupo de crianças em circulação entre 0 e 4 anos; para as crianças entre 5 e 14 anos, as reduções foram crescendo progressivamente entre os valores de 1,4% (5 anos) a 8,1% (14 anos); para as crianças que “não circularam”, os valores estavam entre 0,4% (0 anos) e 19,6% (14 anos). Para o total de crianças encontramos valores entre 0,4% (0 anos) e 18,2% (14 anos). Na PNDS (DHS) de 1996, o grupo de crianças em circulação com até 6 anos não teve nenhuma redução; já entre aqueles de 7 a 14 anos, as reduções cresceram entre 1,7% (7 anos) e 13,4% (14 anos); para as crianças que não circularam os valores variaram entre 0,2% (0 anos) e 17,9% (14 anos), e para o total de crianças, as proporções variaram entre 0,2% (0 anos) e 17,6% (14 anos).

Levando em conta tais valores, vemos que o critério restritivo adotado não deve ser olhado somente sob a ótica da diminuição do volume de crianças estudadas, uma vez que o impacto ocorre principalmente no grupo de crianças mais velhas. E é exatamente nesse grupo que tendemos a encontrar um maior volume de crianças não celibatárias, que poderiam estar inflacionando o grupo de crianças em circulação.

Assim, a partir deste capítulo, para os dados obtidos através do “Questionário Individual” das DHS e da PNAD 1985, o grupo de crianças estudado se refere às que, na data de referência da aplicação do questionário, tinham entre 0 e 14 anos e eram filhas de mães entre 15 e 44 anos.

## 2.2 OS OBJETIVOS

Antes de descrever as variáveis utilizadas neste trabalho, é importante salientar o seu objetivo principal e explicitar os objetivos secundários.

O objetivo deste trabalho é estudar a circulação de crianças sob a ótica dos fenômenos demográficos e tentar responder a algumas questões como:

- Qual a proporção de crianças que circulam e como se distribuem segundo as regiões brasileiras?

É intuitivo esperar que a circulação não se dê da mesma maneira em todas as regiões do extenso território nacional.

- Com quem as crianças ficam ao circularem?

Fonseca (1995) observou, em seu estudo, que a maioria das mulheres prefere colocar seus filhos em casa de parentes consangüíneos, pois com os não aparentados existiria a probabilidade de surgimento de conflitos, na medida em que a genitora tenderia a reivindicar seus direitos de mãe “verdadeira”<sup>30</sup>. Nos estudos africanos os resultados são semelhantes, tendendo a maioria das crianças a ficar com parentes, principalmente avós.

- Quais os principais motivos dessa circulação?

A separação ou a viuvez, levando à impossibilidade financeira da mãe para criar seus filhos, quando ela, muitas vezes, não consegue apoio financeiro em sua rede de parentesco, pode culminar na circulação (Fonseca, 1995).

- Qual a distribuição por sexo, cor, idade atual e idade ao sair de casa destas crianças que circulam?

---

<sup>30</sup>Fonseca (1995) faz uma interessante discussão sobre a mística dos laços de sangue.

É importante conhecer a distribuição por sexo, cor, idade atual e idade ao sair das crianças em circulação para compreendermos melhor algumas situações.

Crianças mais velhas, ao chegarem na família de criação, tendem a assumir uma posição subalterna, usufruindo muitas vezes um status um tanto ambíguo, entre filho e serviçal. Quando se trata de bebês, a situação é bastante semelhante à encontrada quando da adoção, com um certo embaralhamento entre os direitos e obrigações entre os dois conjuntos de pais, os que “criam” e os genitores (Fonseca, 1995). Assim, a circulação de crianças mais velhas implicaria uma relação de desigualdade em relação aos filhos “verdadeiros”.

- A criança que circula tem menor grau de escolaridade do que as que não circulam?

Fonseca (1995) observou que os filhos de “criação” não eram matriculados nas escolas com a mesma presteza que as crianças “legítimas” da família.

- As crianças que circulam são principalmente filhas de mães que as tiveram mais jovens ou cujas mães começaram sua vida reprodutiva mais cedo?

Segundo Fonseca (1995) muitas meninas começam sua vida reprodutiva muito cedo, ainda morando na casa de seus pais, e, quando mais tarde se mudam, para morar com um novo marido, não é raro que o filho fique com os avós.

- Existe alguma relação entre a circulação de crianças e o tipo e/ou número de uniões de suas mães?

Um novo casamento pode representar uma ameaça à unidade mãe-filho; nesses casos, os filhos tendem a ser redistribuídos principalmente quando do nascimento dos meio-irmãos (Fonseca, 1995).

- Poderia a religião ser considerada um fator de restrição à circulação de crianças?

Isiugo-Abanihe (1984) observou, em suas análises, que mulheres de religiões tradicionais africanas tinham menor chance de ter filhos em circulação.

- As crianças cujas mães trabalham tenderiam a circular mais do que aquelas cujas mães não trabalham?

A análise dos dados de Serra Leoa (Isiugo-Abanihe, 1984) sugere que a circulação de crianças pode estar relacionada com a participação da mulher na força de trabalho: filhos de mulheres que trabalham tendem a circular mais que os das que não trabalham.

- No Brasil, a circulação de crianças tende a se dar principalmente em grupos de baixa renda?

A circulação de crianças é uma prática bastante antiga e amplamente difundida, mas Fonseca (1995) acredita que, na última geração, as crianças da classe média pararam de circular, e considera a circulação um recurso básico da organização de parentesco em grupos de baixa renda.

As relações entre a fecundidade, migração e mortalidade/morbididade, foram mencionadas no Capítulo 1. Vale lembrar que a mortalidade/morbididade diferencial não poderia ser avaliada com o tipo de base de dados tratada nesse trabalho.

Com relação à fecundidade e a migração, desejamos investigar se:

- As crianças que circulam são principalmente filhas de mães com maior fecundidade que as mães daqueles que não circulam?
- A migração da mãe pode ser considerada um fator desencadeador da circulação de crianças?

### ***2.3 AS VARIÁVEIS UTILIZADAS***

As variáveis relacionadas nos Quadros 2.3.1 e 2.3.2 foram selecionadas com o objetivo de responder às questões levantadas, assim como verificar seus possíveis inter-relacionamentos, através de simples análises descritivas ou modelos multivariados. Assim, além de investigarmos onde estão e qual é a proporção de crianças em circulação, tentaremos conhecer quais os fatores relacionados com esta prática. As variáveis escolhidas visam caracterizar as mães e as crianças,

conhecer o *status* sócio-econômico do domicílio, e variáveis sócio-demográficas relativas à migração, à inserção da mulher mercado de trabalho e à fecundidade<sup>31</sup>.

Com relação ao *status* sócio-econômico do domicílio de residência da mãe, as variáveis foram selecionadas com o objetivo de construir dois indicadores: o de necessidades básicas insatisfeitas e o indicador de estratificação social com base nos critérios de classificação ABA/ABIPEME<sup>32</sup>. O primeiro é, segundo Feres e Mancero (2001), um indicador de pobreza, e o segundo, um critério de classificação sócio-econômica bastante utilizado nas pesquisas de mercado. A opção pelos indicadores citados tem em vista a possibilidade de utilização das informações disponíveis, com a condição de que trabalhassem com o maior número de informações relacionadas a bens e necessidades de um domicílio, contidas nos questionários utilizados no trabalho, uma vez que, nestes, as informações sobre a renda, além de pouco confiáveis, contêm muitos *missing values*<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> O Anexo B contém algumas estatísticas e cruzamentos das variáveis avaliadas neste trabalho.

<sup>32</sup> Um maior detalhamento dos critérios adotados pode ser encontrados nos Anexos C e D, incluindo a construção com a utilização das variáveis dos questionários.

**Quadro 2.3.1** Variáveis escolhidas para estudo do “Questionário Individual” das DHS e do Questionário Suplementar da PNAD-1985 (Situação do Menor).

PNSMIPF- 1986 Brasil	PSFNe 1991 Nordeste	PNDS- 1996 Brasil	PNAD 1985* Reg. Metropolitanas
<b>CRIANÇA</b>	<b>CRIANÇA</b>	<b>CRIANÇA</b>	<b>CRIANÇA</b>
Sexo Grau de Escolaridade Idade “atual”	Sexo Grau de Escolaridade Idade “atual” Com quem vive	Sexo Grau de Escolaridade Idade “atual”	Sexo Grau de escolaridade Idade “atual” Com quem vive Motivo para sair Idade ao sair Cor
<b>MÃE</b>	<b>MÃE</b>	<b>MÃE</b>	
Idade “atual”  Grau de escolaridade Trabalho Religião Frequência aos cultos Filhos nascidos vivos Filhos mortos Idade ao ter o primeiro filho Idade ao ter o filho Tempo de residência Residência anterior Residência “atual” Estado civil Número de uniões	Idade “atual” Cor Grau de escolaridade Trabalho Religião Frequência aos cultos Filhos nascidos vivos Filhos mortos Idade ao ter o primeiro filho Idade ao ter o filho Tempo de residência Residência anterior Residência “atual” Estado civil Número de uniões	Idade “atual” Cor Grau de escolaridade Trabalho Religião Frequência aos cultos Filhos nascidos vivos Filhos mortos Idade ao ter o primeiro filho Idade ao ter o filho Tempo de residência Residência anterior Residência “atual” Estado civil Número de uniões	
<b>DOMICÍLIO**</b>	<b>DOMICÍLIO**</b>	<b>DOMICÍLIO**</b>	
Proveniência da água usada na casa Destino dos dejetos humanos Número de aparelhos de TV Número de rádios Número de banheiros Número de automóveis Número de empregadas Se tem aspirador de pó Se tem máquina de lavar roupa	Fonte de abastecimento de água geral Fonte de abastecimento para beber Tipo de sanitário Destino dos dejetos humanos Material da parede da casa Material do piso da sala Número de cômodos (dormir) Se tem eletricidade Se tem radio Se tem TV Se tem geladeira Se tem bicicleta Se tem motocicleta Se tem carro	Fonte de abastecimento de água geral Fonte de abastecimento para beber Tipo de sanitário Destino dos dejetos humanos Material das paredes Material do piso Material da cobertura/telhado Número de cômodos (dormir) Número de rádios Número de TVs em cores Número de banheiros Número de carros Número de empregados Se tem aspirador de pó Se tem máquina de lavar Se tem geladeira Se tem videocassete	

\* Dados existentes apenas para crianças que não vivem com suas mães.

\*\* Dados utilizados para o cálculo de NBI/NBS e critério ABA/ABIPEME.

<sup>33</sup> Valores ausentes ou faltantes.



**Quadro 2.3.2** Variáveis estudadas através da “Ficha de Domicílio” das DHS e no Questionário Principal das PNAD 1996-1999

PSFNe 1991 Nordeste	PNDS 1996 Brasil	PNAD 1996, 1997, 1998 e 1999 Brasil
CRIANÇA	CRIANÇA	CRIANÇA
Sexo	Sexo	Sexo
Idade “atual”	Idade “atual”	Idade “atual”
Grau de escolaridade	Grau de escolaridade	Cor
Rel. chefe domicílio	Relação chefe domicílio	

### **3 RESULTADOS DAS PNAD**

*Foram encontradas em 1985, segundo dados da PNAD, 671.251 crianças e adolescentes que moravam longe de suas mães nas regiões metropolitanas brasileiras.*

*Campos (1993)*

Este capítulo tem por objetivo investigar, através das PNAD de 1985, 1996, 1997, 1998 e 1999, a relação de algumas variáveis com o fenômeno da circulação de crianças. A PNAD de 1985 permite trabalhar com variáveis que não são encontradas em nenhuma outra fonte, como a idade com que a criança começou a circular e o motivo pelo qual deixou de morar com sua mãe. As PNAD de 1996, 1997, 1998 e 1999 são as fontes de dados mais recentes e serão utilizadas para estimar a proporção e o volume de crianças em circulação. Neste capítulo será realizado um estudo de caráter descritivo e exploratório, e para isso serão utilizados gráficos e tabulações simples, que permitirão conhecer alguns aspectos da circulação de crianças no Brasil.

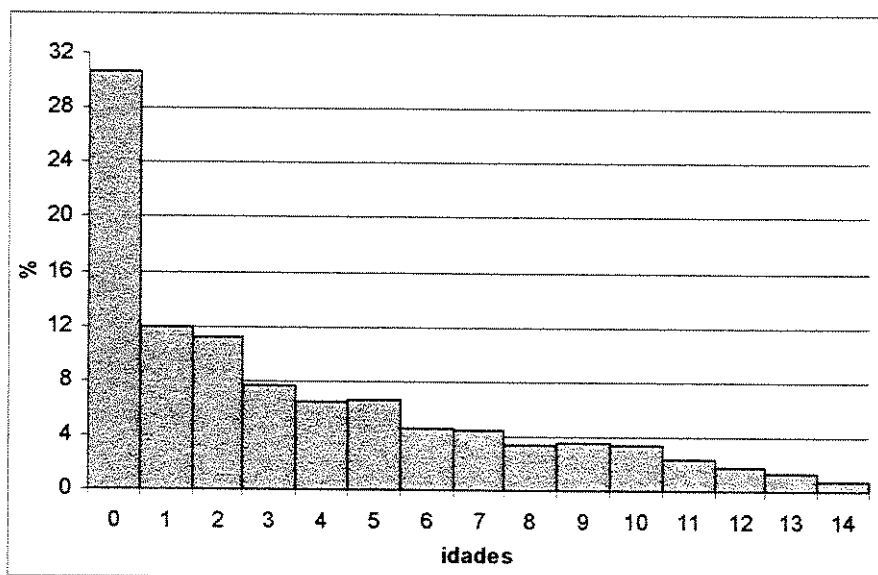
#### **3.1 PNAD 1985**

Como já foi salientado, a dificuldade principal do banco de dados da PNAD 1985 é a limitação de trabalhar exclusivamente com as crianças que não estão morando com suas mães, portanto, em circulação, não sendo possíveis comparações com o grupo das crianças que vivem com suas genitoras. A presença de variáveis importantes não encontradas em outras fontes é o que justifica a sua utilização neste trabalho. As informações utilizadas neste tópico foram obtidas através do Questionário Suplementar da PNAD 1985 e correspondem às respostas dadas pelas mães das crianças.

### *Idade em que a criança deixou de morar com sua mãe*

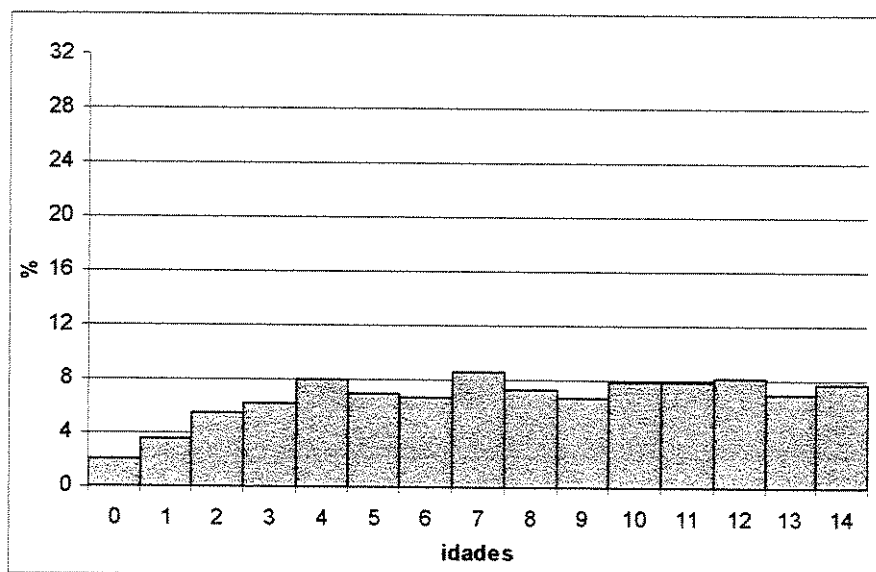
A idade em que a criança deixa de morar com sua mãe é um dos aspectos que desperta maior interesse na caracterização da circulação infantil. Podemos observar, nas regiões metropolitanas brasileiras, que a maioria das crianças começou a circular com menos de um ano de idade (Figura 3.1.1). Apesar de tal recorte temporal e espacial, não temos motivos para suspeitar que encontraríamos comportamentos diferenciados em outras regiões do país. Ao avaliarmos a idade da criança no momento da entrevista, no entanto, observamos que existe maior porcentagem de crianças mais velhas (Figura 3.1.2). Podemos observar em tais figuras que os comportamentos das distribuições é oposto. A distribuição das idades com que a criança começou a circular pela primeira vez tem um comportamento decrescente, já o das idades “atuais” da criança que circula é crescente.

Tal constatação pode estar indicando, além do fator acumulativo (de crianças de coortes anteriores), que, apesar de terem deixado de morar com suas mães ainda muito jovens as crianças tendem a continuar circulando. É necessário lembrar, no entanto, que o fato de a criança ter começado a circular ainda muito jovem e estar em circulação no momento da entrevista, não significa que, em algum momento, ela não tenha voltado a morar com sua mãe, ou que não possa vir a fazê-lo no futuro.



**Figura 3.1.1** Distribuição das idades das crianças ao sair de casa, segundo declaração da mãe. Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985 (dados ponderados).

Fonte: PNAD - 1985, IBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor



**Figura 3.1.2** Distribuição das idades “atuais” das crianças que circulam, segundo declaração da mãe. Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985 (dados ponderados).

Fonte: PNAD - 1985, IBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor

### *Com quem a criança reside no momento da entrevista*

Observamos na Tabela 3.1.1 que são outros parentes que acolhem a maioria das crianças quando deixam a companhia de suas mães. Esta característica é comum a ambos os sexos, mas as meninas tendem a morar mais com não-parentes do que os meninos; os meninos, a ficar mais com os outros familiares que as meninas; e os meninos mais com o pai que as meninas<sup>34</sup>. Com relação à idade “atual” das crianças, observamos que os mais velhos tendem a ficar mais com o pai que os mais novos, e os mais novos, a ficar mais com não-parentes e parentes do que os mais velhos<sup>35</sup>.

Quando comparamos as proporções obtidas pelo cruzamento de sexo e idade, podemos constatar que, dentre os meninos, os pais tendem a acolher os mais velhos, e outros parentes, os mais novos<sup>36</sup>. Já na comparação entre as crianças mais velhas (7 a 14 anos), observamos que os meninos tendem a ficar mais com o pai ou com outros parentes, e as meninas tendem a ficar mais com outros parentes do que os meninos. Tais resultados podem ser um indicativo da dificuldade do pai em criar meninas e/ou crianças mais novas sem a ajuda de uma mulher?

Vale destacar que as meninas tendem a ficar com outras pessoas mais que os meninos<sup>37</sup>. Esta última constatação parece ser bastante coerente com práticas correntes no Brasil, de tomar crianças para “criar”, atribuindo-lhes todo tipo de trabalho doméstico, tornando-se as chamadas “crias da casa”. Tais meninas são assim referidas por Rizzini (1999), chamando a atenção para o fato de que costumam trabalhar em casas de melhor situação financeira que a de suas famílias, em troca de abrigo ou de pagamento ínfimo<sup>38</sup>. Assim, tal proporção pode estar indicando um tipo de trabalho doméstico infantil feminino, não remunerado, no qual a menina não teria nem o status de filha nem o de empregada doméstica, pois não seria remunerada como tal.

---

<sup>34</sup> Testes de comparação entre proporções (unicaudal), significativo a 5% na PNAD-85 para pai e a 10% para outros parentes.

<sup>35</sup> Testes significativos para a PNAD-85, a 5% para o pai e a 10% para outros parentes e não-parentes. Para a PSFNe-91, todos os resultados foram não significativos.

<sup>36</sup> Testes significativos para a PNAD-85, a 1% para o pai e outros parentes.

<sup>37</sup> Testes de comparação entre proporções (unicaudal), significativos a 1% para pai e outros parentes, na PNAD-85.

<sup>38</sup> Cervini e Burger (1991) discutem a importância do trabalho doméstico no contexto do trabalho infantil.

**Tabela 3.1.1** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985, por faixa etária e sexo, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	n	TOTAL			Masculino			Feminino		
		Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14
Com o pai	662	24,5	19,7	27,7	27,7	20,5	32,5	21,2	18,8	22,6
Outros parentes	1711	62,0	64,2	60,6	60,5	65,1	57,4	63,7	63,2	64,0
Não parentes	329	10,9	13,6	9,1	9,3	12,1	7,5	12,5	15,3	10,8
Cônjuge	8	0,3	0,2	0,3	0,1	0,3	0,0	0,4	0,0	0,6
Instituição	18	0,7	0,9	0,6	0,7	0,6	0,8	0,7	1,4	0,3
Outros*	51	1,6	1,4	1,7	1,7	1,4	1,8	1,6	1,3	1,7
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n		2.779	1.107	1.672	1.443	584	859	1.336	523	813

Fonte: PNAD-1985, FIBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor

\*incluídos não respondeu e não sabe.

### *Motivo pelo qual a criança deixou de residir com sua mãe*

No que diz respeito ao motivo por que a criança deixou de residir com a mãe (Tabela 3.1.2), observamos que são alegadas principalmente razões financeiras e relativas à separação dos pais. Quanto às diferenças encontradas quando desagregamos os dados por sexo e grupos etários, observamos que a proporção de crianças cuja circulação foi motivada por razões financeiras é superior no grupo das mais jovens à época da entrevista. Já quando o motivo é a separação dos pais, tal relação se inverte<sup>39</sup>. Além disso, os dados revelam que a proporção de meninos cuja circulação foi motivada por razões financeiras é superior à de meninas<sup>40</sup>.

Quando observamos somente o grupo de meninos, verificamos que os mais jovens à época da entrevista são em maior proporção entre aqueles cujo motivo de separação da mãe foi financeiro. Quando o motivo alegado é a separação dos pais, a relação é inversa<sup>41</sup>, ou seja, a maior proporção é a de mais velhos à época da entrevista. Para as meninas, a relação encontrada é exatamente a mesma citada anteriormente<sup>42</sup>.

<sup>39</sup> Testes significativos a 1%.

<sup>40</sup> Teste significativo a 10%.

<sup>41</sup> Testes significativos a 1%.

<sup>42</sup> Testes significativos a 1% e 5%.

Dentro do mesmo grupo etário, observamos que, no grupo das mães velhas à época da entrevista, a separação tem maior proporção para os meninos<sup>43</sup>.

Acreditamos, no entanto, que o motivo pelo qual a criança deixa de residir com a mãe está mais relacionado à idade que a criança tinha ao sair de casa do que com a idade no momento da entrevista. A Tabela 3.1.3, bastante similar à anterior, oferece algumas informações interessantes a esse respeito. Observamos que, para as crianças que saíram da companhia das mães com menos de 1 ano, os principais motivos alegados são os de ordem financeira<sup>44</sup>. A separação dos pais é o principal motivo para os grupos de crianças de 1 a 6 anos e de 7 a 14 anos<sup>45</sup>. O mesmo padrão se repete ao controlarmos o sexo das crianças.

Ou seja, os dados sugerem que, quando a família enfrenta dificuldades econômicas, desde muito cedo recorre ao expediente de colocar seus filhos em circulação. Esse recurso também poderá ser mobilizado mais tarde, com a separação dos pais, afetando crianças mais velhas.

**Tabela 3.1.2** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por motivo pelo qual deixou de residir, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985, por faixa etária “atual”, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Motivo pelo qual deixou de residir com a mãe	n	TOTAL			Masculino			Feminino		
		Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14
Financeiro	1.170	41,1	50,8	34,9	39,5	50,1	32,6	42,8	51,6	37,4
Decisão judicial	40	1,5	1,3	1,7	2,0	1,7	2,2	1,0	0,9	1,1
Separação	874	31,8	24,7	36,3	33,9	25,6	39,4	29,5	23,6	33,1
Estudo/Trabalho/Casam	222	7,1	6,3	7,7	6,1	5,9	6,3	8,2	6,8	9,1
Fugiu de casa	5	0,2	0,1	0,4	0,4	0	0,6	0,1	0,1	0,1
Outros	468	18,2	16,9	19,1	18,1	16,7	19,0	18,4	17,0	19,2
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N		2.779	1.107	1.672	1.443	584	859	1.336	523	813

Fonte: PNAD-1985, FIBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor

<sup>43</sup> Teste significativo a 5%.

<sup>44</sup> Teste significativo a 1% com relação aos grupos 1-6 e 7-14 anos.

**Tabela 3.1.3** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por motivo pelo qual deixou de residir, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985, por faixa etária com que o filho deixou de morar com a mãe, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Motivo pelo qual deixou de residir com a mãe	n	TOTAL				Masculino				Feminino			
		Total	0	1-6	7-14	Total	0	1-6	7-14	Total	0	1-6	7-14
Financeiro	1.170	41,1	60,9	35,4	25,4	39,5	60,0	35,3	20,4	42,8	61,8	35,6	30,6
Decisão judicial	40	1,5	0,8	2,3	0,8	2,0	1,4	2,9	0,9	1,0	0,2	1,7	0,7
Separação	874	31,8	16,5	36,7	42,5	33,9	18,3	37,4	47,9	29,4	14,8	36,0	36,9
Estudo/Trabalho/Casa	222	7,1	4,2	6,6	12,8	6,1	3,3	5,5	11,8	8,2	5,0	7,8	13,9
Fugiu de casa	5	0,2	0,0	0,2	0,6	0,4	0,0	0,4	0,9	0,1	0,0	0,1	0,3
Outros	468	18,2	17,6	18,7	17,9	18,1	17,1	18,6	18,2	18,4	18,2	18,9	17,6
Total		100,0	100	100	100	100,0	100	100	100	100,0	100	100	100
n		2.779	913	1321	545	1.443	460	706	277	1.336	453	615	268

Fonte: PNAD-1985, FIBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor

### 3.2 AS PNAD DE 1996 A 1999

Através das informações individuais de cada morador do domicílio nos “Questionários Principais” das PNAD de 1996, 1997, 1998 e 1999, é possível saber quais as crianças que moram e não moram com suas mães, o que permite estimar a proporção e o volume de crianças que não moram com suas mães por região, e também em relação ao sexo, idade e raça/etnia das crianças (Tabelas 3.2.1 e 3.2.2).

As regiões com maior proporção de crianças em circulação são as regiões Norte e Nordeste, sendo que a região Norte compreende principalmente a população das zonas urbanas. O maior volume ocorre, entretanto na região Nordeste, seguida da região Sudeste, embora em termos percentuais esta última esteja praticamente em igualdade de condição com a região Sul. Os dados revelam também um aumento percentual e do volume da circulação de crianças entre 1996 e 1999. Embora o aumento percentual entre os anos de 1997 e 1999 tenha sido pequeno, a diferença entre 1996 e 1999 foi de 6 %. Tais resultados mostram que a circulação de crianças parece estar aumentando em termos percentuais e de volume.

<sup>45</sup> Teste significativo a 1% ao comparar o grupo de 1-6 anos com o 7-14 anos, o que mostra que a diferença entre as proporções do grupo 7-14 anos é superior à do grupo 1-6 anos.



Os dados das PNAD revelam que o volume de crianças em circulação no Brasil nos anos 90 do século XX não é desprezível. Na segunda metade da década, este volume esteve sempre acima de três milhões de crianças de ambos os sexos, metade das quais encontra-se na região Nordeste, seguida da região Sudeste. Estes volumes impressionam, fazendo aumentar o interesse em se conhecer quem são essas crianças, em que condições vivem e em que mediada encontram-se em posição de vantagem ou desvantagem em relação às crianças que vivem com suas mães.

Os resultados obtidos permitem observar que não parece existir uma tendência clara de meninos circularem mais que meninas ou vice-versa. A circulação parece afetar indiferentemente os dois sexos, podendo serem as diferenças entre os dois grupos atribuídas principalmente a erros amostrais<sup>46</sup>. Entretanto, podemos verificar maior tendência de crianças mais velhas morarem longe de suas mães do que crianças mais novas<sup>47</sup>. Essa tendência já havia sido observada nos dados da PNAD 1985.

A relação da circulação de crianças com raça/etnia no Brasil é uma característica importante, indicativa dos fatores sociais associados à condição das famílias. Observamos que as crianças negras (pretas e pardas) parecem circular mais que as brancas<sup>48</sup>. Essa associação sugere que famílias em condições sócio-econômicas mais precárias seriam mais suscetíveis de experimentar o afastamento entre a mãe e seus filhos. Não é possível, além disso, descartar a possibilidade de diferenças sócio-culturais entre famílias negras e brancas no que diz respeito à possibilidade de lançar mão de uma rede de parentesco para a criação de seus filhos. Devemos tomar muito cuidado, no entanto, ao interpretar a categoria “outros”, pois embora os valores expandidos sejam altos, correspondem, na realidade, a valores absolutos muito pequenos. Assim, como os valores percentuais obtidos estão distorcidos por essa baixa frequência, tentar explicar tais percentuais e/ou volumes seria leviano e inconseqüente.

---

<sup>46</sup> As diferenças entre o grupo de crianças do sexo feminino e o do sexo masculino são significativas em 1996, para o Norte (10%), Nordeste (5%) e Sul (10%); em 1998, para o Nordeste (10%) e Brasil (10%); em 1999, para o Centro-Oeste (1%).

<sup>47</sup> As diferenças entre proporções de crianças entre 0 e 6 anos em relação ao grupo entre 7 e 14 anos são significativas para todos as regiões e anos.

<sup>48</sup> As diferenças entre proporções de crianças negras e brancas só não são significativas para a região Norte em 1996.

**Tabela 3.2.1** Número e porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe (filhos de mães vivas de qualquer faixa etária), segundo sexo e idade, por regiões, 1996 a 1999 (dados expandidos).

Ano	Regiões	SEXO				IDADE				BRASIL	
		Masculino		Feminino		0 a 6 anos		7 a 14 anos		N	%
		N	%	N	%	N	%	N	%		
1996	Norte*	127.522	9,2	141.199	10,6	90.594	7,4	178.127	11,8	268.721	9,9
	Nordeste	689.714	8,6	724.310	9,1	464.032	6,6	949.992	10,6	1.414.024	8,8
	Sudeste	439.131	4,7	429.156	4,6	249.117	3,1	619.170	5,8	868.287	4,7
	Sul	174.863	5,1	158.814	4,6	116.642	3,8	217.035	5,7	333.677	4,9
	Centro-Oeste	112.755	6,6	104.652	6,4	67.914	4,6	149.493	8,1	217.407	6,5
	BRASIL	1.543.985	6,5	1.558.131	6,6	988.299	4,8	2.113.817	7,9	3.102.116	6,5
1997	Norte*	138.387	10,0	145.808	10,7	98.615	7,7	185.580	12,5	284.195	10,3
	Nordeste	744.929	9,4	743.805	9,6	503.563	7,3	985.171	11,2	1.488.734	9,5
	Sudeste	483.058	5,1	465.091	5,1	281.436	3,4	666.713	6,4	948.149	5,1
	Sul	170.694	4,8	174.353	5,0	111.398	3,4	233.649	6,2	345.047	4,9
	Centro-Oeste	113.107	6,6	112.271	6,8	76.334	5,1	149.044	7,9	225.378	6,7
	BRASIL	1.650.175	6,9	1.641.328	7,0	1.071.346	5,1	2.220.157	8,4	3.291.503	6,9
1998	Norte*	160.583	11,4	157.769	11,4	108.367	8,6	209.985	13,7	318.352	11,4
	Nordeste	722.863	9,2	748.818	9,7	512.737	7,3	958.944	11,3	1.471.681	9,5
	Sudeste	463.802	4,9	442.150	5,0	282.351	3,5	623.601	6,0	905.952	4,9
	Sul	170.640	4,9	152.768	4,6	109.384	3,5	214.024	5,8	323.408	4,7
	Centro-Oeste	126.930	7,6	135.066	8,2	87.851	5,9	174.145	9,6	261.996	7,9
	BRASIL	1.644.818	6,9	1.636.571	7,1	1.100.690	5,2	2.180.699	8,4	3.281.389	7,0
1999	Norte*	146.858	10,3	151.021	10,9	105.233	8,1	192.646	12,8	297.879	10,6
	Nordeste	779.682	10,0	777.374	10,3	537.546	8,0	1.019.510	11,9	1.557.056	10,2
	Sudeste	436.956	4,7	429.861	4,8	272.740	3,4	594.077	5,8	866.817	4,7
	Sul	174.933	5,0	161.054	4,8	116.112	3,6	219.875	5,9	335.987	4,9
	Centro-Oeste	139.492	8,1	106.948	6,6	76.482	4,9	169.958	9,5	246.440	7,4
	BRASIL	1.677.921	7,1	1.626.258	7,1	1.108.113	5,3	2.196.066	8,5	3.304.179	7,1

Fonte: PNAD 1996, 1997, 1998, 1999, FIBGE - Questionário Principal

\* Contemplam principalmente domicílios da zona urbana.

**Tabela 3.2.2** Número e porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe (filhos de mães vivas de qualquer faixa etária), segundo raça/etnia, por regiões, 1996 a 1999 (dados expandidos).

Ano	Regiões	Raça/Etnia						BRASIL	
		Branca		Negra		Outras**		N	%
		N	%	N	%	N	%		
1996	Norte*	70.870	9,7	194.386	9,8	3.465	17,7	268.721	9,9
	Nordeste	344.804	7,4	1.062.625	9,5	6.595	9,9	1.414.024	8,8
	Sudeste	453.551	3,9	411.558	6,0	3.178	4,2	868.287	4,7
	Sul	246.288	4,2	84.154	8,5	3.235	13,6	333.677	4,9
	Centro-Oeste	93.588	5,9	121.486	7,1	2.333	5,9	217.407	6,5
	BRASIL	1.209.101	4,9	1.874.209	8,2	18.806	8,4	3.102.116	6,5
1997	Norte*	65.504	9,0	217.975	10,8	716	10,2	284.195	10,3
	Nordeste	356.849	8,2	1.128.453	10,0	3.432	7,2	1.488.734	9,5
	Sudeste	503.792	4,3	437.156	6,3	7.201	8,2	948.149	5,1
	Sul	264.889	4,6	77.059	6,5	3.099	9,9	345.047	4,9
	Centro-Oeste	90.605	5,6	128.786	7,5	5.987	20,2	225.378	6,7
	BRASIL	1.281.639	5,3	1.989.429	8,6	20.435	10,1	3.291.503	6,9
1998	Norte*	73.744	9,2	241.746	12,3	2.862	18,8	318.352	11,4
	Nordeste	320.286	7,3	1.146.883	10,3	4.512	11,1	1.471.681	9,5
	Sudeste	474.458	4,2	428.181	6,1	3.313	2,3	905.952	4,9
	Sul	240.170	4,3	81.422	6,4	1.816	5,6	323.408	4,7
	Centro-Oeste	98.076	6,5	160.642	9,1	3.278	9,4	261.996	7,9
	BRASIL	1.206.734	5,1	2.058.874	8,9	15.781	5,8	3.281.389	7,0
1999	Norte*	73.245	9,5	221.527	11,0	3.107	12,5	297.879	10,6
	Nordeste	361.083	8,3	1.192.401	10,9	3.572	15,4	1.557.056	10,2
	Sudeste	443.734	4,0	420.949	6,1	2.134	2,5	866.817	4,7
	Sul	253.303	4,5	82.478	7,0	206	0,4	335.987	4,9
	Centro-Oeste	96.743	6,4	145.634	8,1	4.063	10,6	246.440	7,4
	BRASIL	1.228.108	5,2	2.062.989	9,0	13.082	6,0	3.304.179	7,1

Fonte: PNAD 1996, 1997, 1998, 1999 - Questionário Principal

\* Contemplam principalmente domicílios da zona urbana.

\*\* Índio, amarelo e "não respondeu".

## 4 RESULTADOS DAS DHS

*Segundo Isiugo-Abanibe (1994), as DHS são fontes importantes para o estudo da circulação de crianças, em diferentes países e regiões.*

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (DHS) foi realizada no Brasil em três anos, cobrindo todo o país em 1986 (PNSMIPF) e 1996 (PNDS), e só a região Nordeste em 1991 (PSFNe). Tais pesquisas fornecem informações importantes para o estudo do fenômeno da circulação de crianças, embora não tenham sido construídas com tal objetivo. Como já observado essas pesquisas são constituídas basicamente de dois questionários: “Ficha de Domicílio” e “Questionário Individual” fazendo com que tenhamos, para os anos de 1991 e 1996<sup>49</sup>, dois tipos diferentes de informações.

Além da análise dos dados para o Brasil, este capítulo privilegiará a região Nordeste. A escolha da Região Nordeste não significa que outras regiões não merecessem tal tratamento, e nem mesmo que as descartamos para futuros estudos. Porém, o tempo e o limite físico de uma tese não permitem uma análise mais aprofundada para todas as regiões, e somos levados a fazer escolhas levando em conta alguns aspectos. O primeiro diz respeito à magnitude do fenômeno na região Nordeste. Como observamos com os dados das PNAD e poderemos observar com os dados das DHS, o Nordeste é uma das regiões com maior proporção e certamente aquela com maior volume de crianças em circulação. O outro aspecto diz respeito à comparabilidade de dados, que só é possível, para três pontos do tempo (1986, 1991 e 1996), para a região Nordeste<sup>50</sup>.

O tipo de dados disponíveis na DHS imprimem, além disso, outro caráter às análises realizadas. Um aspecto relevante deste capítulo é o seu caráter mais inferencial que exploratório, já

---

<sup>49</sup> As informações da “Ficha de Domicílio” da DHS 1986 são pobres em relação às informações sobre a circulação de crianças, não sendo utilizadas neste capítulo.

<sup>50</sup> A DHS 1991 cobre apenas a região Nordeste.

que as informações se prestam à aplicação de modelos estatísticos do tipo logístico, como se verá adiante.

#### ***4.1 AS DHS E A ANÁLISE DAS FICHAS DE DOMICÍLIO***

A “Ficha de Domicílio” será usada neste tópico com o objetivo de estimar a proporção de crianças em circulação por local de residência da criança. A informação do “Questionário Individual”, ao contrário, permite estimar tal proporção por local de residência da mãe da criança, como já apontado. Devemos lembrar, também, que só temos informações para o Brasil e regiões em 1996, e somente para a região Nordeste em 1991.

Como podemos observar na Tabela 4.1.1 e na Figura 4.1.1, a região Norte e a região Nordeste concentravam as maiores proporções de crianças em circulação<sup>51</sup> no ano de 1996. Devemos lembrar que tais informações dizem respeito apenas às crianças em domicílios particulares, deixando de fora as crianças em situação de rua e aquelas institucionalizadas, sem restrições às idades de suas mães<sup>52</sup> (a restrição da idade da mãe não é possível neste tipo de dado, como já dito anteriormente, já que não se sabe a idade da mãe da criança que não mora no domicílio). Ou seja, são crianças cujas mães podem ter qualquer idade, diferentemente, como já apontado, dos dados provenientes dos “Questionários Individuais” das DHS ou da PNAD de 1985. É preciso lembrar, além disso, que tais dados não estão sujeitos aos chamados “erros de memória” da mãe, que ocorrem quando a mãe deixa de declarar alguns filhos, por exemplo, os que morreram ou os que deixaram de residir com ela há muitos anos.

Podemos observar que, para o Nordeste (Tabela 4.1.2), a porcentagem de crianças em circulação subiu em 3 pontos percentuais entre 1991 e 1996, passando de 10,1% para 13,1%. De um modo geral, os resultados não nos mostram uma tendência clara de diferenças por sexo. Em 1996 observa-se, tanto para o Brasil quanto para as regiões de São Paulo, Sul, Nordeste e Norte,

---

<sup>51</sup> Para não termos maiores divergências em relação aos dados do “Questionário Individual”, as crianças filhas de mães mortas não são consideradas como crianças em circulação.

<sup>52</sup> O “Questionário Individual” se restringe a crianças filhas de mães com idades entre 15 e 44 anos.

uma maior porcentagem de meninas do que de meninos em circulação. Já nas regiões do Rio de Janeiro, Centro-Leste e Centro-Oeste, a predominância é de meninos<sup>53</sup>. Para a região Nordeste, 1991, a maior proporção é claramente de meninas<sup>54</sup>. Tais diferenças se mostram significativas apenas para as regiões Sul e Centro-Leste em 1996, e para a região Nordeste em 1991. Ou seja, haveria uma maior tendência de meninas circularem na região Sul em 1996 e Nordeste em 1991, enquanto que na região Centro-Oeste, em 1996, os meninos tenderiam a circular mais.

**Tabela 4.1.1** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, por sexo, informação dos domicílios (dados ponderados).

Região de residência da criança	n	1996		
		Total	Masculino	Feminino
Rio de Janeiro	74	7,3	8,1	6,7
São Paulo	97	5,5	5,2	5,8
Sul	136	6,6	5,8	7,4
Centro-Leste	169	8,7	9,5	7,9
Nordeste	1.008	13,1	12,7	13,5
Norte	274	13,5	12,5	14,4
Centro-Oeste	171	9,1	9,3	8,8
Brasil		9,5	9,3	9,7
n		1.929	942	987

Fonte: PNDS-1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio

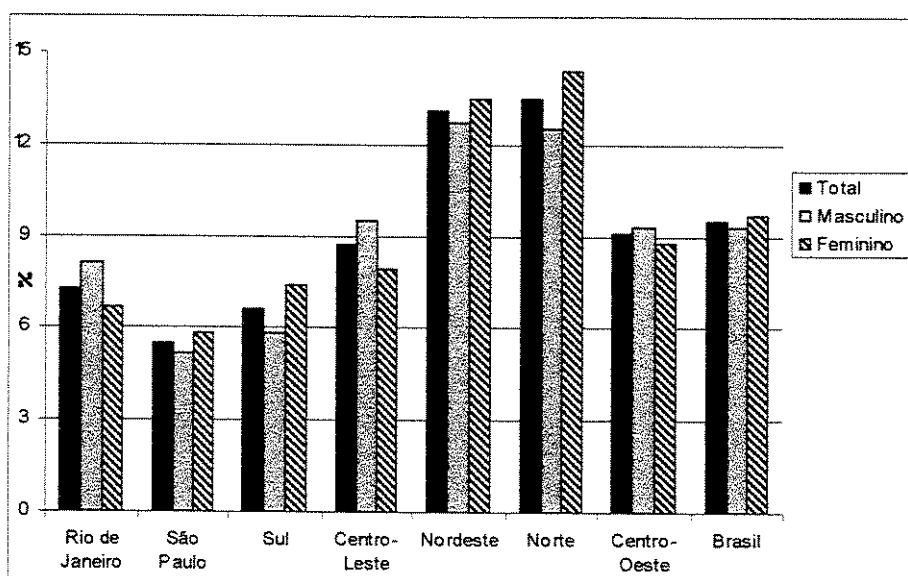
**Tabela 4.1.2** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, região Nordeste, por sexo, 1991 e 1996 (dados ponderados).

Ano	n	Total	Masculino	Feminino
1991	1.180	10,1	9,2	11,0
1996	1.008	13,1	12,7	13,5

Fonte: PSFNe-1991 e PNDS-1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio

<sup>53</sup> Testes univariados de diferenças entre proporções significativos para as regiões Sul a 5% e Centro-Leste a 10%.

<sup>54</sup> Teste univariado de diferença entre proporções significativo a 1%.



**Figura 4.1.1** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, segundo informação dos domicílios (dados ponderados).

Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio

Em relação à situação urbano/rural, os dados sugerem, de um modo geral, que crianças de áreas urbanas tendem a circular mais do que aquelas em áreas rurais (Tabelas 4.1.3 e 4.1.4, e Figura 4.1.2). Isto é claro para o conjunto do Brasil em 1996, assim como para São Paulo, Sul, Centro-Leste, Nordeste e Centro-Oeste. Já nas outras regiões, a relação é oposta<sup>55</sup>. Para a região Nordeste, em 1991, a relação é a mesma que em 1996<sup>56</sup>. Tais diferenças entre proporções se mostram significativas para o Sul, Centro-Leste e Nordeste em 1996, e Nordeste em 1991. Ou seja, no Brasil, Centro-Leste e Sul em 1996, e Nordeste em 1996 e 1991, crianças residentes em áreas urbanas teriam maiores chances de circular que crianças residentes em áreas rurais. A região Nordeste revela que a proporção de crianças em circulação aumentou entre 1991 e 1996, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, mantendo-se, no entanto, a tendência de as crianças urbanas circularem mais do que as que vivem na zona rural.

<sup>55</sup> Testes univariados de diferenças entre proporções significativos para as regiões Sul e Nordeste a 1%, e para a Centro-Leste a 10%.

<sup>56</sup> Teste univariado de diferenças entre proporções significativo a 1%.

**Tabela 4.1.3** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, por zona urbana/rural, informação dos domicílios (dados ponderados).

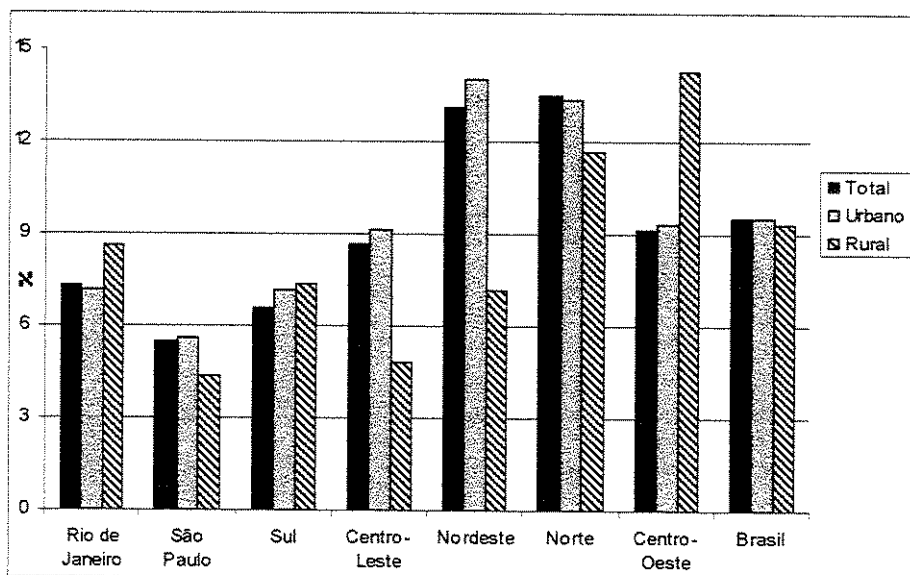
Região de residência da criança	n	96		
		Total	Urbano	Rural
Rio de Janeiro	74	7,3	7,2	8,6
São Paulo	97	5,5	5,6	4,4
Sul	136	6,6	7,2	4,8
Centro-Leste	169	8,7	9,1	7,2
Nordeste	1.008	13,1	14,0	11,7
Norte	274	13,5	13,4	14,3
Centro-Oeste	171	9,1	9,3	8,2
<i>Brasil</i>		9,5	9,6	9,3
<i>n</i>		1.929	1.459	470

Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio

**Tabela 4.1.4** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, região Nordeste, por zona urbana/rural, 1991 e 1996 (dados ponderados).

Ano	n	Total	Urbano	Rural
1991	1.180	10,1	11,6	8,3
1996	1.008	13,1	14,0	11,7

Fonte: PSFNe-1991 e PNDS-1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio



**Figura 4.1.2** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por zona urbana/rural e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, segundo informação dos domicílios (dados ponderados).

Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio



Tomando-se os resultados para a região Nordeste em 1991 (Tabela 4.1.5), crianças que circulam parecem apresentar diferenças do ponto de vista do desempenho educacional. Observamos que, no grupo das crianças que têm entre 7 e 10 anos de idade, e estão há menos de um ano na escola, a maior proporção é de crianças que circulam. Já para as crianças que estão no 1º Grau (atualmente, Ensino Fundamental), a maior proporção é de crianças que não circulam<sup>57</sup>. Para as crianças entre 11 e 14 anos os achados são similares, isto é, as crianças que moram com suas mães são as mais escolarizadas<sup>58</sup>. Para as crianças do sexo masculino entre 7 e 10 anos, as diferenças entre as proporções não foram significativas; entretanto, para as do sexo feminino, também observamos que as crianças que vivem com suas mães são as mais escolarizadas<sup>59</sup>. Para o grupo de crianças entre 11 e 14 anos, tanto do sexo masculino quanto do feminino, observamos, também, a mesma tendência já observada nos outros grupos<sup>60</sup>.

Analisando os dados para o conjunto do país em 1996 (Tabela 4.1.6), crianças que circulam e não circulam também apresentam diferenças do ponto de vista do desempenho educacional. Do mesmo modo que nos resultados para o Nordeste 1991, as crianças que estão em circulação parecem apresentar escolarização menor em relação às que não circulam. Observamos que, na faixa etária de 7 a 10 anos, dentro do grupo das que não vivem com suas mães<sup>61</sup>, temos maiores proporções de crianças que estão há menos de um ano na escola, e menores proporções de crianças que estão no 1º Grau. A mesma relação é observada tanto para as crianças do sexo masculino<sup>62</sup> quanto para as do sexo feminino<sup>63</sup>. No grupo entre 11 e 14 anos, das crianças que moram com suas mães<sup>64</sup>, considerando-se ambos os sexos como um todo e o sexo feminino, observamos maiores proporções tanto para as que estão há menos de um ano na escola, quanto para as que estão no 1º Grau; em relação ao sexo masculino, repete-se a proporção encontrada no grupo de 7 a 10 anos.

---

<sup>57</sup> Testes significativos a 10%.

<sup>58</sup> Testes significativos a 5% e 10%.

<sup>59</sup> Testes significativos a 5%.

<sup>60</sup> Testes significativos a 10%.

<sup>61</sup> Testes significativos a 1%.

<sup>62</sup> Testes significativos a 5%.

<sup>63</sup> Testes significativos a 1%.

<sup>64</sup> Testes significativos a 1%.

**Tabela 4.1.5** Porcentagem de filhos de 7-14 anos que não residem e residem em companhia da mãe, segundo o grau de escolaridade e sexo, Nordeste, 1991 (dados ponderados).

Grau de Escolaridade	Idade	n	TOTAL			Masculino			Feminino		
			Total	Vive	Não	Total	Vive	Não	Total	Vive	Não
Não Sabe*	7 a 10 anos	377	12,4	12,4	12,4	13,4	13,3	14,8	11,4	11,4	10,1
Menos de 1 ano		1.33	43,9	43,4	47,6	47,2	47,0	46,0	40,6	39,7	49,2
Primeiro Grau		1.32	43,7	44,2	40,0	39,4	39,7	39,3	48,0	48,9	40,8
Segundo Grau		0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total				100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			2.972	2.637	335	1.515	1.339	176	1.457	1.298	159
Não Sabe*	11 a 14 anos	158	5,4	4,8	7,6	6,5	6,2	6,7	4,4	3,5	8,2
Menos de 1 ano		458	15,4	15,5	12,9	18,9	18,8	14,7	12,1	12,3	11,6
Primeiro Grau		2494	78,9	79,6	79,5	74,2	75,0	78,6	83,4	84,1	80,2
Segundo Grau		4	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
Total				100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			3.023	2.625	398	1.480	1.316	164	1.543	1.309	234

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, Ficha de Domicílio.

\*Incluídos não respondeu.

**Tabela 4.1.6** Porcentagem de filhos de 7-14 anos que não residem e residem em companhia da mãe, segundo o grau de escolaridade e sexo, Brasil, 1996 (dados ponderados).

Grau de Escolaridade	Idade	n	TOTAL			Masculino			Feminino		
			Total	Vive	Não	Total	Vive	Não	Total	Vive	Não
Não Sabe*	7 a 10 anos	24	0,5	0,5	0,3	0,5	0,6	0,2	0,4	0,4	0,4
Menos de 1 ano		1.83	31,7	30,8	38,6	32,9	32,0	38,3	30,6	29,5	39,0
Primeiro Grau		3.40	67,5	68,5	60,5	66,4	67,3	60,9	68,6	69,8	60,1
Segundo Grau		17	0,3	0,3	0,6	0,2	0,1	0,6	0,5	0,4	0,5
Total				100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			5.212	4.637	575	2.611	2.328	283	2.601	2.309	292
Não Sabe*	11 a 14 anos	18	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,0	0,3	0,2	0,8
Menos de 1 ano		372	5,8	5,2	10,3	6,9	6,3	11,9	4,7	4,1	9,0
Primeiro Grau		3.13	54,1	52,6	63,3	56,7	54,9	68,3	51,5	50,2	59,1
Segundo Grau		1.96	39,8	41,9	26,0	36,1	38,4	19,9	43,5	45,5	31,2
Total				100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			5.374	4.638	736	2.676	2.342	334	2.698	2.296	402

Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio

\*Incluídos " não respondeu".

## **4.2 AS DHS E A ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS INDIVIDUAIS**

As informações do “Questionário Individual” serão o foco de análise deste tópico, sendo utilizadas para estimar a proporção de crianças em circulação e para elaborar as modelagens estatísticas. Devemos lembrar, mais uma vez, que tais informações refletem grupos de crianças distintos daqueles da “Ficha de Domicílio”. O local de residência, para este tipo de dado, é o da mãe da criança e não o da criança. Além disso, as cifras incluem as crianças em situação de rua e as institucionalizadas, e restringem-se às crianças com mães entre 15 e 44 anos. Neste caso, pode ocorrer o chamado “erro de memória” da mãe, conforme já mencionado.

Ao avaliarmos a idade da criança no momento da entrevista, observamos que, para o Brasil, em 1986 e 1996, existe uma porcentagem maior de crianças mais velhas (Figuras 4.2.1 e 4.2.2). Vale salientar que os dados de 1996, para o conjunto do país, apresentam uma curva nitidamente crescente, o que não é tão claro em 1986. O mesmo padrão é observado para o Nordeste em 1991, mesmo controlando o sexo da criança. Tal constatação pode indicar, além do fator acumulativo (reflexo de coortes anteriores)<sup>65</sup>, que as crianças tendem a continuar circulando. Esses dados corroboram os resultados da PNAD 1985. Lembremos, no entanto, que a PNAD de 1985 revelou que as crianças tendiam a deixar de viver com sua mães muito cedo, podendo ou não, ao longo da vida, voltar a morar em sua companhia.

---

<sup>65</sup> Embora os dados indiquem que a circulação de crianças parece estar aumentando e não diminuindo.

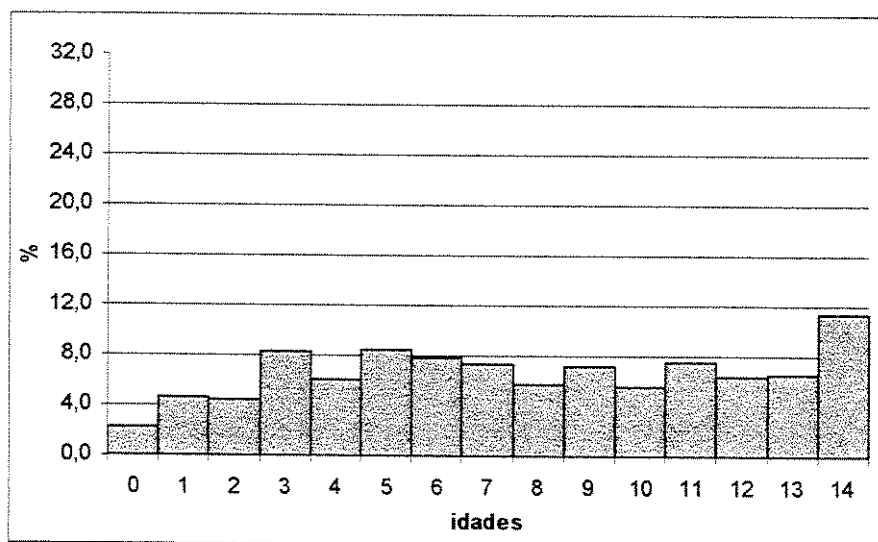


Figura 4.2.1 Distribuição das idades das crianças, segundo declaração da mãe. Brasil, 1986 (dados ponderados).

Fonte: PNSMIPF-1986, BEMFAM, Questionário Individual

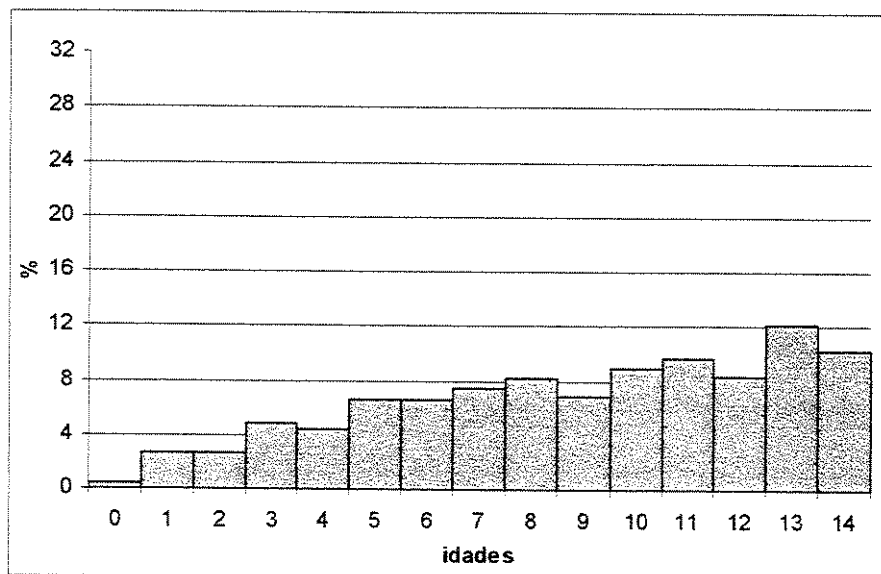


Figura 4.2.2 Distribuição das idades das crianças, segundo declaração da mãe. Brasil, 1996 (dados ponderados).

Fonte: PNDS-1996, BEMFAM, Questionário Individual

No que diz respeito à proporção de crianças em circulação, às diferenças por sexo e regionais, e urbano/rural (Tabelas 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 e Figuras 4.2.3, 4.2.4, 4.2.5 e 4.2.6), observamos, que para o Brasil, a porcentagem de crianças que não viviam com suas mães passou de 3,9 % em 1986 para 5,5 % em 1996, e que para o Nordeste esta proporção também só aumentou, considerando os anos de 1986, 1991 e 1996. Devemos, entretanto, ter muito cuidado ao avaliarmos tais informações, uma vez que se trata do região de residência da mãe e não da criança.

As regiões Nordeste e o Rio de Janeiro são as que, em 1986, possuíam as maiores proporções de crianças em circulação, cujas mães residiam em tais regiões. Para 1996, as maiores proporções se concentram nas regiões Norte e Nordeste. O Rio de Janeiro e o Centro-Leste, em 1986, são as regiões que possuem maior incidência de filhos em circulação cujas mães moram na zona rural.

Os meninos parecem circular mais do que as meninas para o conjunto do Brasil, tanto em 1986 quanto em 1996, embora nem todas as diferenças entre proporções sejam estatisticamente significativas. Relatando apenas as diferenças entre proporções significativas, observamos maior tendência de meninos estarem mais em circulação do que meninas, quando suas mães moravam no Rio de Janeiro em 1986<sup>66</sup> e em 1996<sup>67</sup>, e na Região Norte em 1996<sup>68</sup>. Já na região Centro-Leste em 1986<sup>69</sup>, e na região Nordeste em 1991<sup>70</sup> e 1996<sup>71</sup>, a predominância era de meninas em circulação.

Em relação à zona de residência da mãe, e relatando apenas as diferenças entre proporções significativas, observamos que as crianças cujas mães residiam na zona urbana das regiões de São Paulo, Sul e Nordeste<sup>72</sup>, em 1986, circulavam mais do que aquelas cujas mães residiam na zona rural. Já as crianças cujas mães residiam na zona rural do Rio de Janeiro em 1986

---

<sup>66</sup> Teste significativo a 10%

<sup>67</sup> Teste significativo a 1%

<sup>68</sup> Teste significativo a 10%

<sup>69</sup> Teste significativo a 10%.

<sup>70</sup> Teste significativo a 1%

<sup>71</sup> Teste significativo a 10%

<sup>72</sup> Testes significativos a 5%, 5% e 10%, respectivamente.

e 1996<sup>73</sup>, Centro-Leste 1986<sup>74</sup>, São Paulo 1996<sup>75</sup> e Nordeste 1996<sup>76</sup>, circulavam mais que aquelas cujas mães residiam na zona urbana.

**Tabela 4.2.1** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 e 1996 (dados ponderados).

Região residência da mãe	86				96			
	<i>n</i>	Total	Masculino	Feminino	<i>n</i>	Total	Masculino	Feminino
Rio de Janeiro	46	5,3	6,3	4,2	34	4,9	7,7	2,3
São Paulo	24	2,5	2,7	2,4	68	5,0	5,3	4,7
Sul	35	3,2	3,2	3,3	50	3,3	3,7	2,8
Centro-Leste	29	2,0	1,4	2,6	61	4,0	4,2	3,8
Nordeste	185	5,7	5,8	5,6	411	7,1	6,4	7,8
Norte	33*	3,0*	2,9*	3,1*	129	7,7	9,2	6,3
Centro-Oeste					86	6,2	6,1	6,3
Brasil		3,9	4,0	3,8		5,5	5,7	5,3
<i>N</i>		352	180	172		839	433	406

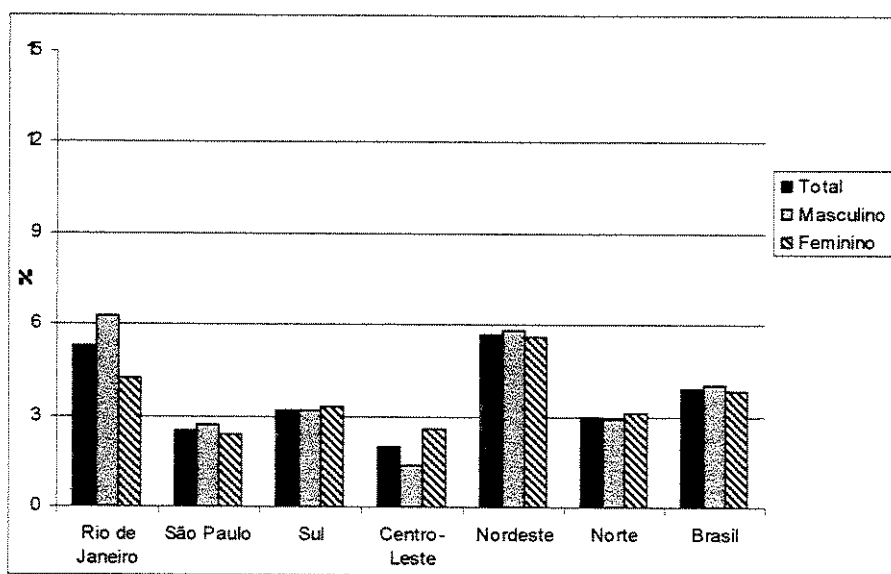
Fonte: PNSMIPF- 1986 e PNDS- 1996, BEMFAM, Questionário Individual  
\*Regiões Centro-Oeste e Norte juntas, só urbano

<sup>73</sup> Testes significativos a 10% e 5%, respectivamente.

<sup>74</sup> Teste significativo a 10%.

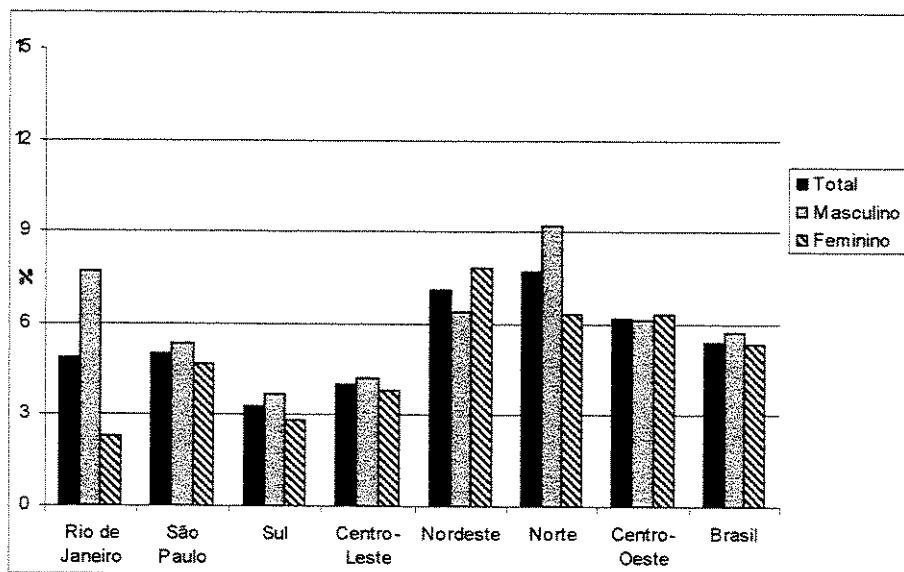
<sup>75</sup> Teste significativo a 1%.

<sup>76</sup> Teste significativo a 10%.



**Figura 4.2.3** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 (dados ponderados)

Fonte: PNSMIPF- 1986 – Questionário Individual



**Figura 4.2.4** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1996 (dados ponderados).

Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Questionário Individual

**Tabela 4.2.2** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por urbano/rural e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 e 1996 (dados ponderados).

Região residência da mãe	86				96			
	<i>n</i>	Total	Urbano	Rural	<i>n</i>	Total	Urbano	Rural
Rio de Janeiro	46	5,3	4,9	12,2	34	4,9	4,3	9,2
São Paulo	24	2,5	2,7	1,4	68	5,0	4,6	8,7
Sul	35	3,2	4,0	2,2	50	3,3	3,4	2,8
Centro-Leste	29	2,0	1,6	2,8	61	4,0	4,1	3,5
Nordeste	185	5,7	7,0	4,3	411	7,1	6,7	7,7
Norte	33*	3,0*	3,0*	-	129	7,7	7,6	8,8
Centro-Oeste					86	6,2	6,4	5,3
Brasil		3,9	4,1	3,1		5,5	5,2	6,5
<i>n</i>		352	252	100		839	604	235

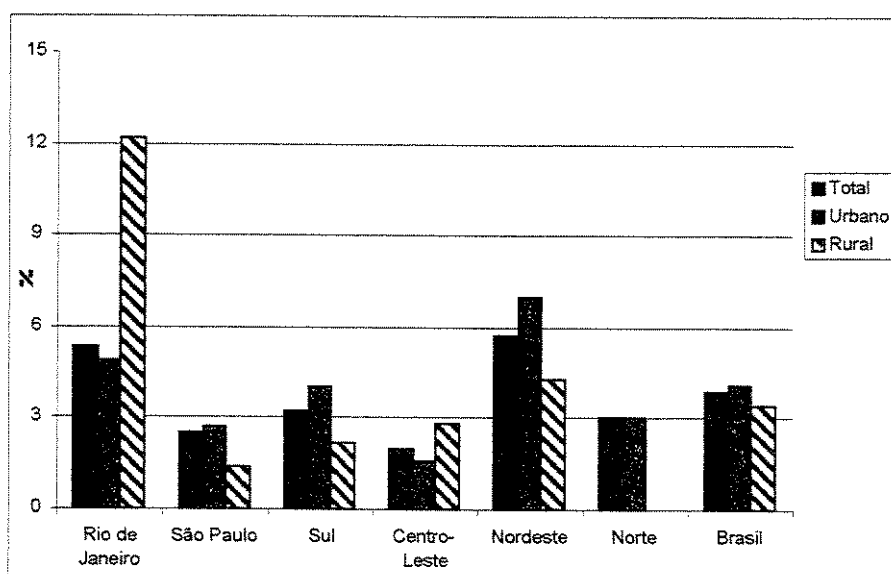
Fonte: PNSMIPF- 1986 e PNDS- 1996, BEMFAM, Questionário Individual

\*Regiões Centro-Oeste e Norte juntas, só urbano

**Tabela 4.2.3** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, região Nordeste, 1986, 1991 e 1996, segundo declaração da mãe (dados ponderados).

Ano	<i>n</i>	Total	Masculino	Feminino	Urbano	Rural
1986	185	5,7	5,8	5,6	7,0	4,3
1991	586	6,7	5,8	7,6	6,6	6,8
1996	411	7,1	6,4	7,8	6,7	7,7

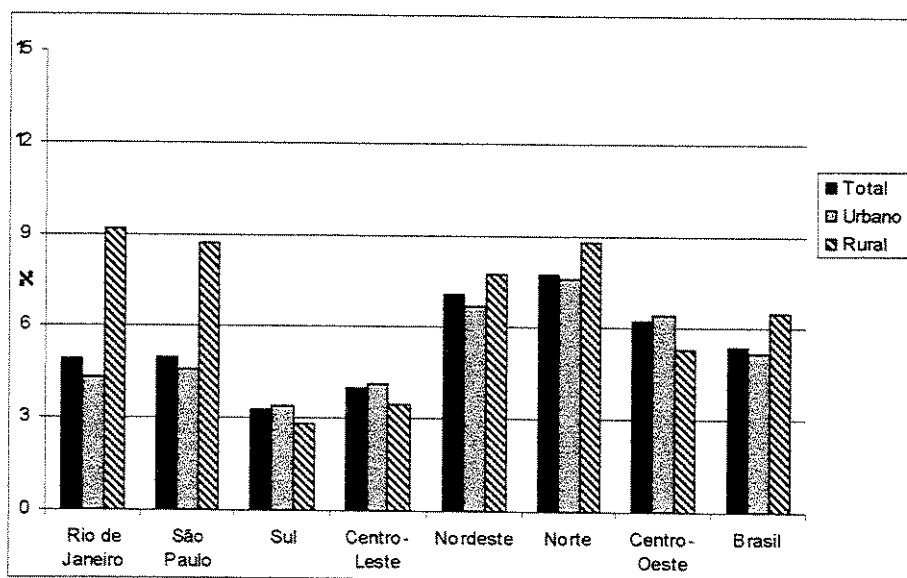
Fonte: PNSMIPF- 1986; PSFNe-1991 e PNDS-1996, BEMFAM, Questionário Individual



**Figura 4.2.5** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por urbano/rural e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 (dados ponderados).

Fonte: PNSMIPF- 1986 – Questionário Individual





**Figura 4.2.6** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por urbano/rural e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1996 (dados ponderados).

Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Questionário Individual

Vale a pena avaliar as informações sobre com quem vivem as crianças que, segundo declaração de suas mães, não residem com elas, ainda que os dados restrinjam-se apenas ao Nordeste em 1991. Na Tabela 4.2.4 (PSFNe-1991, Nordeste), podemos observar que a maioria das crianças tende a ficar primeiramente com outros parentes, principalmente com os avós. Muito provavelmente, boa parte destas crianças residem com avós, já que as “Fichas de Domicílio” (Anexo C) da PSNe-1991 (Tabelas C.1.1) revelam que mais da metade das crianças desacompanhadas de suas mães são netos do chefe do domicílio. Esta constatação é coerente com as observações de Fonseca (1995).

As meninas tendem a morar mais com não-parentes do que os meninos, os meninos mais com os outros familiares que as meninas, e os meninos mais com o pai que as meninas<sup>77</sup>. Esta constatação vai de encontro com a da PNAD 1985 e pode estar associada a prática de tomar crianças para “criar”, atribuindo-lhes todo tipo de trabalho doméstico. Com relação à idade,

<sup>77</sup> Testes de comparação entre proporções (unicidual) significativos a 5% na PSFNe-91, para outros parentes e não parentes.

observamos que os mais velhos tentem a ficar mais com o pai que os mais novos; os mais novos, mais com não parentes e parentes do que os mais velhos<sup>78</sup>.

Podemos constatar, quando comparamos as proporções obtidas com o cruzamento sexo e idade, que, entre os meninos, o pai tende a ficar com os mais velhos, e os parentes, com os garotos mais novos<sup>79</sup>. Já na comparação entre as crianças mais velhas (7 a 14 anos), observamos que os meninos tendem a ficar mais com o pai ou com outros parentes, enquanto as meninas tendem a ficar com outras pessoas mais que os meninos<sup>80</sup>. Em resumo, as crianças tendem a ficar principalmente com parentes, especialmente as mais novas. As mais velhas e do sexo masculino tendem a ficar principalmente com seus pais. As mais novas com parentes ou, no caso das meninas, com outras pessoas. Tais resultados são similares aos obtidos com a PNAD 1985, e corroboram a hipótese de que o pai teria maior dificuldade em criar meninas e/ou crianças mais novas sem a ajuda de uma mulher.

**Tabela 4.2.4** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região Nordeste, 1991, por faixa etária e sexo, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	n	TOTAL			Masculino			Feminino		
		Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14
Com o pai	88	13,1	12,9	13,2	17,0	16,5	17,2	10,1	9,8	10,2
Outros parentes	390	60,9	61,2	60,8	66,0	60,4	68,7	57,0	61,9	55,0
Não parentes	105	25,7	25,1	25,9	16,7	22,3	14,0	32,7	27,6	34,8
Outros <sup>*</sup>	3	0,3	0,8	0,1	0,4	0,8	0,2	0,2	0,7	0,0
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n		586	194	392	275	97	178	311	97	214

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, Questionário Individual

\*Incluídos não respondeu e não sabe.

<sup>78</sup> Para a PSFNe-91, todos os resultados foram não significativos.

<sup>79</sup> Na PSFNe-91, todos os resultados foram não significativos.

<sup>80</sup> Testes de comparação entre proporções (unicaudal) significativos a 5%, para outros parentes e não-parentes, na PSFNe-91.

Os dados para o Nordeste 1991 permitem ainda uma desagregação por local de residência da mãe (urbano/rural) e por situação de migração da mãe, como pode ser visto nas Tabelas 4.2.5, 4.2.6 e 4.2.7.

Com relação ao lugar de residência da mãe, observamos que os filhos cujas mães moram na zona urbana tendem a ficar mais com outros familiares do que os que moram na zona rural. Já aqueles cujas mães moram na zona rural tendem a ficar mais com outras pessoas do que aqueles cujas mães moram na zona urbana<sup>81</sup>. Esses resultados sugerem que a rede de parentesco funciona mais entre mães que residem na zona urbana do que entre aquelas que vivem em áreas rurais do Nordeste. Embora não possamos verificar essa informação, é possível que mães “rurais” com filhos em circulação os tiveram enquanto viviam em áreas urbanas, estando, portanto, possivelmente desconectados de sua rede de parentesco. Entre as crianças que circulam e cujas mães residem na zona rural, observamos que os pais tendem a ficar mais com os filhos mais velhos do que com os mais jovens, e na zona urbana, outros familiares tendem a ficar mais com as crianças mais velhas do que com as mais jovens<sup>82</sup>.

Na Tabela 4.2.6 a desagregação é ampliada, incluindo o sexo da criança. Para as crianças do sexo masculino e feminino cujas mães residem na zona urbana, não existem diferenças significativas entre as proporções de crianças mais novas e mais velhas. Já para as crianças cujas mães residem na zona rural, observamos que as crianças do sexo masculino e mais velhas tendem a ficar mais com o pai do que as mais jovens; já as crianças do sexo masculino e mais jovens tendem a ficar mais com não-parentes do que as mais velhas. Para as crianças do sexo feminino cujas mães residem na zona rural, observamos que as mais jovens tendem a ficar mais com outros parentes do que as mais velhas, e as mais velhas ficam mais com não-parentes do que as mais jovens.

Esses resultados podem ser um indicativo da dificuldade dos pais, principalmente da zona rural, em criar seus filhos mais jovens. E, como para o caso da PNAD 1985, indicar que meninas, principalmente da zona rural (muito embora a zona seja a de residência da mãe e não da criança), são as mais sujeitas ao trabalho doméstico infantil não remunerado.

---

<sup>81</sup> Testes significativos a 1%.

<sup>82</sup> Comentando apenas as proporções significativas.

**Tabela 4.2.5** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região Nordeste, 1991, por faixa etária e situação urbano/rural e migrante/não migrante da mãe, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	n	Urbano			Rural			Migrante			Não Migrante		
		Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14
Com o pai	88	15,4	17,9	14,2	10,5	6,4	12,1	14,4	16,4	13,9	12,3	11,7	12,7
Outros parentes	390	70,4	65,7	72,7	49,7	55,4	47,4	68,9	65,7	69,7	56,0	59,7	53,9
Não parentes	105	13,8	15,1	13,1	39,7	38,2	40,3	16,8	18,0	16,5	31,2	24,6	33,3
Outros*	3	0,4	1,4	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,5	1,1	0,1
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n		368	130	238	218	64	154	249	63	186	337	131	206

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, questionário individual  
\*Incluídos "não respondeu" e "não sabe".

**Tabela 4.2.6** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região Nordeste, 1991, por faixa etária e sexo e situação urbano/rural, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	Situação	n	Masculino			Feminino			Total
			Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	
Com o pai	Urbano	59	19,8	24,0	17,8	11,1	11,8	10,7	15,4
Outros parentes		250	68,8	64,9	70,7	72,0	66,5	74,6	70,4
Não parentes		57	11,0	9,8	11,6	16,5	20,3	14,7	13,8
Outros*		2	0,5	1,4	0,0	0,4	1,4	0,0	0,4
Total				100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			181	68	113	187	62	125	368
Com o pai	Rural	29	12,6	5,2	16,4	9,2	7,4	9,8	12,1
Outros parentes		140	61,5	53,8	65,4	42,7	56,6	37,8	47,4
Não parentes		48	25,6	41,1	17,7	48,1	36,0	52,4	40,3
Outros*		1	0,3	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2
Total				100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			94	29	65	124	35	89	218

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, Questionário Individual  
\*Incluídos "não respondeu" e "não sabe".

Com relação à migração, observamos que as crianças cujas mães são migrantes tendem a morar mais com outros familiares do que aquelas cujas mães são não migrantes. Já as que moram com não-parentes apresentam situação inversa<sup>83</sup> (Tabela 3.2.5).

A Tabela 3.2.7 apresenta uma desagregação por sexo, com algumas diferenças entre proporções que se revelaram significativas: as meninas mais novas cujas mães são não migrantes e que ficam com outros parentes são em proporção superior às mais velhas; a situação se inverte para as que moram com não-parentes<sup>84</sup>.

Esses resultados podem ser um indicativo de que, no caso das meninas, a rede de parentesco de mães não migrantes tende a atender crianças mais jovens. Já as mais velhas tenderiam a ser absorvidas por não-parentes, provavelmente para o trabalho doméstico infantil não remunerado, como já discutido anteriormente.

**Tabela 4.2.7** Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região Nordeste, 1991, por faixa etária e sexo e situação migrante/não migrante da mãe, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	Situação	n	Masculino			Feminino			Total
			Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	
Com o pai	Migrante	41	21,4	28,9	19,3	8,5	5,3	9,4	14,4
Outros parentes		164	69,2	63,0	70,9	68,6	68,1	68,7	68,9
Não parentes		44	9,4	8,1	9,8	22,9	26,7	22,0	16,8
Outros*		0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total				100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			117	30	87	132	33	99	249
Com o pai	Não Migrante	47	14,1	12,1	15,4	11,0	11,3	10,9	12,7
Outros parentes		226	63,8	59,5	66,7	50,2	59,8	45,2	53,9
Não parentes		61	21,5	27,2	17,6	38,5	27,9	43,9	33,3
Outros*		3	0,6	1,1	0,3	0,3	1,0	0,0	0,1
Total				100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			158	67	91	179	64	115	337

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, Questionário Individual  
\*Incluídos "não respondeu" e "não sabe".

<sup>83</sup> Testes significativos a 1%.

<sup>84</sup> Testes significativos a 10%.

### 4.3 Os Modelos Logísticos

Os modelos logísticos<sup>85</sup> foram utilizados neste capítulo com o objetivo de verificar quais das covariáveis estariam associadas com a circulação de crianças, ou seja, quais os fatores que implicam maior risco de a criança circular.

Os resultados dos modelos logísticos foram realizados para as bases de dados Brasil 1986 e 1996 e Nordeste 1986, 1991 e 1996. Para cada uma dessas possibilidades são apresentados os modelos logísticos univariados (Tabelas 4.3.1, 4.3.3, 4.3.5, 4.3.7 e 4.3.9) que estimam a razão de *odds* (*odds ratio*) para cada uma das variáveis independentemente, servindo apenas a título de ilustração (Tabelas 4.3.2, 4.3.4, 4.3.6, 4.3.8 e 4.3.10). Observamos, com essa comparação, que o fato de uma variável se mostrar significativa quando tomadas isoladamente não implica em sua significância nos modelos multivariados. Da mesma forma, a não significância dos resultados da análise univariada também não implica em não significância quando da análise multivariada.

Os modelos multivariados apresentados são sempre em número de dois: o primeiro representa o modelo com todas as variáveis estudadas incluídas, já o segundo é o chamado modelo parcimonioso<sup>86</sup>. Neste, o objetivo é encontrar uma alternativa que inclua poucas (co)variáveis para facilitar a interpretação, mas que, ao mesmo tempo contenha informações com poder de descrição dos dados, sem perdas substantivas na predição.

Para todos os modelos apresentados, foram calculadas a razão de *odds*, que mede o risco associado àquela categoria em relação à categoria de controle (*odds ratio*=1,00), as estatísticas de Wald, que medem a significância do risco associado a cada nível da covariável; a estatística de Pearson (Teste  $\chi^2$ ) que é um teste de qualidade de ajuste do modelo; e a estatística  $R_L^2$ , é um pseudo  $R^2$  (coeficiente de determinação do ajuste), utilizado para comparar os ajustes dos modelos<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Foram também utilizados modelos de Poisson, mas os resultados obtidos não foram satisfatórios.

<sup>86</sup> Este modelo resulta da retirada (uma por vez) das variáveis não significativas do modelo completo.

<sup>87</sup> Mais detalhes sobre o modelo logístico e as estatísticas utilizadas podem ser encontrado em Hosmer Jr. and Lemeshow (1989) e Aidar (1992). Outras aplicações demográficas de modelos logísticos podem ser encontradas em Cavenaghi (1997).

## ***Brasil – DHS 1986***

A Tabela 4.3.2 apresenta os resultados dos modelos logísticos multivariados para o Brasil em 1986, utilizando dados da DHS. Das variáveis estudadas, o sexo da criança, a escolaridade, o trabalho, a religião, a frequência ao culto e a idade ao ter o primeiro filho não são significativas. Os resultados com as demais variáveis são significantes, como veremos a seguir.

Crianças mais velhas (7-14 anos) têm cerca de 40% a mais de risco de estarem circulando do que as crianças mais jovens (0-6 anos). Por outro lado, crianças cujas mães são migrantes, mas residem há mais de 10 anos no local de moradia atual, têm em torno de 30% menos chances de circularem do que aquelas cujas mães não são migrantes.

Com relação à fecundidade, notamos que a circulação de crianças encontra-se associada à fecundidade mais elevada. Crianças cujas mães têm 4 ou mais filhos nascidos vivos têm em torno de 30% a mais chances de circularem que aquelas cujas mães têm 3 filhos ou menos. No que diz respeito à experiência de mortalidade, crianças cujas mães perderam por morte 4 ou mais filhos têm 2,5 vezes mais risco de circularem do que aquelas cujas mães não têm nenhum filho morto.

A associação de circulação de crianças com taxas de fecundidade mais elevadas desperta interesse, sugerindo que esquemas de circulação poderiam funcionar como acomodação ao nível de fecundidade ou ao tamanho da família. Esse mecanismo já foi mencionado para situações da África sub-sahariana, constituindo elemento a ser considerado mais seriamente na explicação das altas taxas de fecundidade, tradicionais no Brasil.

A associação da circulação de crianças com a mortalidade poderia inserir-se neste mesmo contexto interpretativo. De um lado, camadas sociais de menor renda – que experimentam, no geral, condições de saúde mais precárias – poderiam ser as mesmas que tenderiam a apresentar níveis de fecundidade e de mortalidade mais elevados. De outro lado, mães com maior número de filhos teriam também, *coeteris paribus*, maiores chances de ter mais filhos que viessem a falecer.

Vale notar que quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance desse mesmo filho circular. Filhos com mães que os tiveram com idade entre 10 e 19 anos

apresentam risco de estarem em circulação 13 vezes superior ao daqueles cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais; já as crianças com mães que as tiveram entre 20 e 29 anos têm chance 5 vezes superior de estarem em circulação. Esses achados se somam a outros, relativos à história conjugal da mãe; em especial, o número de uniões parece interferir na probabilidade de o filho encontrar-se circulando. O mesmo ocorre quando a mãe é solteira. Observamos que crianças que têm mães nunca unidas (solteiras), unidas atualmente mas com mais de uma união, não-unidas mas com uma união anterior, e não-unidas e com mais de uma união anterior, apresentam risco pelo menos nove vezes superior de circularem do que uma criança cuja mãe está em sua primeira união.

Exploramos também possíveis associações entre a caracterização sócio-econômica dos domicílios das mães com os resultados significativos obtidos do ponto de vista das circunstâncias sociais relacionadas à circulação de crianças.

Os domicílios em que atualmente residem as mães das crianças estudadas foram caracterizados a partir de dois critérios. Com base nas informações disponíveis na DHS, adaptou-se um primeiro indicador, denominado Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) e Necessidades Básicas Satisfeitas (NBS). Esse indicador avalia em que medida os domicílios são afetados por condições de pobreza<sup>88</sup>. Utilizamos também o indicador criado pela ABIPEME para classificação sócio-econômica de famílias/domicílios<sup>89</sup>.

Os resultados revelam que crianças com mães em condições sócio-econômicas piores têm maior chance de estarem em circulação. Crianças cujas mães residem em domicílios caracterizados por Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) apresentam risco 30% maior de estarem em circulação do que aquelas cujos domicílios maternos foram classificados como Necessidades Básicas Satisfeitas (NBS). Da mesma forma, utilizando o critério ABA/ABIPEME, as crianças cujas mães pertencem às camadas D e E apresentam risco 90% superior de estarem circulando, comparativamente àquelas cujas mães enquadram-se nas camadas C, B e A.

Com base nesses achados, é pertinente considerar que a circulação de crianças no Brasil está associada à pobreza e é maior nas famílias pertencentes às camadas menos favorecidas

---

<sup>88</sup> Ver Anexo E para a descrição do indicador NBI/NBS e sua utilização neste trabalho.

<sup>89</sup> Ver Anexo D para a descrição do indicador ABA/ABIPEME.



da população. Essa constatação não surpreende, mas chama a atenção para uma condição oculta da infância, de há muito enfronhada na tradição social brasileira, em que parte da socialização infantil não é conduzida pelos genitores, mas deixada a cargo de parentes ou não-parentes que integram a rede social de relações das famílias.

**Tabela 4.3.1** Modelos Logísticos Univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.721). Brasil, 1986 (dados ponderados).

Variáveis	Odds Ratio (Wald)	Variáveis	Odds Ratio (Wald)
<i>Sexo da criança</i>		<i>Filhos nascidos vivos</i>	
Masculino	1,04 (0,10)	1 a 3	1,00 (5,20)
Feminino	1,00	4 ou mais	1,30 **
$\chi^2$ de Pearson	0,10	$\chi^2$ de Pearson	5,26 **
$R_c^2$	0,03	$R_c^2$	0,19
<i>Idade da criança</i>		<i>Filhos mortos</i>	
0-6 anos	1,00	Nenhum	1,00
7-14 anos	1,60 (17,04) ***	1 a 3	1,17 1,44
$\chi^2$ de Pearson	17,29 *	4 ou mais	2,96 20,46 ***
$R_c^2$	0,62	$\chi^2$ de Pearson	16,57 ***
<i>Residência atual</i>		$R_c^2$	0,59
Rural	1,00	<i>Idade ao ter 1º filho</i>	
Urbano	0,82 (2,57)	Menos de 20 anos	2,41 (57,04) ***
$\chi^2$ de Pearson	2,64	20 ou mais	1,00
$R_c^2$	0,09	$\chi^2$ de Pearson	59,68 ***
<i>Anos no local</i>		$R_c^2$	2,14
Sempre morou	1,00	<i>Idade ao ter o filho</i>	
Menos de 10 anos	1,13 (0,95)	Menos de 20 anos	12,40 (99,02) ***
10 ou mais anos	0,64 (9,67) ***	20 a 29 anos	4,52 (39,04) ***
$\chi^2$ de Pearson	16,73 ***	30 ou mais	1,00
$R_c^2$	0,60	$\chi^2$ de Pearson	146,75 ***
<i>Tem religião</i>		$R_c^2$	5,25
Sim	1,00	<i>Estado civil</i>	
Não	1,60 (6,12) **	Unida 1 vez	1,00
$\chi^2$ de Pearson	5,47 **	Unida + 1 vez	11,47 (295,95) ***
$R_c^2$	0,196	Não unida/1 vez	9,66 (198,91) ***
<i>Frequência culto</i>		Não unida/+1v.	17,27 (134,74) ***
Não freq./sem relig.	1,85 (29,22) ***	Nunca unida	9,77 (67,99) ***
Frequente	1,00	$\chi^2$ de Pearson	424,35 ***
$\chi^2$ de Pearson	28,18 ***	$R_c^2$	15,18
$R_c^2$	1,01	<i>Necessidades básicas</i>	
<i>Escolaridade da mãe</i>		Satisfeitas	1,00
Sem	2,71 (12,93) ***	Insatisfeitas	1,49 (7,01) ***
Primário	2,76 (16,99) ***	$\chi^2$ de Pearson	6,46 ***
Secundário ou +	1,00	$R_c^2$	0,23
Não respondeu	3,82 (2,13)	<i>ABIPEME</i>	
$\chi^2$ de Pearson	23,16 ***	ABC	1,00
$R_c^2$	0,83	DE	3,60 (46,36) ***
<i>Mãe trabalha</i>		$\chi^2$ de Pearson	64,05 ***
Sim	1,00	$R_c^2$	2,29
Não	0,84 (2,33)		
$\chi^2$ de Pearson	2,31		
$R_c^2$	0,08		

Fonte: PNSMIPF-1986, Questionário Individual  
Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

Tabela 4.3.2 Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.721). Brasil, 1986 (dados ponderados).

Variáveis		Odds Ratio (Wald Chi-Square)			
		Modelo 1		Modelo 2	
CRIANÇA	<i>Sexo da criança</i>				
	Masculino	1,01	(0,01)		
	Feminino	1,00			
	<i>Idade da criança</i>				
	0-6 anos	1,00		1,00	
	7-14 anos	1,42	(6,72) ***	1,37	(6,91) **
MÃE	<i>Residência atual</i>				
	Rural	1,00			
	Urbano	1,02	(0,01)		
	<i>Anos no local</i>				
	Sempre morou	1,00		1,00	
	Menos de 10 anos	1,24	(2,29)	1,24	(2,27)
	10 ou mais anos	0,69	(5,19) **	0,68	(5,95) **
	<i>Tem religião</i>				
	Sim	1,00			
	Não	0,93	(0,09)		
	<i>Frequência culto</i>				
	Não freq./sem religião	1,22	(2,27)		
	Frequente	1,00			
	<i>Escolaridade da mãe</i>				
	Sem	1,23	(0,36)		
	Primário	1,34	(1,5)		
	Secundário ou +	1,00			
	Não respondeu	0,71	(0,12)		
	<i>Mãe trabalha</i>				
	Sim	1,00			
Não	1,10	(0,49)			
<i>Filhos nascidos vivos</i>					
1 a 3	1,00		1,00		
4 ou mais	1,36	(3,83) **	1,32	(3,38) **	
<i>Filhos mortos</i>					
Nenhum	1,00		1,00		
1 a 3	0,97	(0,05)	0,96	(0,06)	
4 ou mais	2,52	(9,55) ***	2,49	(9,61) ***	
<i>Idade ao ter 1º filho</i>					
Menos de 20 anos	0,85	(1,09)			
20 ou mais	1,00				
<i>Idade ao ter o filho</i>					
Menos de 20 anos	13,72	(78,70) ***	12,84	(88,16) ***	
20 a 29 anos	5,23	(42,90) ***	5,20	(43,24) ***	
30 ou mais	1,00		1,00		
<i>Estado civil</i>					
Unida 1 vez	1,00		1,00		
Unida + 1 vez	10,14	(232,90) ***	10,20	(247,10) ***	
Não unida/1 vez	10,31	(170,37) ***	9,80	(185,88) ***	
Não unida/+1v.	15,41	(97,57) ***	14,87	(102,80) ***	
Nunca unida	9,46	(56,54) ***	9,35	(58,23) ***	
<i>Necessidades básicas</i>					
Satisfeitas	1,00		1,00		
Insatisfeitas	1,34	(2,80) *	1,34	(3,02) *	
<i>ABIPEME</i>					
ABC	1,00		1,00		
DE	1,94	(9,09) ***	2,09	(13,29) ***	
$\chi^2$ de Pearson		630,36 ***		624,51 ***	
R <sup>2</sup>		22,55		22,35	

Fonte: PNSMIPF-1986, Questionário Individual

Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

## *Brasil – DHS 1996*

Na Tabela 4.3.4 são encontrados os resultados dos modelos multivariados para o Brasil em 1996. Ao contrário do que ocorreu na análise da DHS 1986, as correlações, 10 anos mais tarde, apresentam-se mais claras e sugestivas. Observamos que os meninos têm 15% mais chances de estarem em circulação que as meninas. As crianças mais velhas (7 a 14 anos) têm duas vezes mais chances de circular que as mais jovens (0 a 6 anos). As crianças cujas mães moram na zona urbana têm cerca de 30% mais chances de circular do que as que moram na zona rural.

Com relação à migração, observamos que as crianças cujas mães residem há menos de 10 anos na localidade de residência atual têm cerca de 60% mais chances de circular do que aquelas cujas mães não são migrantes, o que difere dos resultados encontrados para o país em 1986: nessa ocasião, era um tempo mais longo de residência que encontrava-se inversamente associado à circulação.

Nos modelos, as crianças cujas mães não são brancas têm cerca de 20% a mais de chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães são brancas. Como os modelos contemplam variáveis sócio-econômicas, temos uma associação ente a raça/etnia e a circulação de crianças, ou seja, as crianças cujas mães são não brancas tendem a estar mais em circulação do que aquelas cujas mães são brancas. A variável ter ou não alguma religião não se mostra significativa, mas as crianças cujas mães não têm religião, ou que têm, mas não freqüentam o culto pelo menos uma vez por semana, têm 20% a mais de risco de estarem em circulação do que aquelas cujas mães freqüentam o culto pelo menos uma vez por semana. Essa informação leva a uma pergunta: a integração a uma religião pode influenciar práticas ou ideologias familiares (ou mesmo criar essas práticas e ideologias) que “protegeriam” os filhos da circulação?

As crianças cujas mães não trabalham têm pelo menos 15% a menos de chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães trabalham.

Em relação ao número de filhos, novamente, em 1996, fecundidades mais elevadas encontram-se associadas à circulação de crianças. Aquelas crianças cujas mães têm 4 ou mais filhos nascidos vivos têm em torno de 70% mais chances de estarem em circulação que aquelas cujas mães têm 3 filhos ou menos nascidos vivos. Da mesma forma, a idade da mãe quando do

nascimento do filho é fator que, mais uma vez, associa-se à circulação infantil. Quanto mais jovem a mãe ao ter o filho, maior a chance de este estar em circulação. Filhos cujas mães os tiveram com idade entre 10 e 19 anos apresentam risco pelo menos cinco vezes superior de estarem em circulação, em relação àqueles cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais. Já as crianças nascidas de mães com entre 20 e 29 anos à época do nascimento têm um risco um pouco menor de circularem, mas, ainda assim, duas vezes superior ao daquelas nascidas de mães com 30 anos ou mais.

Corroborando ainda os achados de 1986 para o Brasil, a história conjugal da mãe afeta o risco de o filho estar em circulação. Crianças filhas de mães solteiras (nunca unidas), não-unidas, ou unidas pela segunda ou mais vezes, têm um risco pelo menos três vezes superior de estar em circulação, que uma criança cuja mãe encontra-se na sua primeira união.

Esses achados indicam que não apenas a circulação é um mecanismo acionado para a acomodação de fecundidades elevadas, mas também na acomodação das conseqüências ou implicações de uma fecundidade precoce. Na mesma linha de reflexão, a circulação de crianças revela-se uma alternativa mobilizada em situações em que a mãe é sozinha ou passou a conviver com outro cônjuge que não é o pai da criança.

Acerca da associação entre a condição de circulação do filho e as condições sócio-econômicas do domicílio materno, os resultados para o Brasil em 1996 revelam que crianças cujas mães pertencem às camadas D e E da população<sup>90</sup> têm risco 40% superior de estarem em circulação, relativamente àquelas cujas mães pertencem às camadas C, B e A. .

---

<sup>90</sup> Ver Anexo D para os critérios de classificação sócio-econômica (ABIPEME) utilizados.

**Tabela 4.3.3** Modelos Logísticos Univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=14.366). Brasil, 1996 (dados ponderados).

Variáveis	Odds Ratio (Wald)	Variáveis	Odds Ratio (Wald)
<i>Sexo da criança</i>		<i>Mãe trabalha</i>	
Masculino	1,09 (1,22)	Sim	1,00 (15,66)
Feminino	1,00	Não	0,73 ***
$\chi^2$ de Pearson	1,22	$\chi^2$ de Pearson	16,07 ***
$R_c^2$	0,02	$R_c^2$	0,27
<i>Idade da criança</i>		<i>Filhos nascidos vivos</i>	
0-6 anos	1,00	1 a 3	1,00
7-14 anos	2,35 (106,90) ***	4 ou mais	2,05 (91,77) ***
$\chi^2$ de Pearson	117,10 ***	$\chi^2$ de Pearson	90,98 ***
$R_c^2$	1,99	$R_c^2$	1,55
<i>Residência atual</i>		<i>Filhos mortos</i>	
Rural	1,00	Nenhum	1,00
Urbano	1,26 (7,87) ***	1 a 3	1,32 (8,47) ***
$\chi^2$ de Pearson	7,63 ***	4 ou mais	1,93 (2,02)
$R_c^2$	0,13	$\chi^2$ de Pearson	9,54 ***
<i>Anos no local</i>		$R_c^2$	0,16
Sempre morou	1,00	<i>Idade ao ter 1º filho</i>	
Menos de 10 anos	1,71 (36,29) ***	Menos de 20 anos	2,35 (119,47) ***
10 ou mais anos	0,99 (0,00)	20 ou mais	1,00
$\chi^2$ de Pearson	46,70 ***	$\chi^2$ de Pearson	126,30 ***
$R_c^2$	0,79	$R_c^2$	2,15
<i>Cor</i>		<i>Idade ao ter o filho</i>	
Branca	1,00	Menos de 20 anos	4,63 (130,48) ***
Não branca	1,79 (48,80) ***	20 a 29 anos	1,89 (25,24) ***
$\chi^2$ de Pearson	52,37 ***	30 ou mais	1,00
$R_c^2$	0,89	$\chi^2$ de Pearson	171,75 ***
<i>Tem religião</i>		$R_c^2$	2,92
Sim	1,00	<i>Estado civil</i>	
Não	1,33 (3,36) *	Unida 1 vez	1,00
$\chi^2$ de Pearson	3,13 *	Unida + 1 vez	8,28 (555,88) ***
$R_c^2$	0,05	Não unida/1 vez	3,70 (107,61) ***
<i>Frequência culto</i>		Não unida/+1 vez	8,62 (204,21) ***
Não freq./sem relig.	1,49 (25,41) ***	Nunca unida	4,50 (78,91) ***
Frequente	1,00	$\chi^2$ de Pearson	637,75 ***
$\chi^2$ de Pearson	24,56 ***	$R_c^2$	10,84
$R_c^2$	0,42	<i>Necessidades Básicas</i>	
<i>Escolaridade da mãe</i>		Satisfeitas	1,00
Sem	1,90 (26,30) ***	Insatisfeitas	1,14 (2,08)
Primário	1,51 (26,53) ***	$\chi^2$ de Pearson	2,13
Secundário ou +	1,00	$R_c^2$	0,04
$\chi^2$ de Pearson	(39,27) ***	<i>ABIPEME</i>	
$R_c^2$	0,67	ABC	1,00
		DE	2,31 (69,08) ***
		$\chi^2$ de Pearson	81,49 ***
		$R_c^2$	1,38

Fonte: PNDS-1996, Questionário Individual  
Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

**Tabela 4.3.4** Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=14.366). Brasil, 1996 (dados ponderados).

Variáveis		Odds Ratio (Wald Chi-Square)			
		Modelo 1		Modelo 2	
CRIANÇA	<i>Sexo da criança</i>				
	Masculino	1,15	(2,94) *	1,15	(3,13) *
	Feminino	1,00		1,00	
	<i>Idade da criança</i>				
0-6 anos	1,00	(77,33)	1,00		
7-14 anos	2,26	***	2,25	(77,74) ***	
MÃE	<i>Residência atual</i>				
	Rural	1,00		1,00	
	Urbano	1,30	(7,49) ***	1,28	(6,91) ***
	<i>Anos no local</i>				
	Sempre morou	1,00		1,00	
	Menos de 10 anos	1,60	(23,71) ***	1,59	(23,59) ***
	10 ou mais anos	1,04	(0,16)	1,04	(0,11)
	<i>Cor</i>				
	Branca	1,00		1,00	
	Não branca	1,23	(5,29) **	1,22	(4,79) **
	<i>Tem religião</i>				
	Sim	1,00			
	Não	1,05	(0,02)		
	<i>Frequência culto</i>				
	Não freq./sem religião	1,22	**	1,22	(5,56) **
	Frequente	1,00	(5,04)	1,00	
	<i>Escolaridade da mãe</i>				
	Sem	0,94	(0,18)		
	Primário	1,01	(0,02)		
	Secundário ou +	1,00			
<i>Mãe trabalha</i>					
Sim	1,00		1,00		
Não	0,86	(3,01) *	0,86	(3,26) *	
<i>Filhos nascidos vivos</i>					
1 a 3	1,00		1,00		
4 ou mais	1,76	(32,31) ***	1,68	(33,02) ***	
<i>Filhos mortos</i>					
Nenhum	1,00				
1 a 3	0,84	(2,49)			
4 ou mais	0,95	(0,01)			
<i>Idade ao ter 1º filho</i>					
Menos de 20 anos	1,02	(0,04)			
20 ou mais	1,00				
<i>Idade ao ter o filho</i>					
Menos de 20 anos	5,13	(96,78) ***	5,23	(128,40) ***	
20 a 29 anos	2,07	(28,82) ***	2,10	(31,22) ***	
30 ou mais	1,00		1,00		
<i>Estado civil</i>					
Unida 1 vez	1,00		1,00		
Unida + 1 vez	7,01	(418,39) ***	6,99	(421,25) ***	
Não unida/1 vez	3,73	(98,41) ***	3,71	(98,15) ***	
Não unida/+1v.	8,47	(174,29) ***	8,47	(176,37) ***	
Nunca unida	5,59	(90,44) ***	5,55	(89,99) ***	
DOMI CÍLIO	<i>Necessidades Básicas</i>				
	Satisfeitas	1,00			
	Insatisfeitas	0,98	(0,05)		
	<i>ABIPEME</i>				
ABC	1,00		1,00		
DE	1,50	(11,59) ***	1,48	(11,91) ***	
$\chi^2$ de Pearson			1048,28 ***		1045,19 ***
R <sup>2</sup>			17,82		17,76

Fonte: PNDS-1996, Questionário Individual  
Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

## *Nordeste – DHS 1986*

Na Tabela 4.3.6 encontramos os resultados dos modelos logísticos multivariados para a Região Nordeste em 1986, que podem ser acrescidos aos achados para o Brasil em 1986 e 1996.

Com relação à migração, observamos que as crianças cujas mães residem há menos de 10 anos no local atual têm cerca de 50% mais chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não são migrantes; já as crianças cujas mães residem há mais de 10 anos no mesmo local têm cerca de 30% menos chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães são não migrantes. Um tempo mais longo de residência inversamente associado à circulação das crianças é também encontrado no Brasil 1986, e um menor tempo de residência diretamente associado à circulação de crianças também é encontrado no Brasil 1996.

Contrariamente aos resultados encontrados na base Brasil 1996, observamos aqui que o não trabalho da mulher é que implica em maior chance de a criança circular. Observamos que as crianças cujas mães não trabalham têm cerca de 40% mais chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães trabalham.

Assim como nos resultados obtidos para o conjunto do país em 1986 e 1996, observamos aqui uma associação entre a maior fecundidade da mãe e a circulação de crianças. Com relação à fecundidade/mortalidade notamos que as crianças cujas mães têm 4 ou mais filhos nascidos vivos apresentam em torno de duas vezes mais chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães têm 3 filhos ou menos; e aquelas cujas mães têm de 1 a 3 filhos mortos apresentam cerca de 30% menos chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não têm nenhum filho morto; para o grupo cujas mães têm 4 ou mais filhos mortos, esta chance é 90% superior.

Quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance de o mesmo circular: para os filhos com mães que os tiveram com idade entre 10 e 19 anos, este risco é pelo menos 10 vezes superior ao das crianças cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais; já para as crianças com mães que os tiveram com entre 20 e 29 anos, a chance é três vezes superior. Tais resultados têm o mesmo sentido dos achados para o conjunto do país, tanto em 1986 quanto em

1996, ou seja, quanto mais precocemente ocorre o nascimento de uma criança, maior é o seu o risco de circular.

Com relação ao estado civil/número de uniões da mãe, observamos que as crianças cujas mães nunca se uniram (solteiras), não-unidas, ou unidas pela segunda ou mais vezes, apresentam um risco pelo menos nove vezes superior de circular que uma criança cuja mãe está na sua primeira união. Tais resultados vão ao encontro dos obtidos para o Brasil em 1986 e 1996, ou seja, o fato de a mãe da criança estar sozinha (solteira, separada, divorciada ou viúva) ou “recasada” aumenta a chance de a criança circular.



**Tabela 4.3.5** Modelos Logísticos Univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=3.268). Nordeste, 1986 (dados ponderados).

Variáveis	Odds Ratio (Wald)	Variáveis	Odds Ratio (Wald)
<i>Sexo da criança</i>		<i>Filhos nascidos vivos</i>	
Masculino	1,04 (0,06)	1 a 3	1,00
Feminino	1,00	4 ou mais	1,12 (0,39)
$\chi^2$ de Pearson	0,06	$\chi^2$ de Pearson	0,40
$R_c^2$	0,01	$R_c^2$	0,032
<i>Idade da criança</i>		<i>Filhos mortos</i>	
0-6 anos	1,00	Nenhum	1,00
7-14 anos	1,51 (6,43) ***	1 a 3	0,76 (2,36)
$\chi^2$ de Pearson	6,46 **	4 ou mais	1,72 (4,00) **
$R_c^2$	0,51	$\chi^2$ de Pearson	7,62 **
<i>Residência atual</i>		$R_c^2$	0,606
Rural	1,00	<i>Idade ao ter 1º filho</i>	
Urbano	0,59 (9,79) ***	Menos de 20 anos	1,00
$\chi^2$ de Pearson	10,11 ***	20 ou mais	8,22 (27,29) ***
$R_c^2$	0,80	$\chi^2$ de Pearson	29,54 ***
<i>Anos no local</i>		$R_c^2$	2,349
Sempre morou	1,00	<i>Idade ao ter o filho</i>	
Menos de 10 anos	1,96 14,25 ***	Menos de 20 anos	9,70 (54,27) ***
10 ou mais anos	0,57 5,43 **	20 a 29 anos	3,45 (18,52) ***
$\chi^2$ de Pearson	28,36 ***	30 ou mais	1,00
$R_c^2$	2,255	$\chi^2$ de Pearson	68,84 ***
<i>Tem religião</i>		$R_c^2$	5,475
Sim	1,00	<i>Estado civil</i>	
Não	1,67 (4,39) **	Unida 1 vez	1,00
$\chi^2$ de Pearson	4,87 **	Unida + 1 vez	11,00 (130,33) ***
$R_c^2$	0,35	Não unida/1 vez	12,17 (112,02) ***
<i>Frequência culto</i>		Não unida/+1v.	16,42 (63,84) ***
Não freq./sem rel.	1,58 (7,99) ***	Nunca unida	26,69 (69,02) ***
Frequente	1,00	$\chi^2$ de Pearson	227,25 ***
$\chi^2$ de Pearson	8,11 ***	$R_c^2$	18,072
$R_c^2$	0,633	<i>Necessidades básicas</i>	
<i>Escolaridade da mãe</i>		Satisfeitas	1,00 (0,45)
Sem	1,76 (1,80)	Insatisfeitas	0,88
Primário	2,17 (3,87) **	$\chi^2$ de Pearson	0,46
Secundário ou +	1,00	$R_c^2$	0,037
$\chi^2$ de Pearson	5,37 *	<i>ABIPEME</i>	
$R_c^2$	0,427	ABC	1,00
<i>Mãe trabalha</i>		DE	2,91 7,52 ***
Sim	1,00	$\chi^2$ de Pearson	10,34 ***
Não	0,94 (0,11)	$R_c^2$	0,822
$\chi^2$ de Pearson	0,11		
$R_c^2$	0,01		

Fonte: PNSMIPF-1986, Questionário Individual  
Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

**Tabela 4.3.6** Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=3.268). Nordeste, 1986 (dados ponderados).

Variáveis		Odds Ratio (Wald Chi-Square)			
		Modelo 1		Modelo 2	
CRIANÇA	<i>Sexo da criança</i>				
	Masculino	0,94	(0,10)		
	Feminino	1,00			
	<i>Idade da criança</i>				
0-6 anos	1,00				
7-14 anos	1,39	(2,56)			
MÃE	<i>Residência atual</i>				
	Rural	1,00			
	Urbano	0,95	(0,06)		
	<i>Anos no local</i>				
	Sempre morou	1,00		1,00	
	Menos de 10 anos	1,66	(5,63) **	1,59	(5,14) **
	10 ou mais anos	0,65	(2,69) *	0,63	(3,15) *
	<i>Tem religião</i>				
	Sim	1,00			
	Não	1,17	(0,27)		
	<i>Frequência culto</i>				
	Não freq./sem rel.	1,23	(1,04)		
	Frequente	1,00			
	<i>Escolaridade da mãe</i>				
	Sem	1,01	(0,00)		
	Primário	1,41	(0,51)		
	Secundário ou +	1,00			
<i>Mãe trabalha</i>					
Sim	1,00		1,00		
Não	1,59	(4,86) **	1,55	(4,57) **	
<i>Filhos nascidos vivos</i>					
1 a 3	1,00		1,00		
4 ou mais	2,29	(9,88) ***	2,68	(17,24) ***	
<i>Filhos mortos</i>					
Nenhum	1,00		1,00		
1 a 3	0,64	(3,96) **	0,64	(4,17) **	
4 ou mais	1,94	(3,59) *	1,92	(3,68) *	
<i>Idade ao ter 1º filho</i>					
Menos de 20 anos	1,00				
20 ou mais	0,88	(0,33)			
<i>Idade ao ter o filho</i>					
Menos de 20 anos	8,98	(33,11) ***	10,23	(45,46) ***	
20 a 29 anos	3,42	(15,43) ***	3,77	(18,95) ***	
30 ou mais	1,00		1,00		
<i>Estado civil</i>					
Unida 1 vez	1,00		1,00		
Unida + 1 vez	9,44	(92,90) ***	9,17	(100,35) ***	
Não unida/1 vez	17,52	(102,15) ***	17,33	(112,78) ***	
Não unida/+iv.	20,95	(57,36) ***	21,27	(61,32) ***	
Nunca unida	33,94	(56,24) ***	36,75	(64,00) ***	
DOMICÍLIO	<i>Necessidades básicas</i>				
	Satisfeitas	1,00			
	Insatisfeitas	1,01	(0,00)		
	<i>ABIPEME</i>				
ABC	1,00				
DE	1,63	(1,08)			
$\chi^2$ de Pearson			332,453 ***	323,838 ***	
$R^2$			26,439	25,754	

Fonte: PNSMIPF- 1986, Questionário Individual  
Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

## ***Nordeste – DHS 1991***

Os resultados para o Nordeste 1991 (Tabela 4.3.8) acentuam os achados para o conjunto do país em 1986 e 1996, além de acrescentar informações para a análise da região Nordeste.

Os meninos têm chances 30% menores de circular que as meninas, contrariamente ao que aparece no Brasil 1996, quando os meninos tenderam a circular mais do que as meninas. As crianças com idade entre 7 e 14 anos têm duas vezes mais chance de estarem em circulação que aquelas entre 0 e 6 anos, resultado similar aos encontrados nas bases Brasil 1986 e 1996.

Contrariamente aos resultados observados para o conjunto do país em 1996, observamos que as crianças cujas mães residem na zona rural têm chances superiores de estarem em circulação do que as crianças cujas mães moram na zona urbana. Da mesma forma que para o Brasil em 1991, as crianças filhas de mães não-brancas têm maior chance de estarem em circulação. As crianças cujas mães moram na zona urbana têm chances 20% menores de estarem em circulação do que as que moram na zona rural. Com relação à raça/etnia, os filhos de mães não-brancas têm cerca de 30% mais chances de circular do que aqueles cujas mães são brancas.

Com relação à escolaridade da mãe, observamos que as crianças cujas mães têm menos de um ano de escolaridade têm pelo menos duas vezes mais chances de circular do que aquelas cujas mães têm grau de escolaridade secundário ou superior; também as crianças cujas mães têm apenas o primário apresentam em torno de 40% mais chances de circular do que aquelas cujas mães têm grau de escolaridade secundário ou superior.

Nos modelos, as crianças cujas mães têm de 1 a 3 filhos mortos têm em torno de 70% mais chances de circular que aquelas cujas mães não têm nenhum filho morto. Tais resultados são similares àqueles encontrados para o Brasil e o Nordeste em 1986.

Quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance de o mesmo circular: para os filhos cujas mães os tiveram com idade entre 10 e 19 anos este risco é pelo menos cinco vezes superior ao daqueles cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais; já para as

crianças com mães que os tiveram com idade entre 20 e 29 anos, a chance de estarem em circulação é duas vezes superior.

Com relação ao estado civil/número de uniões da mãe, observamos que os filhos de mães nunca unidas (solteiras), não-unidas, ou unidas pela segunda ou mais vezes apresentam risco sete vezes superior de circular que crianças cuja mãe está na sua primeira união.

Todos os resultados até aqui apurados indicam que tanto a precocidade da maternidade, quanto o fato de a mãe estar “solteira” (viúva ou descasada) ou “recasada” aumentam o risco de a criança circular.

**Tabela 4.3.7** Modelos Logísticos Univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.309). Nordeste, 1991 (dados ponderados).

Variáveis	Odds Ratio (Wald)		Variáveis	Odds Ratio (Wald)
<i>Sexo da criança</i>			<i>Mãe trabalha</i>	
Masculino	0,76 (10,68)	***	Sim	1,00
Feminino	1,00		Não	0,90 (1,47)
$\chi^2$ de Pearson	10,76	***	$\chi^2$ de Pearson	1,47
$R_c^2$	0,24		$R_c^2$	0,03
<i>Idade da criança</i>			<i>Filhos nascidos vivos</i>	
0-6 anos	1,00		1 a 3	1,00
7-14 anos	2,34 (87,31)	***	4 ou mais	1,33 (9,90) ***
$\chi^2$ de Pearson	94,185	***	$\chi^2$ de Pearson	10,19 ***
$R_c^2$	2,13		$R_c^2$	0,23
<i>Residência atual</i>			<i>Filhos mortos</i>	
Rural	1,00		Nenhum	1,00
Urbano	0,96 (0,19)		1 a 3	1,72 (38,54) ***
$\chi^2$ de Pearson	0,19		4 ou mais	1,42 (2,57) *
$R_c^2$	0,00		$\chi^2$ de Pearson	38,00 ***
<i>Anos no local</i>			$R_c^2$	0,86
Sempre morou	1,00		<i>Idade ao ter 1º filho</i>	
Menos de 10 anos	0,96 (0,09)		Menos de 20 anos	2,07 (58,59) ***
10 ou mais anos	0,91 (0,83)		20 ou mais	1,00
$\chi^2$ de Pearson	0,85		Não sabe	2,12 (33,93) ***
$R_c^2$	0,020,0		$\chi^2$ de Pearson	69,95 ***
<i>Cor</i>			$R_c^2$	1,59
Branca	1,00		<i>Idade ao ter o filho</i>	
Não branca	1,82 (21,27)	***	Menos de 20 anos	4,89 (123,62) ***
$\chi^2$ de Pearson	24,36	***	20 a 29 anos	2,09 (32,73) ***
$R_c^2$	0,55		30 ou mais	1,00
<i>Tem religião</i>			$\chi^2$ de Pearson	137,53 ***
Sim	1,00		$R_c^2$	3,12
Não	1,94 (34,45)	***	<i>Estado civil</i>	
$\chi^2$ de Pearson	30,60	***	Unida 1 vez	1,00
$R_c^2$	0,69		Unida + 1 vez	8,81 (399,27) ***
<i>Frequência culto</i>			Não unida/1 vez	7,87 (300,06) ***
Não freq./sem rel.	1,00		Não unida/+1 vez	7,80 (112,57) ***
Frequente	1,50 (22,47)	***	Nunca unida	6,62 (99,06) ***
$\chi^2$ de Pearson	22,09	***	$\chi^2$ de Pearson	572,19 ***
$R_c^2$	0,50		$R_c^2$	12,97
<i>Escolaridade da mãe</i>			<i>Necessidades básicas</i>	
Sem	2,15 (12,53)	***	Satisfeitas	1,00
Menos 1 ano	3,63 (39,27)	***	Insatisfeitas	1,11 (1,22)
Primário	2,11 (14,78)	***	$\chi^2$ de Pearson	1,23
Secundário ou +	1,00		$R_c^2$	0,03
$\chi^2$ de Pearson	51,62	***	<i>ABIPEME</i>	
$R_c^2$	1,17		ABC	1,00
			DE	1,26 (6,99) ***
			$\chi^2$ de Pearson	7,11 ***
			$R_c^2$	0,16

Fonte: PSFNe-1991, Questionário Individual  
Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

**Tabela 4.3.8** Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.309). Nordeste, 1991 (dados ponderados).

Variáveis		Odds Ratio (Wald Chi-Square)			
		Modelo 1		Modelo 2	
CRIANÇA	<i>Sexo da criança</i>				
	Masculino	0,72	(12,91) ***	0,72	(12,82) ***
	Feminino	1,00		1,00	
	<i>Idade da criança</i>				
0-6 anos	1,00		1,00		
7-14 anos	2,15	(51,54) ***	2,19	(61,28) ***	
MÃE	<i>Residência atual</i>				
	Rural	1,00		1,00	
	Urbano	0,74	(8,17) ***	0,78	(6,97) ***
	<i>Anos no local</i>				
	Sempre morou	1,00			
	Menos de 10 anos	1,02	(0,01)		
	10 ou mais anos	1,01	(0,01)		
	<i>Cor</i>				
	Branca	1,00		1,00	
	Não branca	1,37	(5,12) **	1,34	(4,42) **
	<i>Tem religião</i>				
	Sim	1,00			
	Não	1,00	(0,00)		
	<i>Frequência culto</i>				
	Não freq./sem rel.	1,00			
	Frequente	1,02	(0,04)		
	<i>Escolaridade da mãe</i>				
	Sem	1,45	(2,20)	1,38	(1,83)
	Menos 1 ano	2,59	(14,91) ***	2,47	(15,18) ***
	Primário	1,46	(3,01) *	1,42	(2,85) *
Secundário ou +	1,00		1,00		
<i>Mãe trabalha</i>					
Sim	1,00				
Não	1,12	(1,40)			
<i>Filhos nascidos vivos</i>					
1 a 3	1,00				
4 ou mais	1,08	(0,38)			
<i>Filhos mortos</i>					
Nenhum	1,00		1,00		
1 a 3	1,71	(19,69) ***	1,71	(22,83) ***	
4 ou mais	1,36	(1,43)	1,31	(1,19)	
<i>Idade ao ter 1º filho</i>					
Menos de 20 anos	1,03	(0,06)	1,05	(0,18)	
20 ou mais	1,00		1,00		
Não sabe	0,74	(3,26) *	0,75	(3,00) *	
<i>Idade ao ter o filho</i>					
Menos de 20 anos	5,31	(83,86) ***	5,21	(90,52) ***	
20 a 29 anos	2,20	(31,77) ***	2,18	(31,78) ***	
30 ou mais	1,00		1,00		
<i>Estado civil</i>					
Unida 1 vez	1,00		1,00		
Unida + 1 vez	9,24	(366,14) ***	9,31	(376,58) ***	
Não unida/1 vez	7,60	(227,45) ***	7,27	(246,58) ***	
Não unida/+1v.	8,43	(100,94) ***	8,25	(103,05) ***	
Nunca unida	9,58	(122,38) ***	9,33	(121,74) ***	
DOMI CÍLIO	<i>Necessidades básicas</i>				
	Satisfeitas	1,00			
	Insatisfeitas	0,89	(0,87)		
	<i>ABIPEME</i>				
ABC	1,00				
DE	0,94	(0,23)			
$\chi^2$ de Pearson		875,743 ***		872,419 ***	
R <sup>2</sup>		19,85		19,77	

Fonte: PSFNe-1991, Questionário Individual

Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

## *Nordeste – DHS 1996*

Os resultados da Tabela 4.3.10, Nordeste 1996, complementam os resultados anteriores para a região Nordeste, além de acrescentarem elementos para a análise do conjunto do país.

Com exceção do Nordeste 1986, as análises de todos os outros casos indicam que crianças mais velhas apresentam maior risco de estarem em circulação que crianças mais jovens; entretanto, devemos lembrar que os dados da PNAD 1985 mostram que as crianças começam a circular ainda muito jovens. Mas, em geral, crianças com idade entre 7 e 14 anos têm quase duas vezes mais chances de circular que aquelas ente 0 e 6 anos.

Assim como no Brasil 1996 e Nordeste 1986, os dados para o Nordeste 1996 indicam que filhos de migrantes recentes têm maior chance de estarem em circulação do que filhos de não migrantes. Com relação à migração, observamos que as crianças cujas mães residem há menos de 10 anos na localidade atual têm cerca de 30% mais chances circular do que aquelas cujas mães não são migrantes.

Com relação à religião, a variável frequência ao culto não se mostrou significativa, como ocorreu no caso do Brasil em 1996; entretanto, para o caso do Nordeste 1996, a variável “ter religião” mostrou-se significativa. Observamos que crianças cujas mães não têm religião têm chances pelo menos 80% superiores de circularem do que aquelas cujas mães têm religião.

Com relação à fecundidade/mortalidade, notamos que, no caso do Nordeste 1996, as crianças cujas mães têm 4 ou mais filhos nascidos vivos apresentam quase duas vezes mais chances de circular que aquelas cujas mães têm 3 filhos ou menos nascidos vivos; e que as crianças cujas mães têm de 1 a 3 filhos mortos apresentam em torno de 30% menos chances de circular do que aquelas cujas mães não têm nenhum filho morto.

Nos modelos, observamos que, quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance de o mesmo circular; para os filhos com mães que os tiveram com idade entre 10 e 19 anos, este risco é pelo menos cinco vezes superior ao daqueles cujas mães os tiveram

com 30 anos ou mais. Já os filhos com mães que os tiveram entre 20 e 29 anos, a chance de circulação é em torno de duas vezes superior.

Com relação ao estado civil/número de uniões da mãe, observamos que os filhos de mães nunca unidas (solteiras), não-unidas, ou unidas pela segunda ou mais vezes, têm um risco pelo menos duas vezes superior de circularem que uma criança cuja mãe está na sua primeira união.

Com exceção do Nordeste em 1991, observamos a associação entre fecundidade alta e circulação de crianças. A fecundidade precoce e a condição da mãe sozinha (solteira, separada, divorciada ou viúva), ou ainda as múltiplas uniões da mãe, são fatores que, em todos os modelos, apareceram associados à circulação de crianças.

Para os domicílios maternos classificados como D e E, as crianças têm um risco 30% superior de circular do que aquelas cujas mães vivem em domicílios classificados como A, B ou C. É interessante observar que, para a região Nordeste, a associação entre fatores sócio-econômicos e a circulação de crianças aparece somente em 1996. Podemos especular que, contrariamente ao conjunto do país, as crianças nordestinas tenderiam a circular, antes de 1996, em todas as classes sócio-econômicas.



**Tabela 4.3.9** Modelos Logísticos Univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=5.924). Nordeste, 1996 (dados ponderados).

Variáveis	Odds Ratio (Wald)	Variáveis	Odds Ratio (Wald)
<i>Sexo da criança</i>		<i>Mãe trabalha</i>	
Masculino	0,82 (2,94) *	Sim	1,00
Feminino	1,00	Não	0,77 (4,64) **
$\chi^2$ de Pearson	2,95 *	$\chi^2$ de Pearson	4,71 **
$R_c^2$	0,13	$R_c^2$	0,21
<i>Idade da criança</i>		<i>Filhos nascidos vivos</i>	
0-6 anos	1,00	1 a 3	1,00
7-14 anos	2,27 (41,45) ***	4 ou mais	1,87 (26,31) ***
$\chi^2$ de Pearson	44,60 ***	$\chi^2$ de Pearson	27,36 ***
$R_c^2$	1,99	$R_c^2$	1,22
<i>Residência atual</i>		<i>Filhos mortos</i>	
Rural	1,00	Nenhum	1,00
Urbano	1,17 (1,64)	1 a 3	1,10 (0,50)
$\chi^2$ de Pearson	1,63	4 ou mais	1,64 (1,10)
$R_c^2$	0,07	$\chi^2$ de Pearson	1,39
<i>Anos no local</i>		$R_c^2$	0,06
Sempre morou	1,00	<i>Idade ao ter 1º filho</i>	
Menos de 10 anos	1,58 (10,62) ***	Menos de 20 anos	2,75 (59,17) ***
10 ou mais anos	1,03 (0,05)	20 ou mais	1,00
$\chi^2$ de Pearson	12,24 ***	$\chi^2$ de Pearson	65,98 ***
$R_c^2$	0,55	$R_c^2$	2,95
<i>Cor</i>		<i>Idade ao ter o filho</i>	
Branca	1,00	Menos de 20 anos	4,44 (52,90) ***
Não branca	1,51 (7,08) ***	20 a 29 anos	1,73 (7,86) ***
$\chi^2$ de Pearson	7,65 ***	30 ou mais	1,00
$R_c^2$	0,34	$\chi^2$ de Pearson	72,40 ***
<i>Tem religião</i>		$R_c^2$	3,23
Sim	1,00	<i>Estado civil</i>	
Não	1,79 (8,36) ***	Unida 1 vez	1,00
$\chi^2$ de Pearson	7,39 ***	Unida + 1 vez	8,33 (227,62) ***
$R_c^2$	0,33	Não unida/1 vez	2,91 (23,66) ***
<i>Frequência culto</i>		Não unida/+1v.	7,88 (82,99) ***
Não freq./sem rel.	1,39 (7,71) ***	Nunca unida	3,83 (21,09) ***
Frequente	1,00	$\chi^2$ de Pearson	256,82 ***
$\chi^2$ de Pearson	7,58 ***	$R_c^2$	11,46
$R_c^2$	0,34	<i>Necessidades Básicas</i>	
<i>Escolaridade da mãe</i>		Satisfeitas	1,00
Sem	1,76 (10,48) ***	Insatisfeitas	1,52 (7,88) ***
Primário	1,54 (9,62) ***	$\chi^2$ de Pearson	8,47 ***
Secundário ou +	1,00	$R_c^2$	0,38
$\chi^2$ de Pearson	13,82 ***	<i>ABIPEME</i>	
$R_c^2$	89,89	ABC	1,00
		DE	2,59 (11,21) ***
		$\chi^2$ de Pearson	15,44 ***
		$R_c^2$	0,69

Fonte: PNDS-1996, Questionário Individual  
Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

**Tabela 4.3.10** Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=5.924). Nordeste, 1996 (dados ponderados).

Variáveis		Odds Ratio (Wald Chi-Square)			
		Modelo 1		Modelo 2	
CRIANÇA	<i>Sexo da criança</i>				
	Masculino	0,86	(1,51)		
	Feminino	1,00			
	<i>Idade da criança</i>				
0-6 anos	1,00		1,00		
7-14 anos	2,00	(22,86) ***	1,90	(20,79) ***	
MÃE	<i>Residência atual</i>				
	Rural	1,00			
	Urbano	1,20	(1,64)		
	<i>Anos no local</i>				
	Sempre morou	1,00			
	Menos de 10 anos	1,30	(2,77) *		
	10 ou mais anos	1,04	(0,05)		
	<i>Cor</i>				
	Branca	1,00			
	Não branca	1,11	(0,40)		
	<i>Tem religião</i>				
	Sim	1,00		1,00	
	Não	1,82	(6,15) **	1,87	(7,91) **
	<i>Frequência culto</i>				
	Não freq./sem rel.	1,08	(0,29)		
	Frequente	1,00			
	<i>Escolaridade da mãe</i>				
	Sem	0,86	(0,51)		
	Primário	1,02	(0,00)		
	Secundário ou +	1,00			
<i>Mãe trabalha</i>					
Sim	1,00				
Não	0,83	(2,02)			
<i>Filhos nascidos vivos</i>					
1 a 3	1,00	(17,29)	1,00		
4 ou mais	2,00	***	2,19	(25,77) ***	
<i>Filhos mortos</i>					
Nenhum	1,00		1,00		
1 a 3	0,72	(4,45) **	0,73	(4,30) **	
4 ou mais	0,80		0,84	(0,10)	
<i>Idade ao ter 1º filho</i>					
Menos de 20 anos	1,22	(1,40)			
20 ou mais	1,00				
<i>Idade ao ter o filho</i>					
Menos de 20 anos	5,19	(39,25) ***	6,13	***	
20 a 29 anos	1,87	(8,52) ***	1,98	***	
30 ou mais	1,00		1,00		
<i>Estado civil</i>					
Unida 1 vez	1,00		1,00		
Unida + 1 vez	7,52	(174,04) ***	8,15	(206,35) ***	
Não unida/1 vez	3,02	(23,12) ***	2,96	(23,19) ***	
Não unida/+1v.	8,57	(76,10) ***	8,96	(84,27) ***	
Nunca unida	5,14	(27,65) ***	4,98	(27,27) ***	
DOMI CÍLIO	<i>Necessidades básicas</i>				
	Satisfeitas	1,00		1,00	
	Insatisfeitas	1,23	(1,53)	1,33	(3,13) *
	<i>ABIPEME</i>				
ABC	1,00				
DE	1,55	(1,58)			
$\chi^2$ de Pearson			422,38 ***	409,01 ***	
R <sup>2</sup>			18,85	18,26	

Fonte: PNDS-1996, Questionário Individual  
Nível de significância: \* 0,1, \*\* 0,05 e \*\*\* 0,01

#### *4.4 COMPARAÇÕES ENTRE OS RESULTADOS*

No que diz respeito à proporção de crianças que se encontram em circulação, podemos observar que aquelas obtidas através das Fichas de Domicílio são sempre superiores às resultantes das informações do Questionário Individual. Para o Brasil, em 1996, segundo as mães (Questionário Individual), temos 5,5% das crianças vivendo longe de suas mães. Já a Ficha de Domicílio mostra uma proporção superior, de 9,5% de crianças que não vivem com suas mães no mesmo ano. É importante ressaltar as diferenças entre essas duas estimativas, sujeitas a algumas restrições e à sub ou super enumeração diferentes.

No caso das estimativas obtidas segundo o Questionário Individual, temos as informações de todas as crianças de 0 a 14 anos, filhas de mães entre 0 e 44 anos, e neste caso, estão incluídas também as crianças que não estão em domicílios, por exemplo, as crianças institucionalizadas e as crianças que vivem nas ruas. Já para as estimativas obtidas segundo a Ficha de Domicílio, temos crianças de 0 a 14 anos, filhas de mães com qualquer idade, que moram em domicílios, excluindo, neste caso, crianças institucionalizadas e as crianças que vivem nas ruas.

No que diz respeito à sub e à super enumeração das estimativas, podemos imaginar que algumas mães – e este viés aparecerá nas informações obtidas pelo Questionário Individual – tendem a se “esquecer” dos filhos que não mais moram com elas (principalmente os mais velhos), ou ainda, podemos ter alguma sub-enumeração quando crianças “adotivas” são declaradas como filhos legítimos, afetando as informações obtidas através da Ficha de Domicílio.

Além disso, como a pesquisa não foi elaborada com o propósito de “medir” a circulação de crianças, uma outra questão diz respeito à representatividade da amostra. No que diz respeito a nosso objeto, esta amostra tende a ser mais representativa na “Ficha de Domicílio” do que no “Questionário Individual”, pois no primeiro caso temos amostras diretas de indivíduos e, no segundo, amostras obtidas de informações de mães.

Por conta de tais restrições, podemos dizer que a proporção de crianças em circulação em 1996 seria algo em torno de 9,5% em todo o Brasil. Podemos afirmar ainda que a proporção de crianças em circulação no período (1986 a 1996) parece ter aumentado. Só para se ter uma idéia do

volume de crianças, em 1996, a contagem do IBGE mostrou que o Brasil teria um pouco mais de 49,5 milhões de crianças na faixa de 0 a 14 anos. Assim, tínhamos 2,7 milhões de crianças em circulação, segundo declaração das mães, ou 4,7 milhões, segundo informação dos domicílios.

Os dados das PNAD de 1996 a 1999 também indicam um aumento na proporção e no volume das crianças em circulação, passando de um volume de 3,1 milhões (6,5%) em 1996, para 3,3 milhões (7,1 %) em 1999. Lembremos que tais informações têm características similares às das Fichas de Domicílio das DHS e, portanto, estão sujeitas às mesmas restrições. É interessante observar que a estimativa da PNAD para 1996 é um pouco inferior à estimativa da DHS 1996 (Ficha de Domicílio).

Com relação à região, observamos que as crianças em circulação vivem mais nas regiões Norte e Nordeste, segundo informações das PNAD de 1996 a 1999 e a Ficha de Domicílio da DHS 1996. Com relação aos dados das DHS, podemos especular acerca dos resultados obtidos com a Ficha de Domicílio e o Questionário Individual em 1996, apesar de não serem comparáveis. O Estado do Rio de Janeiro e as regiões Sul e Centro-Leste apresentam menores porcentagens de filhos cujas mães declararam não estarem vivendo com elas; entretanto, revelam valores significativos quando observamos as informações do domicílio. Tais valores podem estar indicando, por exemplo, que tais regiões têm um caráter mais “receptor” que “doador” de crianças. Tal consideração pode implicar, por exemplo, que o Rio de Janeiro e as regiões Sul e Centro-Oeste podem receber crianças em circulação de outras regiões.

Com relação aos resultados da aplicação dos modelos logísticos multivariados, podemos fazer algumas observações de caráter geral, comparando o comportamento de cada (co)variável em todos os modelos avaliados.

Tomando a idade da criança, observamos que, para o Brasil 1996, os meninos têm um pouco mais de chance de estarem em circulação que as meninas; já para o Nordeste 1991, as meninas tendem a circular mais que os meninos; para os modelos de Brasil 1986, e Nordeste 1986 e 1996, a variável não se mostrou significativa. Não temos maiores indicações sobre a que se deveriam tais diferenças. Seria o trabalho doméstico infantil mais importante relativamente no Nordeste, razão que levaria a uma seletividade por sexo no risco de circular?

No que diz respeito à idade da criança, observamos que as crianças mais velhas têm maior risco de circular que as mais jovens, salvo para o Nordeste em 1986, onde a variável idade não se mostrou significativa. Devemos analisar tal resultado com cuidado, pois os resultados da PNAD 1985 indicam que as crianças começam a circular muito jovens. Assim, pode estar ocorrendo um efeito acumulativo, ou seja, crianças de coortes anteriores que começaram a circular ainda muito jovens continuam circulando e aparecendo nas pesquisas já numa faixa etária superior.

As crianças cujas mães moravam na zona urbana tinham maior chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães residiam na zona rural, para o Brasil em 1996; já para o Nordeste, em 1991, a relação obtida foi inversa, e para todos os outros modelos, a variável “local de residência atual da mãe” não se mostrou significativa.

A migração da mãe apreendida através da variável “número de anos vividos no local de residência atual” mostrou-se significativa para o Brasil em 1986 e 1996, e para o Nordeste também 1986 e 1996. Para o Brasil 1996, e Nordeste 1986 e 1996, observamos que as crianças cujas mães moravam há menos de 10 anos no local de residência “atual” tinham maior chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não são migrantes. Para o Brasil 1986 e Nordeste 1986, no entanto a associação não se mantém, alterando o sentido. Os filhos de mães que vivem há mais de 10 anos no local de residência “atual” têm menor risco de circular do que os filhos de mães não migrantes. Ou seja, a circulação de crianças está associada à menor fixação no local de residência e, no caso do Nordeste, claramente relacionada à migração. Entretanto, filhos de migrantes antigos tendem a ter um risco menor de circular do que filhos de não migrantes. A migração é um fator que merece uma análise mais detalhada, em estudos futuros, até mesmo para conhecer os fluxos desse tipo de migração.

Vale salientar que os resultados contraditórios da variável local de residência atual, com resultados opostos, devem ser analisados com muito cuidado, pois podem estar associados com o local de residência anterior, ou seja, com a migração.

Com relação à cor da mãe das crianças, variável não presente na DHS de 1986, observamos que as crianças de mães não-brancas tinham maior chance de estarem em circulação que as crianças de mães brancas, para o Brasil em 1996 e Nordeste em 1991 ( para o Nordeste em 1996 a variável não se mostrou significativa). Essas associação devem ser, como outros, sujeitas a

investigações mais detalhadas. Entretanto, devemos lembrar que os modelos levam em conta variáveis sócio-econômicas, o que implica em termos um efeito “puro” da variável cor. Ou seja, crianças filhas de mães não-brancas, mesmo considerando a situação sócio-econômica da mãe, tendem a circular mais que crianças brancas.

No que diz respeito à religião, para o Brasil 1986 constatou-se que, quanto maior a frequência aos cultos (da mãe), menor a chance de a criança circular; para o Nordeste 1996, os modelos revelaram que filhos de mães que têm alguma religião apresentam menor risco de circular do que aquelas cujas mães não têm religião nenhuma. Essa é outra associação cujo significado interpretativo é pouco conclusivo. Contudo, a hipótese de que a religião contribua para a maior integração social da família, ensejando outros mecanismos de acomodação que não a circulação das crianças, é consistente com esse achado.

Somente para o Nordeste 1991 a variável escolaridade da mãe mostrou-se significativa; de modo geral, o risco de uma criança circular quando sua mãe tinha no máximo o primário foi sempre superior ao de crianças cujas mães tinham pelo menos o segundo grau. Neste caso, assim como no caso da variável cor, devemos lembrar que temos um efeito “puro”. Assim, filhos de mães mais escolarizadas, mesmo considerando a situação sócio-econômica da mãe, tendem a circular menos que filhos de mães com menor escolaridade.

Resultados contraditórios para o conjunto do país e para o Nordeste quanto à associação da circulação com o *status* de trabalho da mãe chamam a atenção para o risco de interpretações simplistas, sem o recurso a dados gerados com a finalidade de entender o fenômeno da circulação infantil. A variável trabalho da mãe mostrou-se significativa para o Brasil 1996, apresentando que filhos de mulheres que não trabalham têm menor risco de circular que os daquelas que trabalham. Já para o Nordeste 1986, o risco era maior para os filhos das que não trabalhavam.

A associação da circulação de crianças com a mortalidade é também intrigante, embora seu significado interpretativo seja pouco claro. O número de filhos mortos mostrou-se uma variável significativa para o Brasil e Nordeste em 1986 e 1996. Além disso, observamos que, para o Nordeste em 1986, 1991 e 1996, as crianças com mães que tiveram de 1 a 3 filhos mortos tinham maior chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não tinham nenhum

filho morto. Para o Brasil e Nordeste em 1986, ainda, as crianças com mães que tinham mais de 4 filhos mortos também apresentavam maior chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não tinham nenhum filho morto. A associação da mortalidade com a circulação de crianças poderia estar indicando uma mortalidade diferencial entre as crianças que circulam e as que não circulam, ou apenas ser um reflexo da associação entre a alta mortalidade e a alta fecundidade de alguns grupos.

Quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance de o mesmo circular. Todos os modelos revelaram que quanto maior o número de uniões de suas mães, não importando se no momento estão casadas ou não, maior o risco de a criança circular; sempre comparados com os filhos de mães casadas uma única vez, os filhos de mães solteiras também têm um grande risco de circular.

Apesar da dificuldade interpretativa de algumas variáveis, é inequívoca a associação entre a circulação de crianças e variáveis que dizem respeito a características familiares. Em ambos os contextos e em todos os momentos do tempo, a circulação de crianças mostrou-se associada a taxas elevadas de fecundidade (exceção feita ao Nordeste em 1991), à fecundidade precoce, à condição da mãe sozinha (solteira, separada, divorciada ou viúva) e às múltiplas uniões da mãe. Isso implica que colocar os filhos sob os cuidados de outras pessoas constitui um mecanismo importante na acomodação de proles numerosas, proles precoces ou proles provenientes de outras uniões.

Para o Brasil 1986 e 1996, observamos que as crianças cujos domicílios maternos foram classificados como D e E apresentam maior chance de estarem em circulação do que aquelas cujo domicílio materno inseria-se nas classes A, B e C. Para o Nordeste 1996, e Brasil 1986, os filhos de mães com domicílios classificados como tendo “necessidades básicas insatisfeitas” (NBI) têm maior chance de estarem em circulação do que as crianças cujos domicílios maternos foram classificados como dispondo de “necessidades básicas satisfeitas” (NBS). Esses resultados sugerem, principalmente para o Brasil, a relação entre o fenômeno da circulação infantil e as camadas menos favorecidas da população. Os resultados para o Nordeste são bastante intrigantes, uma vez que associações com fatores sócio-econômicos só aparecem em 1996. Por isso, podemos postular que

a circulação de crianças no Nordeste, até antes de 1996, não era uma prerrogativa restrita às classes menos favorecidas.

Assim, pelo menos antes de 1996, a circulação de crianças parece ser um mecanismo indistintamente utilizado por todas as classes sócio-econômicas no Nordeste. Isso cria um precedente para supormos que também em outras regiões a circulação possa ser, ou ter sido, utilizada indistintamente por famílias de todas as classes sócio-econômicas.

De maneira geral, podemos afirmar que os modelos apontaram que os fatores preponderantes da circulação de crianças são o tipo de união da mãe e a idade em que ela teve o filho, seguidos pelo índice de fecundidade materna. Entre as outras variáveis, algumas mostraram uma certa estabilidade nos modelos, e outras não, por exemplo, o sexo da criança e o trabalho da mãe: em alguns modelos, meninos têm maior chance de estarem em circulação que meninas, e em outros, são as meninas que circulam mais; crianças de mães que trabalham têm menor risco de circular do que as crianças daquelas que não trabalham em um caso, mas em outro ocorre o oposto.



## CONCLUSÃO

Este é o Brasil das muitas “mães”, pois as crianças circulam pelas casas de suas avós, tias, madrinhas, e de outras mulheres que se propõem a “criá-las”. Muito embora incomodem alguns aspectos perversos da circulação de crianças, como o trabalho infantil (principalmente o de meninas), e a internação em instituições falidas como a FEBEM, não a considero nociva à criança. Depois de conhecer um pouco sobre circulação, apesar do muito que ainda tenho para aprender, penso no fenômeno como uma estratégia de sobrevivência principalmente das classes menos favorecidas, e chego à conclusão que temos muito que estudar para compreendê-lo melhor. Outros estudos devem seguir-se a este, o tema não se esgota aqui, e nem mesmo tínhamos a pretensão de que isso ocorresse. Apesar disso, este trabalho confirmou algumas hipóteses levantadas na escassa literatura brasileira e internacional encontrada sobre o tema.

A circulação de crianças em nosso país é um fenômeno bastante antigo, e ainda bastante utilizado, mas que, como foi definido neste trabalho, compreende uma tipologia bastante diversa de fenômenos, e varia em volume e proporção de região para região. Não acredito numa diminuição do fenômeno, e os dados analisados neste trabalho indicam, na verdade, o seu aumento. Algumas estimativas de proporção de crianças em circulação para o mesmo período apresentam valores diferentes: a DHS indicou, para o Brasil em 1996, uma proporção superior, em dois pontos percentuais, àquela mostrada pela PNAD. Tais diferenças podem ser explicadas, pelo menos parcialmente, pelos erros amostrais, sendo que a amostra da PNAD é mais robusta que a da DHS.

Melhores estimativas da proporção e do volume de crianças em circulação no Brasil poderiam ser obtidas com a utilização de outros bancos de dados, como os Censos Demográficos, uma vez que, a partir deste trabalho, passamos a conhecer melhor, demograficamente, o fenômeno, o que facilitaria as imputações necessárias quanto da utilização desse tipo de banco de dados.

As crianças em circulação parecem, em geral, ser menos escolarizadas que as crianças que não circulam. Não podemos afirmar, entretanto, que a menor escolaridade das crianças em circulação seja um resultado do descaso do lar hospedeiro, ou ainda que as situações que a levaram a esta circulação influenciaram em sua menor escolarização. Ou seja, pode ser que a dificuldade da mãe para criar seu filho – e que pode tê-la levado à decisão de fazê-lo circular – inclua a dificuldade em mantê-lo na escola.

O trabalho indica também, como apontado na literatura revisada, que a circulação pode ser uma maneira de certos grupos manterem uma fecundidade alta. Sugerem que as crianças filhas que migrantes também tenderiam a circular mais, podendo indicar, ainda, que os migrantes tendem a deixar seus filhos com outras pessoas ao migrarem.

As crianças parecem circular principalmente em grupos mais populares. Entretanto, no Nordeste, até 1996, a circulação de crianças parece ter sido um recurso amplamente utilizado por todas as camadas sociais. Alguns fatores associados à raça/etnia e religião devem ser melhor interpretados, entretanto parecem estar associados à circulação, ou seja, crianças não brancas parecem ter uma tendência maior de estarem em circulação que crianças brancas, assim como os filhos de mães mais religiosas tendem a circular menos que filhos de mães menos praticantes. Talvez a religião talvez seja um tipo de “freio” moral para a circulação.

Os dados analisados não indicaram uma tendência clara de um ou outro sexo circular mais. O trabalho da mulher, também, não teve um comportamento convergente nos modelos, não permitindo que esboçemos uma conclusão de caráter mais geral sobre esse fator. E apesar de começarem a circular precocemente, as crianças mais velhas têm maior risco de estarem em circulação, em dado momento, do que as mais jovens.

Em relação ao motivo pelo qual a criança deixou de morar com sua mãe, observamos que, ao sair pela primeira vez, a criança com menos de um ano de idade tem, como principal motivo relatado, dificuldades financeiras da família. Em idades superiores, o principal motivo relatado é a separação dos pais. Isto não implica, entretanto, que um motivo não ocorra concomitantemente ao outro, pois a separação dos pais pode vir acompanhada de problemas financeiros para a mãe, que, em geral, fica com os filhos em situações de separação ou divórcio.

As crianças, ao saírem de casa, tendem a ficar mais com parentes, principalmente os avós. O pai tende a ficar mais com os filhos mais velhos e do sexo masculino. Acredito que esse fato pode estar associado à maior dificuldade de alguns pais em relação às necessidades de cuidados específicos das crianças menores. Já as meninas mais velhas tendem a ficar mais com não-parentes que os meninos, o que pode ser um indicativo do trabalho doméstico infantil feminino.

Várias questões precisam ainda ser respondidas, como a relação da mortalidade com a circulação, além de outras com um teor não necessariamente demográfico, como o papel do terceiro setor na circulação de crianças e o impacto do trabalho infantil feminino nas famílias de criação.

Um dos aspectos a ser considerado, como lembra Campos (1993), é que uma mesma criança que é encontrada junto à família numa determinada data, pode ser encontrada numa instituição, ou ainda vivendo na rua, na casa de parentes ou de não-parentes em um momento posterior. Ou seja, um dos problemas, ao se estudar essa criança, é que ela pode circular por vários locais (e/ou pessoas) durante toda a sua vida. No Brasil existem pesquisas do tipo “panel”, como as americanas, nas quais famílias são entrevistadas em vários momentos distintos ao longo do tempo, o que permite captar as várias circunstâncias em que as crianças deixaram de viver com suas mães. Estudos retrospectivos poderiam, também, ser úteis, pois ao levarem em conta o “ciclo de vida” das crianças, poderiam captar os vários momentos em que a criança “circulou”. A utilização de pesquisas com um único ponto no tempo, como as avaliadas neste trabalho, trazem o inconveniente de captar apenas um dos momentos dessa criança, ou ainda de excluir crianças que já circularam mas que, no momento da entrevista, estão residindo com suas mães.

As alterações nos padrões familiares em consequência de fatores como o aumento dos divórcios, de uniões consensuais e da precocidade com que alguns grupos têm filhos, levam a um aumento, cada vez maior, das relações inter-familiares, nas quais temos pais que cuidam e criam netos, e filhos que cuidam de pais na velhice, já que as pessoas estão vivendo cada vez mais. Este estudo revelou que, exatamente, os dois fatores com maior peso na circulação são os relacionados com o tipo de união e com a idade da mãe ao ter o filho. Isto é, o número maior de uniões (ou a não união) e a precocidade com que a mãe teve o filho aumentam as chances de a criança circular. Somadas as indicações dos dados aos novos padrões de uniões e fecundidade encontradas no país,

continuo apostando em um aumento da proporção de crianças em circulação para os próximos anos. Possivelmente esta “circulação” assumirá diferentes feições demandando conceitos que melhor expressam essa diferenças.

Ao final deste trabalho acreditamos, pelo menos, ter demonstrado a relevância do tema para a demografia, porque os volumes e proporções aqui encontrados, embora nem sempre convergentes, sugerem valores significativos. Esperamos, também, ter fomentado o interesse para outras pesquisas. Para nós, o tema mostrou-se revelador e instigante para outras aventuras, pois muitas perguntas não foram respondidas e outras, não da forma como gostaríamos. Sugerindo a investigação do fenômeno em outros bancos de dados já existentes, e por que não, sonhando com um levantamento a ser realizado com o objetivo específico de medir a circulação de crianças no Brasil, encerramos este trabalho, com a certeza de que outros o seguirão. A semente está lançada. Que o solo seja fértil!

## **BIBLIOGRAFIA**

ADAMS, R. N. An inquiry into the nature of the family. In: DOLE, G. E. e CARNEIRO, R. L. (ed.). **Essays in the science of culture**. New York, Thomas Y. Crowell, 1960, p. 30-49.

AGUAYO, M. T. Villalobos. **Análise de correspondência e modelos log-lineares: um enfoque integrado para a análise exploratória de dados categóricos**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

AIDAR, T. **Regressão linear ponderada na seleção de covariáveis em modelos de regressão logística**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

ALVIM, M. R. B. & VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB (ANPOCS)**, n.26, p. 3-37, 1988.

ARANTES, A. A. *et al.* **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1993.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A criança exposta nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 3, p. 1731-1746, 1996.

BENDER, D. R. A Refinement of the concept of Household: families, co-residence, and domestic function. **American Anthropologist**, v. 5, n. 69, p. 493-504, 1967.

BERQUÓ, E. S; OLIVEIRA, M. C. F.A de, CAMARGO, C. P. F. de. **A fecundidade em São Paulo: características demográficas, biológicas e sócio-econômicas.** São Paulo: CEBRAP, 1977.

BILAC, E. D. (coord.). **Trabalho Infantil no Brasil: o mercado, a família e a criança.** Relatório NEPO/UNICAMP. Campinas, 1998

BLEDSOE, C. H.; EWBANK, D. C.; ISIUGO-ABANIHE, U. C. The effect of child fostering on feeding practices and access to health services in rural Sierra Leone. **Social Science and Medicine**, v. 23, n. 6, p. 627-636, 1988.

BRAVO, J. H. La hipótesis de la difusión de la fecundidad en latinoamérica. In: **Anais Seminar on Fertility Transition in Latin America.** Buenos Aires, 1990.

BRUSCHINI, M. C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 6, n. 1, São Paulo: 1989.

BURCH, T. K. Household and family demography: a bibliography essay. **Population Index**, v. 2, n. 45, p. 173-195, 1979.

CAMPOS, M. M. M. Infância abandonada o piedoso disfarce do trabalho precoce. In: MARTINS, José de Souza (coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1991.

CAVENAGHI, S. M. **A spatial-temporal analysis of fertility transition and health care delivery system in Brazil.** Dissertation Doctor of Philosophy – Faculty of the Graduate School of Arts, University of Texas at Austin, 1999.

CAVENAGHI, S. M. **Female sterilization and racial issues in Brazil.** Thesis Master of Arts – Faculty of the Graduate School of Arts, University of Texas at Austin, 1997.

CERVINI, R. e BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (org.). **O Trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo, Cortez, 1981.

CHERLIN, A. J.; KIERNAN, K. E. and CHASE-LANSDALE, P. L. Parental divorce in childhood and demographic outcomes in young adulthood. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 299-318, 1995.

CREMONESI, M. V. T. Duração das primeiras uniões: uma análise dos riscos proporcionais da separação nas regiões São Paulo, Sul e Nordeste. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais. v. 5, p. 307-321, 1994.

DE LEON, J. G.; POTTER, J. E. Modeling the inverse association between breastfeeding and contraceptive use. **Population Studies**, n. 43, p. 69-93, 1989.

DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

DEL PRIORI, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DELMANTO, C. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Renovar, 1991.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, F. R. **Quem mandou nascer mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ELIAS, R. J. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 1994.

FARIA, V. E. A montanha e a pedra: os limites da política social brasileira e os problemas da infância e da juventude. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (org.). **O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1981.

FAUSTO, A.; CERVINI, R. (orgs.). **O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1981

FERES, J. C. & MANCERO, X. **El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina**. Estudios Estadísticos y Prospectivos n.7. Santiago de Chile, Nações Unidas(CEPAL/ECLAC), 2001.

FERES, J. C. & MANCERO, X.. Enfoques para la medición de la pobreza: breve revisión de la literatura. **Estudios Estadísticos y Prospectivos**, n. 4. Santiago de Chile: Nações Unidas (CEPAL/ECLAC), 2001.

FONSECA, C. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **BIB (ANPOCS)**, n. 27, p. 51-73, 1989.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez , 1995.

FONSECA, C. Circulation d'enfants ou adoption – les enjeux internationaux de la filiation adoptive. **Revue Droit et Cultures**, v. 2, n. 38, p. 137-168, 1999.

FONSECA, C. **Crime, corps et humeur: famille et quotidien dans les couches populaires brésiliennes**. Tese (Doutorado) de Estado, Université de Nanterre, França, 1993.

FUNDAÇÃO IBGE & UNICEF. **Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil - sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes 1981 - 1983 – 1986**. Rio de Janeiro, 1988.

FUNDAÇÃO IBGE. **Situação do menor - regiões metropolitanas**. PNAD-85, 9 (Supl.). Rio de Janeiro, 1988.

FURSTENBERG Jr., F. F.; HOFFMAN, S. D.; SHRESTHA, L. The effect of divorce on intergenerational transfers: new evidence. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 319-333, 1995.

FURSTENBERG JR., F. F.; CHERLIN, A. J. **Divided families: what happens to children when parents part**. Harvard: University Press, 1991.

GOLDANI ALTMANN, A. M. A demografia “formal” da família: técnica e dados censitários. In: **Anais do Quarto Encontro Nacional Estudos Populacionais**, São Paulo: ABEP, v. 3, p. 1257-1296, 1984.



GOLDSCHIEDER, F. K. Interpolating demography with families and households. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 471-480, 1995.

GREGORI, M. F. **Viração: experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

GUILLAUME, Agnès; VIMARD, Patrice; FASSINI, Raïmi; N'GUESSAN, Koffi. La circulation des enfants en Côte-d'Ivoire: solidarité et redistribution de la main d'oeuvre. In: **Colloque International "Crise, ajustements et recompositions en Côte-d'Ivoire: la remise en cause d'un modèle"**, scéance n. 5, 28 nov-2 déc., p. 11-22 Abidjan, ORSTOM-GIDIS-CI.

HAKKERT, H. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

HOFFERTH, S. L. Recent trends in the living arrangements of children: a cohort life table analysis. In: BONGAARTS, J.; BURCK, T.; WATCHTER, K. W. **Family demography: methods and their application**. Oxford, Clarendon Press, 1986.

HOLDMBERG, I. Household change and housing need: a forecasting model. In: BONGAARTS, J.; BURCK, T.; WATCHTER, K. W. **Family demography: methods and their application**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HOSMER Jr., D. W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. New York: John Wiley & Sons, 1989.

ISIUGO-ABANIHE, C. Child fosterage in West Africa. **Population and Development Review**, v. 11, n. 1, p. 53-73, 1985.

ISIUGO-ABANIHE, C. Parenthood in Sub-Saharan Africa: child fostering and its relationship with fertility. In: LOCOH, T.; HERTRICH, V. (eds.). **The onset of fertility in Sub-Saharan Africa**. Liège: Ordina Editions, 1994.

ISIUGO-ABANIHE, C. **Prevalence and determinants of child fosterage in West Africa: relevance to demography**. African Demography Working Papers, n. 12, 1984.

JUÁREZ, E. Crianças de rua: um estudo das suas características. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (org.). **O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1981.

KERTZER, D. I. **Sacrificed for honor: Italian infant abandonment and the politics of reproductive control**. Boston: Beacon Press, 1993.

KEYFITZ, N. Form and substance in family demography. In: BONGAARTS, J.; BURCK, T. and WATCHTER, K. W. **Family demography: methods and their application**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

KOSMINSKY, E. V. Internados - os filhos do Estado padrasto. In: MARTINS, J. de S. (coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

KRAMAROW, E. A. The elderly who live alone in the United States: historical perspectives on household change. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 335-352, 1995.

LEIBOWITZ, A.; KLERMAN, J. A. Explaining changes in married mothers' employment over time. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 365-378, 1995.

LEWIS, R. E. Application and adaptation of intensive family preservation services to use for the reunification of foster children with their biological parents. **Children and Youth Services Review**, n. 6, p. 339-361, 1994.

LILLARD, L. A.; BRIEN, M. J.; WAITE, L. J. Premarital cohabitation and subsequent marital dissolution: a matter of self-selection? **Demography**, v. 3, n. 32, p. 437-457, 1995.

LOGAN, J. R. and SPITZE, G. D. Self-interest and altruism in intergenerational relations. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 353-364, 1995.

LOPES, J. R. B.. **Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbana**. Cadernos de Pesquisa NEPP/UNICAMP, n. 25, 1996.

MADEIRA, F. R.; TORRES, H. G. População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas. **Revista São Paulo em Perspectiva (SEADE)**, v. 10, n. 2, 1996.

MADEIRA, F. R.(org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTELELO, L. J. Quando parentes tomam conta das crianças: arranjos de *child care* em domicílios intactos e chefiados por mulheres. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais.** Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, p. 2633-2661, 1998

MARTINS, J. de S. (coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1991.

McDONALD, P. Convergence or compromise in historical family change? In: BERQUÓ, E. and XENOS P. **Family systems and cultural change.** Oxford: Clarendon Press, 1992.

MERRICK, T. W.; BERQUÓ, E. S. **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility.** Washington: National Academy, 1983.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção.** São Paulo: Cortez, 2001.

NOBLE, J.; COVER, J.; YANAGISHITA, M. **La juventud del Mundo.** Washington: Population Reference Bureau, 1996.

OLIVEIRA, M. C. F. A de; MADEIRA, F. R. População e força de trabalho: o caso cafeeiro no oeste paulista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 3, n. 1, p. 41-62, 1986.

OLIVEIRA, J. **Código de Menores.** São Paulo: Editora Saraiva, 1989.

OLIVEIRA, M. C. F. A. de (org.). **Cultura, adolescência e saúde: Argentina, Brasil e México.** Campinas: CEPES/COLMEX/NEPO, 1990.

OLIVEIRA, M. C. F. A. de. Family change and family process: implications for research in developing countries. In: BERQUÓ, E. ; XENOS P. (org). **Family systems and cultural change**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

OLIVEIRA, M. C. F. A. de. Notas acerca da família nos estudos demográficos. **Cadernos CERU-USP**, v. 18, p.121-145, 1983.

PARSONS, T.; BALES, R.F. **Family, socialization and interaction process**. Glencoe: Free Press, 1955.

PASSETTI, E. **O que é menor**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESTON, S. Family sizes of children and family sizes of women. **Demography**, n. 13, p. 105-114, 1976.

RIBEIRO, R. **A PNAD como instrumento de trabalho para o estudo de situação do menor no Brasil** (versão preliminar). Nova Friburgo, Seminário de Avaliação das PNAD da década de 1980, junho-1988. (Mimeografado)

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. “Menores” institucionalizados e meninos de rua In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (org). **O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1981.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

SAAD, M. P.; POTTER, J. E. Uma análise de riscos competitivos sobre o uso de métodos anticonceptivos no Nordeste. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 5, p. 281-293, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (org). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

SIMMS, M. D.; BOLDEN, B. J. The family reunification project: facilitating regular contact among foster children, biological parents and foster families. **Child Welfare**, n. 70, p. 679-690, 1991.

SOCIEDADE CIVIL DE BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL (BEMFAM). **Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar-Brasil-1986: Relatório**. Rio de Janeiro, dezembro de 1987.

SOCIEDADE CIVIL DE BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL (BEMFAM). **Pesquisa Nacional sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil-1991: Relatório**. Rio de Janeiro, outubro de 1992.

SOCIEDADE CIVIL DE BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL (BEMFAM). **Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde 1996: Relatório Preliminar**. Rio de Janeiro, setembro de 1996.

THORNE, B.; YALOM, M. (eds.) **Rethink the family: some feminist questions**. Boston: Northeastern University Press, 1991.

VANDERMEERSCH, C. Identité culturelle et comportements procreateurs et en matière de placement des enfants au Senegal. **Communication ou Colloque de l'AIDELF**. Rochelle, sept. 1998.

VENÂNCIO, R.P. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papirus, 1999.

YAZAKI, L. M. Fecundidade e desigualdades sociais: o caso do estado de São Paulo nos anos 80 . In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 3, p. 1473-1496, 1996.

*ANEXOS*

## *A - As fontes de dados utilizadas*

### *A.1 DHS*

No Brasil já foram realizadas três pesquisas do tipo DHS (Demographic and Health Surveys): a Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar (PNSMIPF), em todo o Brasil, em 1986, a Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste (PSFNe), em 1991, e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), em 1996, para todo o Brasil.

Tais levantamentos foram realizados pela Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), com apoio técnico do Macro International, Inc., como parte do Programa de Pesquisas Demográficas e da Saúde (DHS). As amostras de tais pesquisas são sub-amostras probabilísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feitas em dois estágios. Num primeiro estágio foram selecionados os setores censitários e, no segundo, os domicílios dentro dos setores censitários sorteados no primeiro estágio.

A PNSMIPF (1986), a PSFNe (1991) e a PNDS(1996) são comparáveis entre si. Exceto a PSFNe, que se restringiu à região Nordeste, a PNSMIPF e a PNDS foram desenhadas para obter estimativas independentes de diferentes regiões geográficas.

As regiões foram desenhadas de maneira a coincidir com as regiões da PNAD, sendo autoponderadas. Para a PNSMIPF (1986), as regiões IV e VI e as regiões VII e VIII da PNAD foram combinadas, resultando em seis regiões. Para a PNDS (1996), apenas as regiões IV e VI foram combinadas obtendo-se sete regiões. A PNSMIPF permite fazer estimativas independentes, em âmbito estadual, para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e para as áreas rurais e urbanas da Região Nordeste. A PNDS amplia tais estimativas para os Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Ceará. Para as estimativas no âmbito do país, as regiões foram ponderadas, levando-se em conta a representatividade dentro do contexto nacional. As áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste, e a população do Acre e dos Estados de Rondônia, Roraima e Amapá foram excluídas da amostra (Quadro A.1.1).

**Quadro A.1.1** Comparação entre as regiões utilizadas pela DHS e PNAD

Regiões DHS		Regiões PNAD	Regiões	Estados
1986	1996			
6 <sup>1</sup>	7	VII	Norte	Amazonas e Pará
6 <sup>1</sup>	6	VIII	Centro-Oeste	Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso
5	5	V	Nordeste	Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia
4	4	IV	Centro-Leste	Minas Gerais e Espírito Santo
4	4	VI	Distrito Federal	Distrito Federal
3	3	III	Sul	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
2	2	II	São Paulo	São Paulo
1	1	I	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

<sup>1</sup> somente área urbana

***Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar (PNSMIPF) – Brasil – 1986***

A PNSMIPF de 1986 coletou dados sobre fecundidade, nupcialidade, planejamento familiar, mortalidade de crianças e saúde materno-infantil, a partir de entrevistas domiciliares. A população-alvo da pesquisa é composta por todas as mulheres de 15 a 44 anos (mulheres em idade fértil), independentemente do estado civil e residentes nos domicílios visitados.

Para a coleta de dados utilizou-se o sistema de questionários, preenchidos através de entrevistas individuais. O questionário tinha duas partes. A primeira, a ficha de domicílio, levantava informações sobre o número de pessoas residentes no domicílio, suas respectivas idades e sexo, e informações gerais sobre o domicílio (sistema de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário e outras facilidades existentes), além de identificar as mulheres elegíveis para responder ao Questionário Individual. A segunda parte refere-se ao Questionário Individual, preenchido por todas as mulheres em idade fértil residentes no domicílio selecionado. O Questionário Individual



continha perguntas detalhas sobre a história de nascimentos, abortos, conhecimento, uso prévio e atual de anticoncepcionais, aleitamento materno para nascimentos ocorridos nos últimos cinco anos, aspectos de saúde materno-infantil, condições sócio-econômicas da mulher, do marido ou companheiro, e estudo antropométrico para a Região Nordeste.

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de maio e agosto de 1986, sendo incluídos 8.519 domicílios na amostra, e sendo identificadas 6.733 mulheres para a entrevista. As entrevistas foram completas para 5.892 mulheres (87,5%). Houve recusa de apenas 1% dos domicílios selecionados e de 2,5% das mulheres.

### ***Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste (PSFNe) – Nordeste do Brasil – 1991***

A PSFNe é um levantamento domiciliar, realizado no Nordeste brasileiro, em 1991, com o objetivo de levantar informações sobre fecundidade, mortalidade infantil, conhecimento, uso e demanda de anticoncepção, intenções reprodutivas, planejamento da fecundidade, uso de serviços de saúde materno-infantil, nutrição infantil, imunização, tratamento de doenças infantis e conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.

A PNSMIPF de 1986 havia mostrado que quase todas as regiões brasileiras haviam apresentado declínio acentuado da fecundidade, e a única exceção foi a região Nordeste, que apresentou os mais altos índices de fecundidade e mortalidade do país, evidenciando a necessidade de um novo levantamento na região.

Para o levantamento dos dados, foi adotada a metodologia de entrevistas domiciliares, com aplicação de quatro tipos de questionários: uma ficha de domicílio, um questionário para mulheres, um para maridos e um, mais breve, sobre as comunidades.

A ficha de domicílio levantou informações sobre todos os moradores habituais e visitantes que lá dormiram na noite anterior à entrevista, como idade, sexo, instrução, filiação e

relação com o chefe do domicílio, além de informações sobre características e condições sócio-sanitárias do domicílio.

O questionário das mulheres investigou características sócio-econômicas, além de questões sobre reprodução, anticoncepção, gravidez e amamentação, vacinação, prevalência e tratamento de doenças críticas infantis, planejamento da fecundidade e conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. A novidade é o chamado “calendário”, onde foram registradas, mês a mês, para os 5 anos anteriores, informações sobre eventos como gravidez, nascimentos, abortos, uso e interrupção do uso de métodos anticoncepcionais, amenorréia e abstinência pós-parto, amamentação, uniões, mudanças e locais de residência, e ocupação. O trabalho de Saad e Potter (1994) é uma referência no que diz respeito à utilização de informações retrospectivas do calendário, para o caso do Brasil.

O questionário dos maridos permite uma comparação com as informações levantadas entre as mulheres sobre reprodução, anticoncepção, planejamento da fecundidade e conhecimento de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.

Além das entrevistas domiciliares, foram levantadas informações sobre a comunidade, como serviços de saúde, transporte, educação e atividade econômicas.

Para a PSFNe foram selecionados 7695 domicílios, com 6.064 entrevistas completas, sendo identificadas 6.843 mulheres de 15 a 49 anos, 1.689 maridos e 3.393 crianças com menos de 5 anos. Foram entrevistados 6.222 mulheres e 1.178 maridos.

### ***Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS)- Brasil – 1996***

A PNDS teve como objetivo coletar informações sobre fecundidade, saúde materno-infantil e características sócio-econômicas da população entrevistada.

Na área de fecundidade, as informações coletadas permitem avaliar níveis e tendências, conhecimento e uso de métodos contraceptivos, amamentação e outros determinantes próximos da fecundidade, como proporção de mulheres casadas e/ou em união, e duração da amenorréia

pós-parto. Investigou-se ainda, intenções reprodutivas e necessidades não satisfeitas em planejamento familiar.

Na área de saúde materno-infantil, foram coletadas informações sobre mortalidade materna, DST/AIDS, gravidez, assistência pré-natal e parto. Em relação à saúde da criança, os dados coletados permitem a determinação de taxas e tendências da mortalidade infantil e da infância, como também a análise de seus determinantes sócio-econômicos.

A pesquisa registra, ainda, características sócio-econômicas da população entrevistada, como idade, educação, acesso aos meios de comunicação, ocupação, cor e religião, além de condições do domicílio em relação ao acesso a água, esgoto, eletricidade, bens duráveis de consumo, número de cômodos e material predominante do telhado, parede e piso.

Para as entrevistas domiciliares foram adotados três tipos de questionários: a ficha de domicílio, o questionário individual de mulheres e o questionário individual de maridos. Além da pesquisa com a população feminina (mulheres de 15 a 49 anos), foi considerada uma sub-amostra de 25% dos domicílio selecionados para a pesquisa com a população masculina (homens de 15 a 59 anos), objetivando registrar, da perspectiva do homem, informações sobre conhecimento, atitudes e práticas relacionadas ao planejamento da família, intenções reprodutivas, conhecimento e comportamento sexual frente à AIDS.

Foram selecionados 16.451 domicílios, 14.579 mulheres e 3.986 homens, tendo-se informações completas para 80,7% dos domicílios, 86,5% das mulheres e 74,0% dos homens.

## ***A.2 PNAD***

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi implantada pelo IBGE em 1967, visando levantar informações básicas para o estudo do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Essas pesquisas, por terem objetivos múltiplos, investigam diversas características sócio-econômicas, algumas de caráter permanente, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras que aparecem com periodicidade

variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos de acordo com as necessidades de informação manifestadas, geralmente, por órgãos oficiais.

A PNAD teve início no segundo semestre de 1967, sendo seus resultados apresentados com periodicidade trimestral, até o primeiro semestre de 1970. A partir de 1971 os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre de cada ano. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos em 1970, 1980, 1991 e 2000. Nos anos de 1974 e 1975 foi interrompida novamente, para a aplicação do Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF). A partir de 1976 o questionário básico da PNAD foi uniformizado, com quesitos sobre os membros do domicílio, ocupação, renda, instrução e fecundidade da mulher (exceto 1979). A pesquisa incorporou, a partir de 1987, uma questão sobre a cor da pele e em 1988 questões sobre a existência de rádio e televisão nos domicílios permanentes. Em 1992 foram agregadas questões sobre migração, fecundidade e nupcialidade. Em 1994 a PNAD não foi realizada. Além do corpo central de informações básicas, a PNAD contém (para alguns anos) um questionário suplementar cujo conteúdo varia anualmente (Quadro A.2.1).

O tamanho da amostra tem variado de um ano para outro, sendo que em 1986 ela foi reduzida em quase 50%, por motivos orçamentários. A abrangência geográfica da PNAD vem se ampliando gradativamente. Em 1967 compreendia apenas o Rio de Janeiro, mas ao final da década de 60 já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e o Distrito Federal. Em 1971 foi reiniciada, cobrindo os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e a Região Sul; de 1973 até 1979, já cobria as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais unidades da federação da Região Centro-Oeste. Em 1981 a abrangência geográfica foi mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá). Para as pesquisas da década de 90 esta abrangência geográfica foi mantida.

**Quadro A.2.1** Temas especiais e tamanhos amostrais das PNAD, 1972-2001

Anos	Temas Especiais	Amostra de Domicílios
1972	Rendimento	79.761
1973	Mão-de-obra	90.629
1974/75	ENDEF	
1976	Migração – cor e religião	93.783
1977	Bens de consumo duráveis – Características do Domicílio – Habitação	113.935
1978	Características do domicílio	124.045
1979	Consumo de energia	
1980	Censo	
1981	Saúde	124.645
1982	Educação	131.958
1983	Mão-de-obra e Previdência	140.680
1984	Fecundidade e mortalidade	142.226
1985	Situação do menor	144.608
1986	Acesso aos serviços de saúde – Suplementação alimentar – Associativismo – Anticoncepção	78.003
1987	Sem suplemento especial, porém com vários cruzamentos referentes ao quesito de cor	81.628
1988	Participação político-social – Estoque de aparelhos utilizadores de energia	83.909
1989	Trabalho	86.345
1990	Trabalho	87.540
1992	Sem suplemento especial	94.171
1993	Sem suplemento especial	96.820
1995	Sem suplemento especial	102.787
1996	Sem suplemento especial	105.059
1997	Sem suplemento especial	109.541
1998	Acesso e utilização de serviços de saúde	112.434
1999	Sem suplemento especial	115.654
2001	Sem suplemento especial	126.858

Fonte: Hakkert, 1996 e IBGE

## *B - Algumas estatísticas sobre as variáveis avaliadas no estudo*

O objetivo deste anexo é conhecer um pouco as variáveis utilizadas no trabalho, começando por alguns aspectos descritivos das variáveis quantitativas importantes para a sua categorização. Esta categorização foi feita levando em conta, em além das medidas, a frequência e outros fatores característicos de cada variável. Por exemplo, para idade da criança, foi levada em consideração a idade com que a criança começa a freqüentar a escola (7 anos) e as definições legais sobre crianças e adolescentes, além da comparabilidade entre as fontes avaliadas.

### *B.1 TABELAS DESCRITIVAS*

As tabelas B.1.1, B.1.2, B.1.3, B.1.4, B.1.5 e B.1.6 trazem estatísticas descritivas das variáveis quantitativas utilizadas nas DHS de 1986, 1991 e 1996, para o Brasil e região Nordeste, assim como da PNAD 1985. Já as tabelas B.1.7, B.1.8, B.1.9, B.1.10, B.1.11, B.1.12, B.1.13, B.1.14, B.1.15 e B.1.16 apresentam os cruzamentos das variáveis analisadas nos modelos logísticos.

**Tabela B.1.1** Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Brasil, 1986.

Variável	n	Média	D.P.	Media-na	Q1	Q3	Min.	Máx.
<b>Total</b>								
Idade da criança	8721	6,41	4,12	6	3	10	0	14
Tempo de residência da mãe	8721	18,87	12,33	18	8	30	0	44
Idade da mãe ao ter o filho	8721	25,79	5,37	25	22	29	12	44
Filhos nascidos vivos	8721	4,51	2,94	4	2	6	1	21
Número de uniões (mãe)	8582	1,10	0,30	1	1	1	1	2
Número de rádios	8721	0,92	0,68	1	1	1	0	5
Número de banheiros	8721	0,85	0,67	1	0	1	0	6
Número de automóveis	8721	0,25	0,51	0	0	0	0	5
Número de empregadas	8721	0,08	0,30	0	0	0	0	5
<b>Crianças que não vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	352	7,75	4,03	8	5	11	0	14
Tempo de residência da mãe	352	17,58	12,47	18	5,5	28	0	43
Idade da mãe	352	29,92	5,92	29	25	34	15	43
Idade da mãe ao ter o filho	352	22,17	4,42	22	19	25	12	40
Filhos nascidos vivos	352	4,57	2,74	4	2	6	1	17
Número de uniões (mãe)	332	1,44	0,48	1	1	2	1	2
Número de rádios	352	0,68	0,61	1	0	1	0	3
Número de banheiros	352	0,70	0,53	1	0	1	0	4
Número de automóveis	352	0,07	0,27	0	0	0	0	2
Número de empregadas	352	0,02	0,14	0	0	0	0	1
<b>Crianças que vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	8369	6,36	4,12	6	3	10	0	14
Tempo de residência da mãe	8369	18,92	12,32	18	8	30	0	44
Idade da mãe	8369	32,30	6,28	33	27	37	15	44
Idade da mãe ao ter o filho	8369	25,94	5,35	25	22	30	13	44
Filhos nascidos vivos	8369	4,51	2,95	4	2	6	1	21
Número de rádios	8369	0,93	0,68	1	1	1	0	5
Número de uniões (mãe)	8250	1,09	0,28	1	1	1	1	2
Número de banheiros	8369	0,85	0,68	1	0	1	0	6
Número de automóveis	8369	0,25	0,51	0	0	0	0	5
Número de empregadas	8369	0,08	0,30	0	0	0	0	5

Fonte: PNSMIPF- 1986 – Questionário Individual

**Tabela B.1.2** Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Brasil, 1996.

Variável	n	Média	D.P.	Mediana	Q1	Q3	Min.	Máx.
<b>Total</b>								
Idade da criança	14366	6,90	4,14	7	3	10	0	14
Número de pessoas/cômodo	14366	1,24	0,83	1	0,78	1,5	0,17	10
Tempo de residência da mãe	14345	18,91	11,84	18	8	29	0	44
Idade da mãe	14366	31,9	6,25	32	27	37	15	44
Idade da mãe ao ter o filho	14366	25,01	5,27	24	21	28	12	44
Filhos nascidos vivos	14366	3,46	2,19	3	2	5	1	15
Número de TVs coloridas	14337	0,80	0,77	1	0	1	0	6
Número de rádios	14342	1,22	0,89	1	1	1	0	6
Número de banheiros	14338	1,00	0,66	1	1	1	0	6
Número de automóveis	14329	0,29	0,54	0	0	0	0	6
Número de empregadas	14337	0,07	0,28	0	0	0	0	3
<b>Crianças que não vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	839	8,89	3,55	9	6	12	0	14
Número de pessoas/cômodo	839	1,18	0,73	1	0,67	1,5	0,17	9
Tempo de residência da mãe	838	06,19	11,90	14	5	27	0	44
Idade da mãe	839	31,24	5,90	31	27	36	15	44
Idade da mãe ao ter o filho	839	22,34	4,90	21	19	25	12	43
Filhos nascidos vivos	839	4,26	2,56	4	2	5	1	15
Número de TVs coloridas	836	0,57	0,68	0	0	1	0	6
Número de rádios	836	1,01	0,76	1	1	1	0	6
Número de banheiros	835	0,85	0,65	1	0	1	0	6
Número de automóveis	835	0,15	0,41	0	0	0	0	3
Número de empregadas	836	0,06	0,24	0	0	0	0	2
<b>Crianças que vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	13527	6,78	4,15	7	3	10	0	14
Número de pessoas/cômodo	13527	1,25	0,83	1	0,8	1,5	0,18	10
Tempo de residência da mãe	13507	19,07	11,82	18	8	29	0	44
Idade da mãe	13527	31,95	6,27	32	27	37	15	44
Idade da mãe ao ter o filho	13527	25,17	5,25	25	21	29	12	44
Filhos nascidos vivos	13527	3,42	2,16	3	2	4	1	15
Número de TVs coloridas	13501	0,82	0,78	1	0	1	0	6
Número de rádios	13506	1,23	1,90	1	1	1	0	6
Número de banheiros	13503	1,00	0,66	1	1	1	0	6
Número de automóveis	13494	0,30	0,54	0	0	0	0	6
Número de empregadas	13501	0,08	0,28	0	0	0	0	3

Fonte: PNDS 1996 – Questionário Individual



**Tabela B.1.3** Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Nordeste, 1986.

Variável	n	Média	D.P.	Mediana	Q1	Q3	Min.	Máx.
<b>Total</b>								
Idade da criança	3286	6,17	3,86	6	3	9	0	14
Tempo de residência da mãe	3268	21,96	12,04	23	11	33	0	44
Idade da mãe	3268	32,35	6,15	33	27	37	15	44
Idade da mãe ao ter o filho	3268	26,18	5,39	26	22	30	12	44
Filhos nascidos vivos	3268	5,90	3,34	5	3	8	1	21
Número de uniões (mãe)	3231	1,13	0,31	1	1	1	1	2
Número de rádios	3268	0,71	0,52	1	0	1	0	4
Número de banheiros	3268	0,56	0,56	1	0	1	0	5
Número de automóveis	3268	0,09	0,30	0	0	0	0	5
Número de empregadas	3268	0,04	0,21	0	0	0	0	3
<b>Crianças que não vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	185	7,28	3,77	7	4	11	0	14
Tempo de residência da mãe	185	18,350	12,64	21	6	29	0	42
Idade da mãe	185	29,75	6,09	29	25	35	15	43
Idade da mãe ao ter o filho	185	22,46	4,80	22	19	26	12	40
Filhos nascidos vivos	185	5,49	2,90	5	3	7	1	17
Número de uniões (mãe)	172	1,45	0,47	1	1	2	1	2
Número de rádios	185	0,55	0,49	1	0	1	0	2
Número de banheiros	185	0,57	0,49	1	0	1	0	2
Número de automóveis	185	0,04	0,18	0	0	0	0	1
Número de empregadas	185	0,01	0,07	0	0	0	0	1
<b>Crianças que vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	30835	6,11	3,86	6	3	9	0	14
Tempo de residência da mãe	3083	22,17	11,97	23	11	33	0	44
Idade da mãe	3083	32,51	6,12	33	27	38	16	44
Idade da mãe ao ter o filho	3083	26,40	5,35	26	22	30	13	44
Filhos nascidos vivos	3083	5,92	3,36	5	3	8	1	21
Número de uniões (mãe)	3059	1,11	0,29	1	1	1	1	2
Número de rádios	3083	0,72	0,52	1	0	1	0	4
Número de banheiros	3083	0,55	0,57	1	0	1	0	5
Número de automóveis	3083	0,10	0,30	0	0	0	0	5
Número de empregadas	3083	0,04	0,22	0	0	0	0	3

Fonte: PNSMIPF 1986 – Questionário Individual

**Tabela B.14** Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Nordeste, 1991.

Variável	n	Média	D.P.	Mediana	Q1	Q3	Min.	Máx.
<b>Total</b>								
Idade da criança	8309	6,70	4,34	7	3	10	0	14
Número de pessoas/cômodo dormir	8309	2,99	1,26	2,67	2	3,5	0,02	10
Tempo de residência da mãe	8165	24,78	11,45	26	16	33	5	44
Idade da mãe	8309	32,43	6,69	32	27	38	15	44
Idade da mãe ao ter o filho	8309	25,73	5,83	25	21	30	13	43
Filhos nascidos vivos	8309	5,14	3,19	4	3	7	1	22
<b>Crianças que não vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	586	8,87	3,82	9	6	12	0	14
Número de pessoas/cômodo dormir	586	2,70	1,27	2,5	2	3,33	0,10	8
Tempo de residência da mãe	573	25,223	11,00	25	14	31	5	44
Idade da mãe	586	31,91	6,29	31	26	36	17	44
Idade da mãe ao ter o filho	586	23,14	4,92	22	19	26	13	38
Filhos nascidos vivos	586	5,49	3,05	4	3	7	1	17
<b>Crianças que vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	7723	6,55	4,34	6	3	10	0	14
Número de pessoas/cômodo dormir	7723	3,01	1,25	2,67	2	3,5	0,02	10
Tempo de residência da mãe	7592	24,75	11,48	26	16	34	5	44
Idade da mãe	7723	32,47	6,72	33	28	38	15	44
Idade da mãe ao ter o filho	7723	25,92	5,84	25	22	30	13	43
Filhos nascidos vivos	7723	5,11	3,20	4	3	7	1	22

Fonte: PSFNe 1991 – Questionário Individual

**Tabela B.15** Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, segundo a situação dos filhos residentes ou não com suas mães, Nordeste, 1996.

Variável	n	Média	D.P.	Media-na	Q1	Q3	Min.	Máx.
<b>Total</b>								
Idade da criança	5924	6,74	3,66	7	3	10	0	14
Número de TVs coloridas	5913	0,46	0,58	0	0	1	0	5
Número de rádios	5918	0,96	0,62	1	1	1	0	6
Número de banheiros	5913	0,74	0,57	1	0	1	0	6
Número de automóveis	5912	0,12	0,31	0	0	0	0	4
Número de empregadas	5918	0,06	0,22	0	0	0	0	2
Número de pessoas/cômodo	5924	1,35	0,73	1,17	0,8	1,6	0,22	10
Tempo de residência da mãe	5913	19,17	10,38	18	9	29	0	44
Idade da mãe	5924	31,63	5,63	32	27	37	15	44
Idade da mãe ao ter o filho	5924	24,90	4,71	24	21	29	12	43
Filhos nascidos vivos	5924	4,25	1029	3	2	6	1	12
<b>Crianças que não vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	411	8,71	3,30	9	6	12	0	14
Número de TVs coloridas	410	0,31	0,50	0	0	1	0	3
Número de rádios	410	0,78	0,60	1	0	1	0	6
Número de banheiros	410	0,62	0,53	1	0	1	0	3
Número de automóveis	409	0,05	0,21	0	0	0	0	2
Número de empregadas	410	0,04	0,20	0	0	0	0	2
Número de pessoas/cômodo	411	1,20	0,59	1	0,67	1,50	0,22	4
Tempo de residência da mãe	411	17,02	10,60	16	5	28	0	44
Idade da mãe	411	31,02	5,42	31	27	36	16	44
Idade da mãe ao ter o filho	411	22,30	4,57	21,19	25	12	42	19
Filhos nascidos vivos	411	4,88	2,49	4	3	6	1	15
<b>Crianças que vivem com a mãe</b>								
Idade da criança	5513	5,59	3,65	7	3	10	0	14
Número de TVs coloridas	5503	0,47	0,58	0	0	1	0	5
Número de rádios	5508	0,97	0,62	1	1	1	0	6
Número de banheiros	5503	0,75	0,57	1	0	1	0	6
Número de automóveis	5503	0,12	0,32	0	0	0	0	4
Número de empregadas	5508	0,06	0,23	0	0	0	0	2
Número de pessoas/cômodo	5513	1,36	0,74	1,17	0,83	1,67	0,23	10
Tempo de residência da mãe	5502	19,34	10,35	19	9	29	0	44
Idade da mãe	5513	31,68	5,65	32	27	37	15	44
Idade da mãe ao ter o filho	5513	25,03	4,68	35	21	29	12	43
Filhos nascidos vivos	5513	4,20	2,27	3	2	5	1	15

Fonte: PNDS- 1996 – Questionário Individual

**Tabela B.16** Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas selecionadas, de filhos não residentes com suas mães, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985.

Variável	n	Média	D.P.	Media-na	Q1	Q3	Min.	Máx.
Idade da criança	2779	7,79	52,71	8	4	11	0	14
Idade da criança ao sair de casa	2779	3,43	48,74	2	0	5	0	14
Idade da mãe	2779	30,08	78,13	30	25	34	15	44
Idade da mãe quando filho saiu	2779	25,72	81,53	25	21	29	12	43

Fonte: PNAD- 1985 – Suplemento sobre a situação do menor

**Tabela B.1.7** Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Brasil, 1986.

Variável	Vivem		Não vivem		Total	
Sexo da criança	Masculino	180 50,3	96,0	4211 51,2	4,0	4391 100,0 50,4
	Feminino	172 49,7	96,2	4158 48,8	3,8	4330 100,0 49,6
	Total	352 100,	96,1	8369 100,	3,9	8721 100,0
Idade da criança	0 a 6 anos	144 53,9	96,9	4517 42,2	3,1	4661 100,0 53,4
	7 a 14 anos	208 46,1	95,2	3852 57,8	4,8	4060 100,0 46,6
	Total	352 100,	96,1	8369 100,	3,9	8721 100,0
Local de Residência atual da mãe Urbano/rural	Urbano	252 71,4	4,1	5713 67,2	95,9	5965 100,0 67,4
	Rural	100 28,6	3,4	2656 32,8	96,6	2756 100,0 32,6
	Total	352 100,	96,1	8369 100,	3,9	8721 100,0
Tempo de residência (mãe)	9 anos ou menos	125 28,6	95,2	2385 35,3	4,8	2510 100,0 28,9
	10 anos ou mais	79 33,1	97,3	2737 23,0	2,7	2816 100,0 32,7
	Não migrante	148 38,3	95,8	3247 41,7		3395 100,0 38,4
	Total	352 100,	96,1	8369 100,	3,9	8721 100,0
A mãe tem religião	SIM	316 90,2	3,8	7789 93,6	96,2	8105 100,0 93,5
	NÃO	36 9,8	5,9	580 6,4	94,1	616 100,0 6,5
	Total	352 100,	96,1	8369 100,	3,9	8721 100,0
Frequência aos cultos (mãe)	Sem religião, não freqüenta	159 29,7	94,4	2498 43,7	5,6	2657 100,0 30,2
	Freqüenta	193 70,3	96,9	5871 56,3	3,1	6064 100,0 69,8
	Total	352 100,	96,1	8369 100,	3,9	8721 100,0
Grau de escolaridade da mãe	Não respondeu	1 0,3	94,2	24 0,4	5,8	25 100,0 0,3
	Sem escolaridade	57 14,6	95,8	1326 15,8	4,2	1383 100,0 14,7
	Primário	273 71,4	95,7	5873 78,4	4,3	6146 100,0 71,7
	Secundário ou superior	21 13,7	98,4	1146 5,4	1,6	1167 100,0 13,3
	Total	352 100,	96,1	8369 100,	3,9	8721 100,0
A mãe está trabalhando	NÃO	208 57,2	3,6	5207 61,4	96,4	5415 100,0 61,2
	SIM	144 42,8	4,3	3162 38,6	95,7	3306 100,0 38,8
	Total	352 100,	96,1	8369 100,	3,9	8721 100,0

**Tabela B.1.8** Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Brasil, 1986.

Variável	Vivem			Não vivem			Total		
Total de filhos nascidos vivos	1-3	138	47,6	96,6	3828	41,2	3,4	3066	100,0
	4 ou mais	214	52,4	95,7	4541	58,8	4,4	4755	100,0
	Total	352	100,0	96,1	8369	100,0	3,9	8721	100,0
Total de filhos que morreram	Nenhum	235	72,9	96,4	5961	67,0	3,6	6196	100,0
	1-3	94	24,8	95,8	2191	26,6	4,2	2285	100,0
	4 ou mais	23	2,3	90,1	217	6,4	9,9	240	100,0
Total	352	100,0	96,1	8369	100,0	3,9	8721	100,0	
Idade da mãe ao ter o primeiro filho	Menos de 20 anos	228	63,4	5,8	3593	41,8	94,2	3821	100,0
	20 ou mais anos	124	36,6	2,5	4776	58,2	97,5	4900	100,0
	Total	352	100,0	96,1	8369	100,0	3,9	8721	100,0
Idade da mãe ao ter o filho	Menos de 20 anos	109	11,3	90,0	949	31,1	10,1	1058	100,0
	20-29 anos	222	62,9	96,1	5269	63,2	3,9	5491	100,0
	30 ou mais anos	21	25,8	99,1	2172	5,7	0,9	2172	100,0
Total	352	100,0	96,1	8369	100,0	3,9	8721	100,0	
Estado civil e número de uniões	Unida/1 vez	112	84,0	98,5	6981	32,1	1,5	7093	100,0
	Unida/mais de 1 vez	125	7,7	84,9	672	33,8	15,1	797	100,0
	Não unida/1 vez	71	5,8	87,0	489	21,3	13,0	560	100,0
	Não unida/mais 1 vez	24	1,1	78,9	108	7,6	21,1	132	100,0
	Nunca unida	20	1,4	86,9	119	5,2	13,2	139	100,0
	Total	352	100,0	96,1	8369	100,0	3,9	8721	100,0
Necessidades básicas	Satisfeitas	289	83,4	3,7	7273	88,2	96,3	7562	100,0
	Insatisfeitas	63	16,6	5,4	1096	11,8	94,6	1159	100,0
	Total	352	100,0	96,1	8369	100,0	3,9	8721	100,0
ABIPEME	ABC	319	90,4	4,8	6224	72,3	95,2	6543	100,0
	DE	33	9,6	1,4	2145	27,7	98,6	2178	100,0
	Total	352	100,0	96,1	8369	100,0	3,9	8721	100,0

**Tabela B.1.9** Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Brasil, 1996.

Variável	Vivem		Não vivem		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Sexo da criança	Masculino	6867 65,4	95,9	433 48,0	4,1	7300 100,0
	Feminino	6660 34,6	92,0	406 52,1	8,1	7066 100,0
	Total	13527 100,0	94,5	839 100,0	5,5	14366 100,0
Idade da criança	0 a 6 anos	6499 68,8	95,7	250 52,6	4,3	6749 100,0
	7 a 14 anos	7028 31,2	91,9	589 47,4	8,1	7617 100,0
	Total	13527 100,0	94,5	839 100,0	5,5	14366 100,0
Local de residência atual da mãe Urbano/rural	Urbano	10136 75,8	94,8	604 71,3	5,2	10740 100,0
	Rural	3391 24,2	93,5	235 28,7	6,5	3626 100,0
	Total	13527 100,0	94,5	839 100,0	5,5	14366 100,0
Tempo de residência (mãe)	9 anos ou menos	5122 27,5	92,3	274 39,4	7,7	5396 100,0
	10 anos ou mais	3865 33,4	95,4	333 27,9	4,6	4198 100,0
	Não migrante	4540 39,0	95,3	232 32,7	4,7	4772 100,0
	Total	13527 100,0	94,5	839 100,0	5,5	14366 100,0
Cor da mãe	Branca	4788 40,2	96,2	195 27,3	3,8	4983 100,0
	Não branca	8739 59,8	93,4	644 72,7	6,6	9383 100,0
	Total	13527 100,0	94,5	839 100,0	5,5	14366 100,0
A mãe tem religião	SIM	12903 95,3	94,6	785 93,9	5,4	13688 100,0
	NÃO	624 4,7	92,9	54 6,1	7,1	678 100,0
	Total	13527 100,0	94,5	839 100,0	5,5	14366 100,0
Frequência aos cultos (mãe)	sem religião, não freqüenta	3844 28,5	93,0	317 37,1	7,1	4161 100,0
	Freqüenta	9683 71,5	95,1	522 62,9	4,9	10205 100,0
	Total	13527 100,0	94,5	839 100,0	5,5	14366 100,0
Grau de escolaridade da mãe	Sem escolaridade	1276 7,9	92,1	107 11,7	7,9	1383 100,0
	Primário	5763 41,5	93,6	402 48,9	6,4	6165 100,0
	Secundário ou superior	6488 50,6	95,6	330 39,4	4,4	6818 100,0
	Total	13527 100,0	94,5	839 100,0	5,5	14366 100,0
A mãe está trabalhando	NÃO	5754 41,9	95,4	289 34,6	4,6	6043 100,0
	SIM	7773 58,1	93,8	550 65,4	6,2	8323 100,0
	Total	13527 100,0	94,5	839 100,0	5,5	14366 100,0

**Tabela B.1.10** Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Brasil, 1996.

Variável	Vivem			Não vivem			Total	
Total de filhos nascidos vivos	1-3	8394	95,9	393	48,0	4,1	8787	100,0
			65,4					64,4
	4 ou mais	5133	92,0	446	52,1	8,1	5579	100,0
			34,6					35,6
	Total	13527	100, 94,5	839	100, 5,5		14366	100,0
Total de filhos que morreram	Nenhum	11052	94,8	645	79,7	5,2	11697	100,0
			83,9					83,7
	1-3	2406	93,2	189	19,6	6,8	2595	100,0
			15,7					15,9
	4 ou mais	69	90,3	5	0,7	9,7	74	100,0
			0,4					0,4
	Total	13527	100, 94,5	839	100, 5,5		14366	100,0
Idade da mãe ao ter o primeiro filho	Menos de 20 anos	6378	92,1	572	65,5	7,9	6950	100,0
			44,7					45,8
	20 ou mais anos	7149	96,5	267	34,5	3,5	7416	100,0
			55,3					54,2
	Total	13527	100, 94,5	839	100, 5,5		14366	100,0
Idade da mãe ao ter o filho	Menos de 20 anos	2165	88,7	289	33,5	11,3	2454	100,0
			15,4					16,4
	20-29 Anos	8569	95,1	470	56,5	4,9	9039	100,0
			63,5					63,1
	30 ou mais anos	2795	97,3	80	10,0	2,7	2875	100,0
			21,2					20,5
	Total	13527	100, 94,5	839	100, 5,5		14366	100,0
Estado civil e número de uniões	Unida/1 vez	10201	97,5	277	33,2	2,5	10478	100,0
			76,0					73,7
	Unida/mas de 1 vez	1539	82,6	343	40,1	17,4	1882	100,0
			11,1					12,7
	Não unida/1 vez	1054	91,4	98	12,1	8,6	1152	100,0
			7,5					7,8
	Não unida/mas 1 vez	512	82,0	74	8,6	18,0	386	100,0
			2,3					2,6
	Nunca unida	421	89,7	47	6,0	10,3	468	100,0
			3,0					3,2
	Total	13527	100, 94,5	839	100, 5,5		14366	100,0
Necessidades básicas	Satisfeitas	3325	95,0	170	21,2	5,0	3495	100,0
			23,4					23,3
	Insatisfeitas	10202	94,3	669	78,8	5,7	10871	100,0
			76,6					76,7
	Total	13527	100, 94,5	839	100, 5,5		14366	100,0
ABIPEME	ABC	3385	97,0	122	16,0	3,0	3507	100,0
			30,5					29,7
	DE	10142	93,4	717	84,0	6,6	10859	100,0
			69,5					70,3
	Total	13527	100, 94,5	839	100, 5,5		14366	100,0

**Tabela B.1.11** Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1986.

Variável		Vivem		Não vivem		Total			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Sexo da criança	Masculino	95	50,4	94,2	1553	51,4	5,8	1648	100,0
	Feminino	90	49,6	94,4	1530	48,7	5,6	1620	100,0
	Total	185	100,0	94,3	3083	100,0	5,7	3268	100,0
Idade da criança	0 a 6 anos	85	45,9	95,3	1731	54,1	4,7	1816	100,0
	7 a 14 anos	100	53,9	93,1	1352	41,1	6,9	1452	100,0
	Total	185	100,0	94,3	3083	100,0	5,7	3268	100,0
Local de Residência atual da mãe urbano/rural	Urbano	117	63,2	5,8	1558	47,3	94,2	1675	100,0
	Rural	68	36,8	5,6	1525	45,9	94,4	1593	100,0
	Total	185	100,0	94,3	3083	100,0	5,7	3268	100,0
Tempo de residência (mãe)	9 anos ou menos	69	37,3	90,2	635	19,3	9,8	704	100,0
	10 anos ou mais	27	14,6	96,9	846	25,7	3,1	873	100,0
	Não migrante	89	48,1	94,7	1602	48,7	5,3	1691	100,0
	Total	185	100,0	94,3	3083	100,0	5,7	3268	100,0
A mãe tem religião	SIM	158	85,4	5,4	2796	84,3	94,7	2954	100,0
	NÃO	27	14,6	8,6	287	8,7	91,4	314	100,0
	Total	185	100,0	94,3	3083	100,0	5,7	3268	100,0
Frequência aos cultos (mãe)	sem religião, não freqüenta	95	51,4	7,1	1238	37,3	92,9	1333	100,0
	Freqüenta	90	48,7	4,7	1845	56,3	95,4	1935	100,0
	Total	185	100,0	94,3	3083	100,0	5,7	3268	100,0
Grau de escolaridade da mãe	Sem escolaridade	38	20,5	94,8	710	22,7	5,2	748	100,0
	Primário	139	74,8	93,8	2110	63,9	6,2	2249	100,0
	Secundário ou superior	8	4,3	97,1	263	8,0	3,0	271	100,0
	Total	185	100,0	94,3	3083	100,0	5,7	3268	100,0
A mãe está trabalhando	NÃO	121	65,4	5,6	2056	62,2	94,4	2177	100,0
	SIM	64	34,6	5,9	1027	31,3	94,1	1091	100,0
	Total	185	100,0	94,3	3083	100,0	5,7	3268	100,0



**Tabela B.1.12** Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1986.

Variável		Vivem			Não vivem			Total	
Total de filhos nascidos vivos	1-3	51	29,9	94,8	921	27,6	5,3	972	100,0
	4 ou mais	134	70,1	94,2	2162	72,4	5,8	2296	100,0
	Total	185	100	94,3	3083	100	5,7	3268	100,0
Total de filhos que morreram	Nenhum	108	55,5	94,1	1711	58,4	5,9	1819	100,0
	1-3	57	38,5	95,4	1188	30,8	4,6	1245	100,0
	4 ou mais	20	6,0	90,2	184	10,8	9,8	204	100,0
	Total	185	100	94,3	3083	100	5,7	3268	100,0
Idade da mãe ao ter o primeiro filho	Menos de 20 anos	128	69,2	8,0	1466	47,6	92,0	1594	100,0
	20 ou mais anos	57	30,8	3,4	1617	52,4	96,6	1674	100,0
	Total	185	100	94,3	3083	100	5,7	3268	100,0
Idade da mãe ao ter o filho	Menos de 20 anos	57	10,8	85,4	333	30,8	14,6	390	100,0
	20-29 Anos	112	59,8	94,3	2843	60,5	5,7	1955	100,0
	30 ou mais anos	16	29,4	98,3	907	8,7	1,7	923	100,0
	Total	185	100	94,3	3083	100	5,7	3268	100,0
Estado civil e número de uniões	Unida/1 vez	52	85,0	98,0	2562	28,1	2,0	2614	100,0
	Unida/mais de 1 vez	63	9,2	81,0	282	34,1	18,3	345	100,0
	Não unida/1 vez	42	5,5	80,2	170	22,7	19,8	212	100,0
	Não unida/mais 1 vez	15	1,5	75,0	45	8,1	25,0	60	100,0
	Nunca unida	13	0,8	64,9	24	7,0	35,1	37	100,0
	Total	185	100	94,3	3083	100	5,7	3268	100,0
Necessidades básicas	Satisfeitas	139	95,7	6,1	841	88,6	93,9	887	100,0
	Insatisfeitas	46	4,3	2,2	2242	11,4	97,8	2381	100,0
	Total	185	100	94,3	3083	100	5,7	3268	100,0
ABIPEME	ABC	8	4,3	2,2	358	11,6	97,8	366	100,0
	DE	177	95,7	6,1	2725	88,4	93,9	2902	100,0
	Total	185	100	94,3	3083	100	5,7	3268	100,0

**Tabela B.1.13** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1991 (dados ponderados).

Variável		Vivem		Não vivem		Total				
Sexo da criança	Masculino	3899	50,7	94,2	275	43,8	5,8	4174	100,0	50,3
	Feminino	3824	49,3	92,4	311	56,2	7,6	4135	100,0	49,7
	Total	7723	100,	93,3	586	100,	6,7	8309	100,0	
Idade da criança	0 a 6 anos	1548		95,9	72		4,1	1620	100,0	49,5
	7 a 14 anos	6175	49,2	90,8	514	69,4	9,2	6689	100,0	50,5
	Total	7723	100,	93,3	586	100,	6,7	8309	100,0	
Local de residência atual da mãe urbano/rural	Urbano	4514		93,4	368		6,6	4882	100,0	54,9
	Rural	3209	45,0	93,2	218	54,1	6,8	3427	100,0	45,1
	Total	7723	100,	93,3	586	100,	6,7	8309	100,0	
Tempo de residência (mãe)	9 anos ou menos	843	12,4	93,4	90	12,3	6,6	2342	100,0	12,4
	10 anos ou mais	2183	27,7	93,7	159	26,1	6,3	5034	100,0	27,6
	Não migrante	4697	59,9	93,1	337	61,6	6,9	933	100,0	60,0
	Total	7723	100,	93,3	586	100,	6,7	8309	100,0	
Cor da mãe	Branca	1548	19,4	95,8	72	11,7	4,2	1620	100,0	43,9
	Não Branca	6175	56,2	92,7	514	53,7	6,4	6689	100,0	56,1
	Total	7723	100,	93,3	586	100,	6,7	8309	100,0	
A mãe tem religião	SIM	6862	90,0	93,8	485	82,2	6,2	7347	100,0	89,5
	NÃO	861	10,0	88,7	101	17,8	11,3	962	100,0	10,5
	Total	7723	100,	93,3	586	100,	6,7	8309	100,0	
Frequência aos cultos (mãe)	sem religião, não freqüenta	2935	35,1	91,6	282	44,7	8,4	3217	100,0	35,7
	Freqüenta	4788	64,9	94,2	304	55,3	5,8	5092	100,0	64,3
	Total	7723	100,	93,3	586	100,	6,7	8309	100,0	
Grau de escolaridade da mãe	Sem escolaridade	992	15,1	93,5	91	14,7	6,5	1083	100,0	15,0
	Menos de 1 ano	986	14,1	89,4	86	23,2	10,6	1072	100,0	14,7
	Primário	4708	59,9	93,6	374	57,2	6,4	5082	100,0	59,7
	Secundário ou superior	1037	11,0	96,8	35	5,0	5,2	1072	100,0	10,6
	Total	7723	100,	93,3	586	100,	6,7	8309	100,0	
A mãe está trabalhando	NÃO	3321	43,8	92,9	262	46,3	7,1	3583	100,0	43,9
	SIM	4402	56,2	93,6	324	53,7	6,4	4726	100,0	56,1
	Total	7723	100,	93,3	586	100,	6,7	8309	100,0	

**Tabela B.1.14** Porcentagem (ponderada) e número de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1991.

Variável		Vivem		Não vivem		Total			
Total de filhos nascidos vivos	1-3	3189	37,6	94,4	232	31,1	5,6	3421	100,0
	4 ou mais	4534	62,4	92,7	354	68,9	7,3	4888	100,0
	Total	7723	100,0	93,3	586	100,0	6,7	8309	100,0
Total de filhos que morreram	Nenhum	5332	65,8	94,5	365	53,3	5,5	5697	100,0
	1-3	2155	30,8	90,9	200	42,8	9,1	2355	100,0
	4 ou mais	236	3,5	92,4	21	4,0	7,6	257	100,0
	Total	7723	100,0	93,3	586	100,0	6,7	8309	100,0
Idade da mãe ao ter o primeiro filho	Não respondeu	792	12,1	91,1	55	16,5	8,9	847	100,0
	Menos de 20 anos	2985	39,3	91,3	346	52,5	8,7	3331	100,0
	20 ou mais anos	3946	48,6	95,6	185	31,3	4,4	4131	100,0
	Total	7723	100,0	93,3	586	100,0	6,7	8309	100,0
	Menos de 20 anos	993	12,6	86,0	191	28,7	14,0	1184	100,0
Idade da mãe ao ter o filho	20-29 anos	4666	60,3	93,5	327	58,7	6,5	4993	100,0
	30 ou mais anos	2064	27,1	96,8	68	12,6	3,2	2132	100,0
	Total	7723	100,0	93,3	586	100,0	6,7	8309	100,0
	Unida/1 vez	6046	78,8	97,2	181	31,4	2,8	6227	100,0
Estado civil e número de uniões	Unida/mais de 1 vez	791	9,3	79,9	209	32,5	20,1	1000	100,0
	Não unida/1 vez	566	7,4	81,6	116	23,3	18,4	682	100,0
	Não unida/mais 1 vez	150	2,0	81,8	42	6,3	18,2	193	100,0
	Nunca unida	170	2,5	84,1	38	6,5	15,9	208	100,0
	Total	7723	100,0	93,3	586	100,0	6,7	8309	100,0
	Satisfeitas	2645	29,7	93,6	214	28,1	6,4	2859	100,0
Necessidades básicas	Insatisfeitas	5078	70,3	95,1	372	71,9	6,9	5450	100,0
	Total	7723	100,0	93,3	586	100,0	6,7	8309	100,0
ABIPEME	ABC	3565	31,3	94,1	258	27,4	5,9	3823	100,0
	DE	4158	69,7	92,9	328	72,6	7,1	4486	100,0
	Total	7723	100,0	93,3	586	100,0	6,7	8309	100,0

**Tabela B.1.15** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas características da criança e de sua mãe, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1996 (dados ponderados).

Variável		Vivem		Não vivem		Total				
Sexo da criança	Masculino	2805	51,0	93,6	190	45,9	6,4	2995	100,0	50,6
	Feminino	2708	49,0	92,2	221	54,1	7,8	2929	100,0	49,4
	Total	5513	100,0	92,9	411	100,0	7,1	5924	100,0	
Idade da criança	0 a 6 anos	2752	50,0	95,5	128	30,6	4,5	2880	100,0	48,6
	7 a 14 anos	2761	50,0	90,4	283	69,4	9,6	3044	100,0	51,4
	Total	5513	100,0	92,9	411	100,0	7,1	5924	100,0	
Local de residência atual da mãe Urbano/rural	Urbano	3369	59,9	93,3	238	56,2	6,7	3607	100,0	59,7
	Rural	2144	40,1	92,3	173	43,8	7,7	2317	100,0	40,3
	Total	5513	100,0	92,9	411	100,0	7,1	5924	100,0	
Tempo de residência (mãe)	9 anos ou menos	1421	25,6	90,5	149	35,2	9,5	1570	100,0	26,3
	10 anos ou mais	1792	32,3	93,6	116	28,8	6,4	1908	100,0	32,1
	Não migrante	2300	42,1	93,9	146	36,0	6,1	2446	100,0	41,6
	Total	5513	100,0	92,9	411	100,0	7,1	5924	100,0	
Cor da mãe	Branca	1324	24,2	94,8	70	17,5	5,2	1394	100,0	23,7
	Não Branca	4189	75,8	92,3	341	82,5	7,7	4530	100,0	76,3
	Total	5513	100,0	92,9	411	100,0	7,1	5924	100,0	
A mãe tem religião	SIM	5192	94,2	93,2	368	90,0	6,7	5560	100,0	93,9
	NÃO	321	5,8	88,5	43	10,0	11,5	364	100,0	6,1
	Total	5513	100,0	92,9	411	100,0	7,1	5924	100,0	
Frequência aos cultos (mãe)	sem religião, não freqüenta	1926	34,8	91,5	183	42,6	8,6	2109	100,0	35,3
	Freqüenta	3587	65,2	93,7	228	57,4	6,3	3815	100,0	64,7
	Total	5513	100,0	92,9	411	100,0	7,1	5924	100,0	
Grau de escolaridade da mãe	Sem escolaridade	847	15,8	91,1	81	20,1	8,9	928	100,0	16,1
	Primário	2621	47,8	92,1	213	53,4	7,9	2834	100,0	48,2
	Secundário ou superior	2045	36,4	94,8	117	26,4	5,2	2162	100,0	35,7
	Total	5513	100,0	92,9	411	100,0	7,1	5924	100,0	
A mãe está trabalhando	NÃO	2530	45,1	93,9	158	38,8	6,2	2688	100,0	44,6
	SIM	2983	54,9	92,2	253	61,2	7,8	3236	100,0	55,4
	Total	5513	100,0	92,9	411	100,0	7,1	5924	100,0	

**Tabela B.1.16** Porcentagem de crianças de 0-14 anos que residem ou não em companhia da mãe, em relação a algumas variáveis associadas à mãe da criança, segundo declaração da mãe. Nordeste, 1996 (dados ponderados).

Variável		Vivem			Não vivem			Total	
Total de filhos nascidos vivos	1-3	2859	51,2	94,9	153	51,2	94,9	3012	100,0
	4 ou mais	2654	48,8	90,9	258	48,8	90,9	2912	100,0
	Total	5513	100	92,9	411	100	7,1	5924	100,0
Total de filhos que morreram	Nenhum	4059	73,6		287	71,3	6,9	4346	100,0
	1-3	1397	25,3	92,5	119	27,0	7,5	1516	100,0
	4 ou mais	57	1,1	89,2	5	1,7	10,8	62	100,0
	Total	5513	100	92,9	411	100	7,1	5924	100,0
Idade da mãe ao ter o primeiro filho	Menos de 20 anos	2737	49,6	89,9	290	73,0	10,1	3027	100,0
	20 ou mais anos	2776	50,4	96,1	121	27,0	3,9	2897	100,0
	Total	5513	100	92,9	411	100	7,1	5924	100,0
Idade da mãe ao ter o filho	Menos de 20 anos	899	16,1	85,6	142	35,6	14,4	1041	100,0
	20-29 anos	3425	62,6	93,9	224	53,8	6,2	3649	100,0
	30 ou mais anos	1189	21,4	96,5	45	10,6	3,7	1234	100,0
	Total	5513	100	92,9	411	100	7,1	5924	100,0
Estado civil e número de uniões	Unida/1 vez	4112	74,5	96,8	127	32,1	3,2	4239	100,0
	Unida/mais de 1 vez	658	12,2	78,5	187	43,8	21,5	845	100,0
	Não unida/1 vez	423	7,5	91,3	40	9,4	8,7	463	100,0
	Não unida/mais 1 vez	155	2,9	79,4	38	9,9	20,6	193	100,0
	Nunca unida	165	2,9	88,8	19	4,8	11,2	184	100,0
	Total	5513	100	92,9	411	100	7,1	5924	100,0
Necessidades básicas	Satisfeitas	1486	26,7	94,8	84	19,4	5,2	1570	100,0
	Insatisfeitas	4027	73,3	92,3	327	80,6	7,7	4354	100,0
	Total	5513	100	92,9	411	100	7,1	5924	100,0
ABIPEME	ABC	519	9,7	92,5	15	3,4	7,5	534	100,0
	DE	4994	93	97,3	396	96,6	2,7	5390	100,0
	Total	5513	100	92,9	411	100	7,1	5924	100,0

## *C - Tabelas Complementares*

O objetivo deste anexo é mostrar algumas tabelas que não são foram colocadas no corpo do texto por não terem sido analisadas em sua totalidade, mas das quais foram retiradas algumas pequenas informações avaliadas no texto.

### *C.1 TABELAS*

**Tabela C.1.1** Porcentagem de crianças de 0-14 anos segundo a situação da mãe e pai, região Nordeste, 1991 (dados ponderados).

Situação da Mãe	Situação do Pai	Total 0-14	0 a 14 anos	
			0-6	7-14
Vive no domicílio	Vive no domicílio	71,73	73,55	70,27
	Não vive no domicílio	12,68	14,25	11,41
	Morto	3,19	1,63	4,45
	Não sabe	0,52	0,61	0,44
	Total parcial	88,12	90,04	86,57
Não vive no domicílio	Vive no domicílio	0,84	0,66	0,98
	Não vive no domicílio	8,02	7,17	8,70
	Morto	0,70	0,47	0,88
	Não sabe	0,57	0,69	0,47
	Total parcial	10,12	8,98	11,03
Morta	Vive no domicílio	0,54	0,14	0,87
	Não vive no domicílio	0,64	0,33	0,88
	Morto	0,15	0,09	0,19
	Não sabe	0,04	0,01	0,07
	Total parcial	1,37	0,57	2,01
Não sabe	Vive no domicílio	0,06	0,04	0,09
	Não vive no domicílio	0,01	0,00	0,02
	Morto	0,01	0,00	0,02
	Não sabe	0,30	0,36	0,26
		0,39	0,40	0,38
<b>TOTAL</b>		<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PSFNe-1991, questionário do domicílio, BEMFAM

**Tabela C.1.2** Porcentagem de crianças de 0-14 anos segundo a situação da mãe e pai, Brasil, 1996 (dados ponderados).

Situação da mãe	Situação do Pai	Total 0-14	0 a 14 anos	
			0-6	7-14
Vive no domicílio	Vive no domicílio	71,05	72,99	69,63
	Não vive no domicílio	14,39	16,23	13,05
	Morto	3,51	2,22	4,46
	Não sabe	0,02	0,05	0,00
	Total parcial	88,97	91,48	87,14
Não vive no domicílio	Vive no domicílio	1,61	0,95	2,09
	Não vive no domicílio	7,39	6,11	8,33
	Morto	0,48	0,23	0,66
	Não sabe	0,00	0,00	0,00
	Total parcial	9,48	7,30	11,08
Morta	Vive no domicílio	0,69	0,50	0,83
	Não vive no domicílio	0,48	0,42	0,52
	Morto	0,35	0,27	0,42
	Não sabe	0,00	0,01	0,00
	Total parcial	1,53	1,20	1,77
Não sabe	Vive no domicílio	0,00	0,00	0,00
	Não vive no domicílio	0,01	0,02	0,01
	Morto	0,00	0,00	0,00
	Não sabe	0,00	0,01	0,00
			0,02	0,03
<b>TOTAL</b>		100,00	100,00	100,00

Fonte: PNSF-1996, questionário do domicílio, BEMFAM

#### *D - O Critério ABIPEME de Estratificação Social*

O critério de estratificação social desenvolvido pela Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIPEME) leva em consideração os itens de conforto familiar e o grau de escolaridade do chefe da família, obtendo uma escala ou classificação sócio-econômica das famílias. Na realidade, o critério ABIPEME (desenvolvido em 1995) sucede a um outro criado pela Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), denominado Critério ABA/ABIPEME.

No presente trabalho ambos os critérios foram utilizados: o critério ABA/ABIPEME para os dados da PNSMIPF (1986) e PSFNe (1991), e o critério ABIPEME para a PNDS(1996).

O critério atribui pesos a um conjunto de itens de conforto doméstico e ao nível de escolaridade do chefe da família. A classificação sócio-econômica da população é apresentada por meio de cinco classes, denominadas A, B, C, D e E, e a atribuição a uma das classes depende do somatório de pontos obtidos.

Após a pontuação dos itens de conforto e do grau de escolaridade do chefe, é calculado o somatório dos pontos para cada família e a mesma é classificada segundo os limites de classificação. Para cada um dos critérios temos diferente valores de pontuação e limites de classificação conforme descrito a seguir.



## D.1 CRITÉRIO ABA/ABIPEME

**Quadro D.1.1** Pontuações do critério ABA/ABIPEME para a instrução do chefe da família, segundo o grau de escolaridade

Instrução	Pontuação
Analfabeto / Primário Incompleto	0
Primário Completo / Ginásial Incompleto	1
Ginásial Completo / Colegial Incompleto	3
Colegial Completo / Superior Incompleto	5
Superior Completo	10

Fonte: ABIPEME

**Quadro D.1.2** Pontuações do critério ABA/ABIPEME para itens de conforto familiar

Itens de Posse	Número de itens / Pontuação						
	0	1	2	3	4	5	6 ou +
Rádio	0	1	2	3	4	5	6
Banheiro	0	2	4	6	8	10	12
Aspirador de Pó	0	5	5	5	5	5	5
Máquina de Lavar	0	2	2	2	2	2	2
Televisão	0	2	4	6	8	10	12
Empregada Doméstica	0	6	12	18	24	24	24
Automóvel	0	4	8	12	16	16	16

Fonte: ABIPEME

**Quadro D.1.3** Limites de classificação do critério ABA/ABIPEME

Classes	Limites
A	35 ou mais pontos
B	21 a 34 pontos
C	10 a 20 pontos
D	5 a 9 pontos
E	0 a 4 pontos

Fonte: ABIPEME

## D.2 CRITÉRIO ABIPEME

**Quadro D.2.1** Pontuações do critério ABIPEME para a instrução do chefe da família, segundo o grau de escolaridade

Instrução	Pontuação
Analfabeto / Primário Incompleto	0
Primário Completo / Ginásial Incompleto	5
Ginásial Completo / Colegial Incompleto	10
Colegial Completo / Superior Incompleto	15
Superior Completo	21

Fonte: ABIPEME

**Quadro D.2.2** Pontuações do Critério ABIPEME para itens de conforto familiar

Itens de Posse	Número de itens / Pontuação						
	0	1	2	3	4	5	6 ou +
Automóvel	0	4	9	13	18	22	26
Televisão em cores	0	4	7	11	14	18	22
Banheiro	0	2	5	7	10	12	15
Empregada mensalista	0	5	11	16	21	26	32
Rádio (excluindo o do carro)	0	2	3	5	6	8	9
Máquina de lavar roupa	0	8	8	8	8	8	8
Videocassete	0	10	10	10	10	10	10
Aspirador de pó	0	6	6	6	6	6	6
Geladeira comum ou com freezer	0	7	7	7	7	7	7

Fonte: ABIPEME

**Quadro D.2.3** Limites de classificação do critério ABIPEME

Classes	Limites
A	89 ou mais pontos
B	59 a 88 pontos
C	35 a 58 pontos
D	20 a 34 pontos
E	0 a 19 pontos

Fonte: ABIPEME

### **D.3 A UTILIZAÇÃO NOS DADOS**

Para a PSFNe (1991), contrariamente à PNSMIPF (1986) e à PNDS (1996), a construção do critério ABA/ABIPEME ocorreu com alguns ajustes. O questionário não continha a quantidade dos itens de conforto presentes no domicílio, mas apenas a informação sobre a presença ou não do item.

Observou-se, na PNSMIPF (1986), que as maiores frequências eram de nenhum e um para todos os itens de conforto. Atribuindo pontuações considerando apenas a presença ou ausência do item (Tabela B1.7), verificou-se que a correlação (Pearson) entre o critério ABA/ABIPEME e ABA/ABIPEME modificado foi de 97,8%, e para a PNDS (1996), a correlação foi de 98,5%.

Considerando um reagrupamento das cinco classificações para duas classes<sup>91</sup>, juntando as classes A, B e C e as classes D e E. Considerando esse reagrupamento, observou-se que 75% da população estudada pertencia às classes D e E, utilizando-se o critério ABA/ABIPEME, enquanto que para o critério ABA/ABIPEME modificado, essa proporção era de 75,4%.

**Quadro D.3.1** Pontuações do critério ABA/ABIPEME modificado (para a PNSMIPF-1986) para itens de conforto familiar

Itens de Posse	Número de itens / Pontuação	
	0	1 ou +
Rádio	0	6
Banheiro	0	12
Aspirador de pó	0	5
Máquina de lavar	0	2
Televisão	0	12
Empregada doméstica	0	24
Automóvel	0	16

<sup>91</sup> Reagrupamento utilizado para as modelagens estatísticas

O questionário da PSFNe (1991) não continha os itens aspirador de pó, máquina de lavar e empregada; em contrapartida, apresentava os itens eletricidade, geladeira, bicicleta e moto. Para contornar tal dificuldade, optou-se por utilizar os itens excedentes no lugar dos ausentes: assim o item geladeira foi pontuado da mesma forma que o item aspirador de pó (no critério ABIPEME-1995 tais pontuações eram bastante próximas), e o item moto como o item máquina de lavar, e atribuir pontuação três aos itens eletricidade e bicicleta (Tabela B1.8).

**Quadro D.3.2** Pontuações do critério ABA/ABIPEME modificado (para a PSFNe-1991) para itens de conforto familiar

Itens de Posse	Número de itens / Pontuação	
	0	1 ou +
Rádio	0	1
Banheiro	0	2
Geladeira	0	5
Moto	0	2
Televisão	0	2
Eletricidade	0	3
Bicicleta	0	3
Automóvel	0	4

Construiu-se um critério experimental<sup>92</sup>, e considerando que a pontuação de todos os itens era igual a 1 ponto, a correlação de Pearson desse critério experimental com o critério ABA/ABIPEME modificado foi de 96,9%.

<sup>92</sup> A variável obtida com o critério experimental não apresentou significância estatística, contrariamente aos modelos com a variável obtida com o critério ABA/ABIPEME modificado.

## *E - Indicador de Necessidades Básicas Insatisfeitas*

O método das Necessidades Básicas Insatisfeitas, o NBI, é uma ferramenta criada no final dos anos 70 com o objetivo de medir e/ou caracterizar a pobreza<sup>93</sup>, mediante um enfoque direto, aproveitando as informações dos censos. É o método mais conhecido e utilizado na América Latina para a caracterização da pobreza (Feres e Mancero, 2001).

No Brasil, o método vem sendo utilizado por autores como Lopes (1993) e Bilac (1998) com adaptações. Lopes (1993: 54) coloca que “os componentes do indicador foram deliberadamente escolhidos, a fim de se ter situações que, nas condições sócio-econômicas brasileiras, possam ser consideradas muito más, extremas mesmo, qualquer que seja a região”.

O indicador adaptado por Lopes é uma combinação de seis variáveis, quatro das quais se referem a condições sanitárias da habitação, uma à relação entre a casa e os seus moradores (número de pessoas por dormitório) e uma, mais propriamente social, que detecta a presença ou não de crianças em idade escolar (7 a 11 anos) fora da escola. Se apenas uma das variáveis indicar uma situação extrema (má), o domicílio já será considerado como tendo necessidades básicas insatisfeitas (NBI); caso contrário, será considerado com necessidades básicas satisfeitas (NBS). As variáveis que indicam a existência de necessidades básicas insatisfeitas são as seguintes<sup>94</sup>:

- 1) densidade de pessoas por dormitório maior do que 3,5;
- 2) o domicílio ser do tipo “rústico”;
- 3) o seu abastecimento de água ser de “outra forma” (não ser da rede geral, de poço ou de nascente) e não ter canalização interna;

---

<sup>93</sup> O termo “pobreza” tem muitos significados e abarca uma infinidade de situações, mas parece aceitável defini-lo como “a situação daqueles lugares que não conseguem reunir, de forma relativamente estável, os recursos necessários para satisfazer as necessidades básicas dos seus membros” (Altimir, 1979, *apud* Feres e Mancero, 2001).

<sup>94</sup> Basta a ocorrência de uma das situações e o domicílio já é caracterizado como unidade com necessidades básicas insatisfeitas.

- 4) não ter esgotamento sanitário;
- 5) não ter vaso sanitário;
- 6) possuir crianças de 7 a 11 anos que não freqüentem a escola.

A utilização do NBI nas DHS do Brasil também requereram adaptações e estas foram feitas de forma similar às utilizadas por Lopes (1996) e Bilac (1998). Entretanto, a PNSMIPF (1986) não continha todas as variáveis sugeridas para a construção do NBI, porque o questionário apresentava apenas três das seis variáveis propostas para a construção do indicador: o tipo de abastecimento de água (3), existência de esgotamento sanitário (4) e o destino dos dejetos humanos (5); assim, nesse caso, o critério NBI foi construído com as variáveis presentes. Para a PSFNe (1991) e PNDS (1996), as variáveis necessárias para a construção do NBI estavam todas disponíveis.